



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA
NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS**

Paula Maria Cobucci Ribeiro Coelho

BRASÍLIA
2007

PAULA MARIA COBUCCI RIBEIRO COELHO

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Lingüística pela
Universidade de Brasília.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Araújo
Bagno**

**BRASÍLIA
2007**

PAULA MARIA COBUCCI RIBEIRO COELHO

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Lingüística pela
Universidade de Brasília.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Araújo
Bagno**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno
(Presidente)

Profa. Dra. Maria Lúcia Castanheira
(Titular)

Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre
(Titular)

Profa. Dra. Orlene Lúcia Sabóia de Carvalho
(Suplente)

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Gentil, amado companheiro de caminhada, responsável por proporcionar os momentos mais felizes de minha vida.

À minha doce filha, Thaís, que, com sua meiguice e alegria, me ensina todos os dias a ser uma pessoa melhor.

À minha mãe querida, que me ajuda a fazer as escolhas certas, acredita em mim e me incentiva em todos os meus passos.

Aos meus avós, Caetano e Maria, exemplos de vida e de superação.

À querida Professora Maria Luiza Corôa, responsável por despertar em mim o desejo de ser professora.

À querida Professora Marta Scherre, que, com a pesquisa sobre “A variação do imperativo” e seu entusiasmo contagiante, me incentivou a chegar até aqui.

À querida Professora Vilma Reche, minha orientadora na Graduação, que despertou em mim a paixão pelos livros didáticos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que eu tenho em minha vida e pela oportunidade de realizar este projeto.

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Bagno, pelas orientações sábias, claras e precisas e pela honra de ser sua primeira orientanda.

À Tayana, por ser mais que uma colega imprescindível para a realização desta pesquisa, mas uma amiga muito especial que me acompanhou em toda esta trajetória.

À Liv, por sua torcida pela minha entrada na pesquisa sociolinguística.

À minha irmã, Daniela, pelo apoio e carinho com que revisou meus textos e pela amizade de todas as horas.

À professora Josênia, por seu interesse pelas minhas conquistas e por me incentivar a crescer.

À Jacinta, que faz o possível para tornar o impossível real, por sua dedicação e carinho infinitos.

Ao Dinuari, que, com sua orientação tranqüila, me possibilitou dar um passo adiante.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida.

“A grande maioria das pessoas acha muito mais confortável e tranquilizador pensar na língua como algo que já terminou de se construir, como uma ponte firme e sólida, por onde a gente pode caminhar sem medo de cair e de se afogar na correnteza vertiginosa que corre lá embaixo. Mas essa ponte não é feita de concreto, é feita de abstrato... O real estado da língua é o das águas de um rio, que nunca param de correr e de se agitar, que sobem e descem conforme o regime das chuvas, sujeitas a se precipitar por cachoeiras, a se estreitar entre as montanhas e a se alargar pelas planícies...”

(Bagno, 2007: 36)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	ii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
1 DA LINGÜÍSTICA À SOCIOLINGÜÍSTICA – UM PERCURSO TEÓRICO ..	7
1.1 Teoria da variação lingüística	7
1.2 Conceitos relacionados à variação lingüística	9
1.2.1 Classificação da variação sociolingüística	10
1.2.1.1 Variação diacrônica	10
1.2.1.2 Variação diatópica	11
1.2.1.3 Variação diastrática	13
1.2.1.4 Variação diamésica	13
1.2.1.5 Variação diafásica	14
1.2.2 Variável, variante, variedade	15
1.2.3 Variedades cultas X norma-padrão	17
1.2.4 O português são três: o que ensinar nas aulas de Português?	18
2. BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS PARA O LD NO BRASIL	20
2.1 Instituto Nacional do Livro (INL)	20
2.2 Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	20
2.3 Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted)	22
2.4 Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)	22
2.5 Programa do Livro Didático (Plid)	22
2.6 Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)	23
2.7 Quadro-resumo das Políticas para o LD de 1937 a 1983	23
2.8 Programa Nacional do Livro Didático – Ensino Fundamental	24
2.9 Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio	27
2.9.1 Processo de avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio	27
2.9.2 Critérios de avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio	28
2.9.3 Fichas de Avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio	29
2.9.4 O livro do professor, do Ensino Médio	33
2.9.5 Tiragem dos livros didáticos do Ensino Médio	35
3 CORPUS E METODOLOGIA	38
3.1 Etapas de realização da pesquisa	38
3.2 Justificativa da escolha do <i>corpus</i>	38
3.3 Análise dos livros didáticos	39
3.4 Objetivo geral da pesquisa	39
3.5 Objetivos específicos da pesquisa	39
3.6 Livros didáticos analisados	42
4 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	43
4.1 <i>Língua Portuguesa</i> –Takazaki	43
4.2 <i>Língua Portuguesa</i> –Lopes <i>et alii</i>	51
4.3 <i>Novas Palavras: Português</i> – Amaral <i>et alii</i>	60
4.4 <i>Português: De Olho no Mundo do Trabalho</i> – Terra e Nicola Neto	74
4.5. <i>Português: língua, literatura, produção de textos</i> – Abaurre <i>et alii</i>	81
4.6 <i>Português: literatura, gramática, produção de texto</i> – Sarmiento e Tufano	95
4.7 <i>Português: língua e cultura</i> – Faraco	104
4.8 <i>Português: linguagens</i> –Magalhães e Cereja	117
4.9 <i>Textos: leituras e escritas</i> – Infante	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
BIBLIOGRAFIA	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais Políticas para o LD	24
Quadro 2. Tiragem de livros no PNLEM 2005	35
Quadro 3. Tiragem de livros no PNLEM 2006	35
Quadro 4. Tiragem de livros no PNLEM 2007	36
Quadro 5. Livros didáticos analisados	42
Quadro 6. Quadro-resumo da análise do LD de Takazaki	50
Quadro 7. Quadro-resumo da análise do LD de Lopes <i>et alii</i>	59
Quadro 8. Quadro-resumo da análise do LD de Amaral <i>et alii</i>	73
Quadro 9. Quadro-resumo da análise do LD de Terra e Nicola Neto	80
Quadro 10. Quadro-resumo da análise do LD de Abaurre <i>et alii</i>	94
Quadro 11. Quadro-resumo da análise do LD de Sarmiento e Tufano	103
Quadro 12. Quadro-resumo da análise do LD de Faraco	117
Quadro 13. Quadro-resumo da análise do LD de Magalhães e Cereja	128
Quadro 14. Quadro-resumo da análise do LD de Infante	138
Quadro 15. Análise comparativa da coerência entre o tratamento da VL no capítulo destinado ao tema e os fatos gramaticais	141
Quadro 16. Análise comparativa da adequação da terminologia	142
Quadro 17. Análise comparativa da menção da pluralidade lingüística no Brasil	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Demonstrativo de LDs avaliados, aprovados e excluídos no PNLD de 1ª a 4ª série .	23
Gráfico 2. Demonstrativo de LDs avaliados, aprovados e excluídos no PNLD de 5ª a 8ª série .	25
Gráfico 3. Tiragem dos livros no PNLEM 2005	35
Gráfico 4. Comparativo da distribuição de livros no PNLEM de 2005 e 2006	36
Gráfico 5. Comparativo dos livros mais aprovados com os menos aprovados	37
Gráfico 6. Comparativo do tratamento da variação nos fenômenos gramaticais	143
Gráfico 7. Comparativo da relação fala/escrita	144
Gráfico 8. Comparativo da tiragem de livros de Takazaki e Faraco com o LD de Magalhães e Cereja	144
Gráfico 9. Comparativo da tiragem dos cinco livros menos adotados com a tiragem do LD de Magalhães e Cereja	145

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma investigação do tratamento da variação lingüística nos livros didáticos de Língua Portuguesa aprovados pelo Ministério da Educação para o Ensino Médio. De forma geral, pretende-se analisar as concepções de língua presente nos livros didáticos e a forma como tais concepções evidenciam aspectos sociolingüísticos para o aluno/professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação lingüística*, *mudança lingüística* e *preconceito lingüístico*. Assim, acreditando ser a escola o melhor meio para educar a população, e o livro didático, o principal veículo nessa tarefa, é importante verificar como esse material está apresentando a variação lingüística.

Palavras-chave: Sociolingüística, variação lingüística, livro didático.

ABSTRACT

This dissertation presents a study on the approach to linguistic variation in Portuguese Language textbooks, which have been approved by the Ministry of Education for high school level use. In general, our purpose is to evaluate the language concepts in the textbooks and the way such concepts ascertain socio-linguistics aspects for both the student and the teacher, as the meaning of “*right*” and “*wrong*”, *linguistic variation*, *language change and language prejudice*. Thus, by believing that school is the best way for granting the population education and that the textbook is the major instrument used in this assignment, it is important to ensure how these textbooks are presenting the linguistic variation.

Keywords: Sociolinguistics, linguistic variation, textbook.

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa não é estanque nem homogênea. Ela varia de acordo com vários fatores como *status* social, sexo, grau de instrução, profissão, estilo pessoal, contexto (formal/informal), região de origem, entre outros. A variação lingüística é uma característica inerente às línguas; e o Brasil, que tem hoje mais de 180 milhões de habitantes¹ e cerca de duzentos idiomas² (além das línguas indígenas — aproximadamente 170 — convivem com o português brasileiro outras quase trinta línguas trazidas pelos imigrantes desde o início do século XIX, após a independência, em 1822)³ é, por definição, a nação da diversidade, seja nos aspectos econômico, cultural ou social. E essa diversidade se reflete em suas línguas.

O reconhecimento dessa heterogeneidade é um grande passo para que se modifique a ideologia do monolingüismo do Brasil, que insiste em padronizar (a qualquer custo) a língua falada majoritariamente por seus habitantes. A mudança dessa ideologia começa com a conscientização e a educação da população brasileira. Nesse contexto, a escola tem o papel fundamental de adotar uma atitude realista diante dessa diversidade e revisar o ensino preconceituoso da língua portuguesa, além de lançar novas luzes sobre o multilingüismo de nossa sociedade.

Há alguns anos, no Brasil, a variação lingüística não existia como objeto de ensino para a maioria dos professores de Português, e o principal papel da escola era “enquadrar” os alunos na norma-padrão da língua portuguesa, um modelo idealizado de “língua certa”. Assim, os professores limitavam (e ainda hoje limitam) as aulas de Português ao ensino da gramática normativa, nas quais sua função era corrigir o “português errado”, além de ensinar nomenclatura gramatical e análise gramatical, descontextualizadas, sem utilidade prática evidente.

A Sociolingüística, com seus estudos empíricos sobre a heterogeneidade constitutiva das línguas humanas, determinou mudanças profundas na visão do que deve ser a prática dos professores nos diversos níveis de escolaridade. Mas, hoje, ainda não há uma

¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidência>>. Acesso em: 9 set. 06.

² OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico*. In: Moura e Silva (org.). *O direito à fala – A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

³ Idem

situação ideal. O problema está no enaltecimento da norma-padrão pela escola, atribuindo-lhe uma natureza que não tem: comunicar melhor do que as variantes não-padrão; ter valores estéticos, identitários, patrióticos superiores.

Porém, não se trata, simplesmente, de deixar os alunos das classes populares utilizarem somente suas variedades lingüísticas, sem introduzi-los ao uso da norma-padrão. A função da escola é, sobretudo, ajudar o aluno a compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua — instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. —, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais.

Assim, acreditando ser a escola o melhor meio para educar a população, e o livro didático, o principal veículo nessa tarefa, esta pesquisa visa a empreender uma análise de como os livros didáticos de Português estão apresentando a variação lingüística, para verificar se estão ajudando a extinguir (ou pelo menos amenizar) o preconceito lingüístico tão arraigado em nossa sociedade.

O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM – é a política do Ministério da Educação – MEC que tem como objetivos básicos a aquisição e a distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos da rede pública do Ensino Médio, para apoiar o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. A fim de garantir a qualidade dos livros a serem adquiridos, o Programa empreende um processo de avaliação dessas obras.

Para isso, a cada três anos, o MEC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE —, lança o edital que estabelece os critérios pelos quais os livros serão avaliados, para os editores interessados inscreverem suas obras. A análise dos livros é feita por pareceristas especialistas na área de cada disciplina, no caso desta pesquisa, Língua Portuguesa. Ao final de cada processo, é elaborado o Catálogo de Livros Didáticos. Nele, são apresentadas as resenhas das obras aprovadas e as fichas que nortearam a avaliação dos livros. O Catálogo é, então, enviado às escolas como instrumento de apoio aos professores no momento da escolha do livro didático que será adotado em sua escola.

Para participar desse Programa, os editores devem observar alguns critérios exigidos pelo MEC, tais como evitar erros conceituais, publicidade, preconceitos (quanto à origem, raça, cor, idade, gênero, orientação sexual e **linguagem**). Ademais, há os critérios específicos para cada área e, em Língua Portuguesa, tem-se, entre outros que “considerar a língua-padrão no contexto da variação lingüística, sem estigmatizar as demais variedades”⁴.

Além disso, o Programa tem como princípio “um tratamento da variação lingüística que não se limite a fenômenos de prosódia ou de léxico, mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variabilidade em todos os seus níveis. [...] Com o devido cuidado para não transmitir ao leitor-usuário a falsa idéia de que só existe variação na língua falada por pessoas sem escolarização formal, o que pode cristalizar a indesejada sinonímia *variação = erro*.”⁵

Considerando, portanto, que a escola tem o importante papel de ajudar o aluno a compreender a realidade lingüística com suas contradições e variedades, a estrutura e o funcionamento da língua com suas variantes sociais, regionais e situacionais, e que o livro didático, na condição de suporte do ensino-aprendizagem, tem influência direta na tarefa de promover a inserção de seus alunos na cultura letrada, é necessário verificar o tratamento da variação lingüística nesse importante instrumento.

A avaliação qualitativa do livro didático que é encaminhado às escolas públicas pelo MEC se justifica, uma vez que esse livro é, na maioria das vezes, o único material de que os professores dispõem como fonte de consulta e apoio às aulas: esses livros conduzem as práticas pedagógicas e são referências nas questões lingüísticas para alunos, professores e comunidade. Além disso, o censo escolar de 2002 (INEP)⁶ registra 8.710.584 jovens matriculados no ensino médio; destes, a rede pública atende a 81%⁷. É fundamental, portanto, analisar a qualidade dos livros que o MEC, órgão máximo de educação do País, tem recomendado para uso e distribuído aos alunos do Ensino Médio público.

⁴ Edital de Convocação para inscrição de livro didático no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2002, p. 32

⁵ Idem.

⁶ Disponível em: www.inep.gov.br 22 ago. 2006.

⁷ Apesar do número elevado de estudantes, o ensino público só atende à demanda de cerca de 50% dos jovens que deveriam estar no ensino médio.

Portanto, esta pesquisa tem como *objetivo geral* fazer uma investigação do tratamento da variação lingüística nos livros didáticos (LDs) indicados pelo Ministério da Educação para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. De forma geral, pretende-se analisar as concepções de língua e de gramática presentes nos LDs e a forma como tais concepções evidenciam aspectos sociolingüísticos para o aluno/professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação lingüística*, *mudança lingüística* e *preconceito lingüístico*.

Dentro da linha desse *objetivo geral*, esta pesquisa tem como *objetivos específicos* analisar como os LDs:

a) Empregam a terminologia relacionada à variação lingüística: de forma adequada, do ponto de vista teórico ou confundem as expressões variação; variedade, variante, dialeto, norma-padrão com “variedade-padrão” ou “língua-padrão”, norma-padrão com “norma culta”?

b) Mencionam a pluralidade de línguas existente no Brasil ou apresentam o português como único idioma falado no País;

c) Abordam a variação: evidenciam que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais ou limitam-se a fenômenos de prosódia (“sotaque”) e de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)?

d) Tratam os fatos gramaticais: há coerência com a variação lingüística apresentada no(s) capítulo(s) destinado(s) ao tema ou na abordagem dos fatos gramaticais falam de “certo” e “errado”?

e) Lidam com a variação entre fala e escrita: apresentam o amplo contínuo⁸ de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou separam rigidamente a fala e a escrita?

⁸ Nos estudos sobre as relações entre linguagem oral e escrita, alguns autores, como Marcuschi (2001), trabalham com a hipótese de que há um *continuum* ou gradiente entre ambas. Koch (1997: 61) explica que, embora linguagem oral e linguagem escrita sejam duas modalidades de uso da língua, com suas próprias peculiaridades, isso não significa que devam ser encaradas de maneira dicotômica.

f) Definem norma-padrão e variedades cultas (variedades de prestígio): há essa distinção ou continuam difundindo norma-padrão como sinônimo de “norma” culta (variedade culta)?

Na primeira etapa deste trabalho, foi investigado o tratamento da variação lingüística no LD de Português. Para isso, foram analisados todos os nove livros aprovados pelo PNLEM 2005/2006.

Analisou-se também o manual do professor, instrumento didático que deve fornecer subsídios para atualização e formação do professor, para verificar de que forma esse manual trata a variação lingüística e esclarece ao professor a maneira de abordá-la em sala de aula.

Uma vez explicada a razão de ser deste trabalho, passamos à sua organização. No capítulo 1, explicitamos o enquadramento teórico no qual se baseia esta pesquisa, fazendo um breve histórico das diferentes visões de língua pelas quais passou a Lingüística e definindo alguns conceitos relativos à variação lingüística, que serão abordados na avaliação dos livros didáticos.

No capítulo 2, foi realizado um rápido percurso nas políticas públicas para o livro didático, realizadas no Brasil, desde o primeiro Instituto especialmente criado para legislar sobre o livro em geral, até as atuais políticas do MEC para o livro didático do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo que nos deteremos com mais detalhes nesta última.

No capítulo 3, explicitamos o *corpus* selecionado, a metodologia adotada, as etapas de realização, o processo de análise, o pressuposto de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além dos títulos das obras analisadas.

No capítulo 4, analisamos o *corpus*, observando-se a descrição da estrutura e a organização da obra e do manual do professor; a fundamentação teórico-metodológica; a terminologia empregada; a menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil; a abordagem dos fenômenos gramaticais e a coerência da teoria apresentada no(s) capítulo(s) destinado(s) à VL nos demais capítulos do livro.

Por fim, na conclusão, fizemos algumas considerações finais a respeito do tratamento da VL no LD de Português.

1. DA LINGÜÍSTICA À SOCIOLINGÜÍSTICA – UM PERCURSO TEÓRICO

Neste capítulo, abordaremos os referenciais teóricos que fornecem subsídios a esta pesquisa e alguns conceitos relacionados à variação lingüística (VL) que serão utilizados mais adiante, quando da análise do *corpus*. Para melhor compreender o conceito de variação/mudança lingüística, tal como ele embasa este trabalho, é interessante conhecer um breve histórico das visões de língua pelas quais a ciência lingüística já passou. Para os propósitos desta pesquisa, iniciaremos este estudo a partir de 1916, data de publicação do *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de Saussure, que introduziu um modelo teórico reproduzido por diversas correntes durante décadas e que marcou o início da Lingüística como ciência.

1.1. Teoria da variação lingüística

O objeto de investigação de Saussure era a língua dos membros de uma comunidade lingüística, tomada como um todo, mas independente do indivíduo. Dessa forma, a língua estudada era um construto homogêneo, já que não se tratava da língua real, falada no dia-a-dia, mas de uma língua abstraída de seu existir histórico-social. O universo da linguagem, definido como o conjunto de manifestações imediatas do fenômeno lingüístico, seria descartado, em função de seu caráter heterogêneo e plural. Com essa concepção, Saussure excluiu de seus estudos as questões socioculturais e ideológicas que constituem o sujeito e sua língua.

Saussure propôs as dicotomias ou fórmulas de distinção, língua (fr. *langue*) e fala (fr. *parole*). Para ele, a língua, unitária e homogênea, oposta a seu existir concreto (que se realiza nas relações sociais), é o lado social da linguagem, a parte essencial para a Lingüística. Enquanto a fala, variável e heterogênea, manifestação da linguagem individual, fica descartada, junto com a variação lingüística.

Para dissociar a língua do seu existir concreto, é preciso separá-la também de sua história, ignorando seu processo de transformações. Para isso, Saussure propôs outra dicotomia, que é a *sincronia*, que se ocupa de um estado de língua, uma abstração através da

qual a língua é imobilizada em determinado momento, em oposição à *diacronia*, que considera a história e as mudanças ocorridas na língua.

O Círculo Lingüístico de Praga, surgido em 1926, propôs estender ao método estrutural de Saussure o estudo histórico da língua. Isso trouxe implicações tanto para a consideração da língua no seu plano externo, ou seja, do papel que a língua desempenha na sociedade, como para a análise do funcionamento do sistema lingüístico no seu plano interno.

O estudo das funções da língua e a relação desta com a sociedade, uma das grandes preocupações da Escola de Praga, tinha o objetivo de dar mais concretude à concepção até certo ponto “fictícia” de língua de Saussure. A partir daí, o conceito de estrutura lingüística se tornou mais comprometido com o modo de existir concreto da língua, com seu funcionamento efetivo e com sua função social. A maior contribuição da Escola de Praga nesse campo foi o desenvolvimento de uma teoria estrutural para a diacronia. Com isso, buscou superar a contradição saussuriana entre estrutura e história. E a questão da mudança volta ao campo de interesse da Lingüística.

Porém, a história da língua de forma mais abrangente, que considerasse a interação entre seu processo de constituição, as relações sociais, as influências ideológicas e as mudanças culturais, foi excluída, já que, dessa forma, seria uma relação entre sistemas heterogêneos.

Em 1963, o lingüista norte-americano William Labov publica seu hoje célebre trabalho sobre a comunidade da ilha de Martha’s Vineyard, no litoral de Massachussetts, no qual destaca a importância dos fatores sociais na explicação da variação e da mudança lingüística. Essa investigação representou um marco na ruptura com a definição de língua proposta por Saussure. Nesse texto, Labov relaciona fatores como sexo, idade, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento lingüístico dos vineyardenses e, portanto, analisa a língua como um sistema heterogêneo, correlacionado à heterogeneidade social.

Em 1964, conclui outra pesquisa sobre a estratificação social do inglês em Nova York, na qual fixa um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no

contexto social de comunidades urbanas, conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação.

Nas pesquisas sobre as comunidades de fala de Martha's Vineyard e da cidade de Nova York, relações regulares foram encontradas onde estudos anteriores mostravam oscilação caótica e variação livre massiva. Essas descobertas possibilitaram estabelecer um número de padrões sociolinguísticos concernentes às relações de variação estilística, estratificação por classes sociais e avaliação subjetiva (Labov, 1972).

O artigo *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, publicado em 1968, da autoria de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (traduzido para o português em 2006, por Marcos Bagno), toma como objeto da análise linguística a comunidade de fala, heterogênea e plural, com variantes, dialetos, estilos e linguagens utilizados por seus membros, objetivando explicar e sistematizar a variação e a mudança nas línguas.

O estudo da língua, sob este ponto de vista, é feito a partir da língua em uso, de forma que as escolhas que o falante faz dependem não somente de fatores internos à estrutura linguística, mas também de fatores relacionados à situação de uso. Assim, a análise sociolinguística passa a se orientar para a variação sistemática.

E é nessa definição laboviana de língua, heterogênea e plural, com variações devidas a fatores sociais, que embasaremos nossa análise, com o objetivo de investigar os livros didáticos de língua portuguesa.

1.2. Conceitos relacionados à variação linguística

Em análise feita após a publicação de *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, Labov destaca que as comunidades de fala apresentam como característica essencial a heterogeneidade. Essas comunidades de fala, mesmo compartilhando sintonia em muitos aspectos, apresentam, dentro de si mesmas, variações linguísticas e extralinguísticas.

Essa concepção de língua como um sistema heterogêneo tem importantes implicações porque coloca a variação lingüística no centro da análise do processo de estruturação da língua. Mas, para entender de que modo a Sociolingüística Variacionista formalizou seus esquemas de análise, é necessário esclarecer alguns conceitos, partindo da própria definição de variação lingüística.

1.2.1. Classificação da variação sociolingüística

A língua é variável e se manifesta de modo variável (Fernández, 2005: 21). Denomina-se variação lingüística o uso de um elemento no lugar de outro sem alteração semântica. Ou seja, os falantes recorrem a elementos lingüísticos distintos para expressar as mesmas idéias. É claro que, muitas vezes, determinadas unidades lingüísticas no lugar de outras podem expressar significados diferentes ou valores semânticos diferentes, o que, nesse caso, não seria a variação lingüística aqui abordada.

Em todos os níveis da fala pode ocorrer variação, seja variação fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical ou estilístico-pragmática. A variação pode ser influenciada por fatores lingüísticos ou extralingüísticos, como origem geográfica, *status* socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho, redes sociais do falante. Além, é claro, do estilo pessoal, porque cada indivíduo é único e possui uma maneira única de falar.

Consideramos, portanto, a variação sociolingüística um fenômeno normal, requisito ou condição do próprio sistema lingüístico, uma característica essencial das línguas, que pode ser classificada em: variação diacrônica, diatópica, diastrática, diamésica e diafásica, como veremos a seguir.

1.2.1.1. Variação diacrônica

De acordo com Dubois (1988: 609), chama-se variação diacrônica o fenômeno pelo qual, na prática corrente, uma língua não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, noutra lugar e noutra grupo social. A primeira variação mencionada por Dubois, a variação diacrônica, foi citada pela primeira vez

por Saussure, em 1916: é a variação na natureza dos fatos lingüísticos observados em sucessivas fases ao longo do tempo. Por exemplo, no português medieval, as palavras “caça”, “gente” e “chuva” eram pronunciadas “ca[ts]a”, “[dj]ente” e “[tch]uva”, pronúncias que não existem mais hoje.

Podemos considerar variação diacrônica formas que, embora ainda constem nas gramáticas normativas, não existem mais no uso freqüente de determinado país. No Brasil, por exemplo, a segunda pessoa do plural, “vós”, (vós fostes, vós iríeis etc.) e o pronome possessivo correspondente, “vosso”, desapareceram tanto na língua falada quanto na escrita, mesmo dos falantes ditos cultos. O uso atual é dizer e escrever “vocês foram”, “vocês iriam” etc.

A variação também pode ser percebida, muitas vezes, comparando-se gerações. Muitas gírias ou expressões utilizadas pelos pais ou avós não são reconhecidas ou compreendidas pelos filhos. Além disso, no estudo comparativo da língua falada por pessoas de gerações diferentes, percebe-se a mudança também nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e estilístico-pragmático. A língua que falamos hoje é resultado de muitas mudanças ocorridas em épocas diversas: isso é a variação diacrônica. E é uma prova de que a língua não é algo pronto, estagnado, definitivo; mas uma realidade dinâmica, em constante mudança. Essa tendência à mudança é própria da natureza das línguas. A mudança não é para pior nem para melhor, é simplesmente *mudança*.

1.2.1.2. Variação diatópica

A variação diatópica⁹, também chamada de regional ou geolingüística, é a variação lingüística existente nas diferentes regiões em que determinada língua é falada. Pode-se observar variação diatópica dentro de um país com pessoas falantes da mesma língua. São as diferentes maneiras de:

a) pronunciar as palavras (sotaque ou prosódia): há falares no Brasil em que a vogal [o], quando átona e em posição pretônica (como em *novela*, *corrente*, *nojento*) é pronunciada aberta [ó], enquanto em outras, é pronunciada fechada [ô]; varia também a

⁹ Segundo E. Coseriu (*apud* Dicionário Houaiss), os vocábulos *diatópico* e *diatrático* foram propostos pela primeira vez pelo lingüista norueguês L. Flydal, em 1951.

pronúncia do [t] e do [d], quando seguidos de [i], em algumas regiões se diz [tchia] e [djia] e, em outras, [tia] e [dia], além da pronúncia do [r], uma das marcas de maior variabilidade regional do País.

b) escolher as palavras (diferenças no léxico), como no exemplo clássico, “mexerica”, “bergamota”, “tangerina”, por exemplo; ou no uso do pronome tu/você, em que em determinadas regiões, em geral, utiliza-se tu, enquanto em outras, prestigia-se principalmente o pronome *você*, como mostram diversas pesquisas sociolinguísticas no Brasil.

A maioria dos exemplos populares de variação diatópica do português brasileiro são retirados do léxico, como mostram diversos dicionários regionais como o “Dicionário de Baianês”, de termos da Bahia, o “Dicionário Papachibé”, de termos do Pará, o “Dicionário da Ilha”, de termos de Santa Catarina etc. Mas também temos muitos fatores de ordem morfossintática, como, por exemplo, o uso ou omissão dos artigos definidos em “Entrei na casa *de mãinha/de minha mãe/da minha mãe*”; ou no citado uso de *tu* e *você*, como pronomes de segunda pessoa, entre muitos outros.

Além de, em um nível micro, existir variação linguística entre diferentes regiões e estados do país, há variação diatópica também na fala de pessoas oriundas de zonas urbana e rural do Brasil ou de áreas socialmente demarcadas nas grandes cidades. Nem sempre é fácil discernir a variação diatópica de outros casos de variação porque os traços tipicamente regionais tendem a aparecer principalmente em contextos mais informais.

Gostaríamos de ressaltar que não consideramos variação diatópica as diferenças existentes entre o português falado no Brasil e em Portugal, pois assumimos a discussão de que o português brasileiro e o português europeu já são duas línguas diferentes, por isso não julgamos adequado tratar de “variação diatópica” quando se trata de falar de duas *línguas* diferentes. Além disso, nos outros “países de língua portuguesa” (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), o português não é língua materna, é língua oficial, aprendida na escola, e por isso se aproxima muito do padrão do português europeu, que serve de modelo.

O principal argumento para considerar o português brasileiro - PB - e o português europeu - PE - como línguas diferentes nos é dado, sobretudo, pelos estudos gerativistas (Kato e Galves) que, analisando a sintaxe das duas línguas, mostram de que modo ocorreu uma mudança paramétrica no PB. Quando o próprio sistema da língua é afetado — como no caso da sintaxe, que é o motor da língua —, não é mais possível falar de “mesma” língua com “variedades”.

1.2.1.3. Variação diastrática

A variação diastrática é a diferença no sistema lingüístico observada entre diferentes estratos da população, que têm entre si distinções sociais e/ou culturais, decorrentes do nível de escolaridade, do local de origem (urbano/rural) etc. Na comunidade carioca, os apelativos *dona*, *madame* e *senhora* são usos diversos para a mesma forma semântica, sendo os dois primeiros característicos da fala de pessoas das classes mais populares, e o terceiro, das de classe média e alta, como por exemplo: *trabalhei na casa de uma dona, de uma madame X dei aula para a filha daquela senhora*; outro exemplo é o rotacismo, ou seja, a transformação do *l* em *r*, nos encontros consonantais, como na forma *Framengo* também característica da fala das camadas populares por oposição a *Flamengo*.

Castilho (1985: 235) também enumera diversas características, entre as quais citamos apenas algumas: na fonética, a queda ou nasalização da vogal átona inicial: *incelença* por *excelência*; na morfologia, a perda do *-s* da desinência da primeira pessoa do plural: *nós cantamo*, *nós cantemo*, por *nós cantamos*; na sintaxe, a negação redundante, como em *ninguém não sabia*. Entre muitos outros casos que ocorrem com frequência no português brasileiro.

1.2.1.4. Variação diamésica

A variação diamésica comporta as diferenças existentes entre as modalidades de expressão da língua: oral e escrita. Aqui, é fundamental o conceito de *gêneros discursivos*. Como se pode ver, no *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual de Marcuschi (2001: 41), reproduzido abaixo, fala e escrita se apresentam num *continuum* que

abrange vários gêneros textuais. Há os que se aproximam mais da fala e outros que estão mais próximos da escrita. Não há, portanto, um padrão fechado.

Assim, como vemos, não se deve opor fala a escrita como duas modalidades estanques e dicotômicas, pois, nas situações do cotidiano, elas se alternam. Como explica Marcuschi, as estratégias de formulação do falante/redator determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, das seleções lexicais, do estilo, do grau de formalidade, etc.



1.2.1.5. Variação diafásica

Dentro de um grupo o mais homogêneo possível, tomando-se a mesma época, mesma região, mesmo nível social, mesmo sexo, idade e profissão dos falantes, pode ocorrer ainda a variação diafásica, isto é, o uso diferenciado que o indivíduo faz da língua de acordo

com o grau de monitoramento¹⁰ em determinada situação. Quando o indivíduo estiver falando em uma situação mais formal ou redigindo um bilhete mais informal, ou falando com o chefe ou com o filho ou com a esposa, as formas que ele confere ao seu comportamento verbal variam de acordo com o contexto da interação.

Encontramos variação na fala do mesmo indivíduo de acordo com o papel social que ele assume. Quando um professor desempenha uma função de autoridade, ele tende a utilizar uma linguagem mais monitorada, enquanto, em casa, em uma conversa com a esposa, tende a utilizar uma linguagem mais informal, conseqüentemente menos monitorada. Eventos realizados no ambiente profissional têm a tendência a ser mais monitorados. Essa alternância de estilos não pode ser caracterizada como uma mera escolha individual, pois depende de fatores como contexto, tipo de relação entre os interlocutores, classe social, sexo, idade etc.

Um exemplo da variação diafásica quanto à diferença fala informal X fala formal, independente de outros fatores, é a pronúncia dos verbos no infinitivo em que, na fala coloquial brasileira, normalmente, se apaga o [-r] final do infinitivo dos verbos, como em *estudá, bebê, dirigi, pô*, e, nas situações mais formais, se pronuncia *estudar, beber, dirigir, pôr*. Outro exemplo é o uso das gírias em situações mais informais, enquanto nas situações formais tende a ser evitado.

1.2.2. Variável, variante, variedade

Outro conceito essencial para se compreender a Sociolinguística Variacionista é o de *variedade*. Como vimos, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de variedades lingüísticas ou dialetos. Podemos falar em variedades regionais, a forma de falar de determinado grupo de uma região do país; em variedades profissionais, a linguagem técnica própria de cada grupo profissional etc.

Para fazer uma pesquisa Sociolinguística, define-se a variedade de língua a ser pesquisada. Pode-se optar, por exemplo, por verificar as formas de falar dos adolescentes de Brasília. Geralmente, define-se alguns traços extralingüísticos, tais como origem geográfica,

¹⁰ A linguagem mais monitorada é aquela à qual prestamos mais atenção quando falamos ou redigimos. O grau de monitoramento influencia diretamente na produção oral e/ou escrita.

idade, nível socioeconômico, grau de escolarização, para verificar determinada forma lingüística daquele grupo, como a variação do uso do imperativo ou da concordância verbal, por exemplo.

É importante enfatizar que, do ponto de vista estritamente lingüístico, não há uma variedade melhor, mais bonita, mais certa que outra. Isso porque todas são igualmente organizadas e atendem às necessidades dos grupos que as usam. Acontece que, muitas vezes, essa diferença quanto ao padrão se transforma em discriminação (como a maioria das diferenças em nossa sociedade) e as pessoas que falam de forma diferente se tornam alvo de preconceitos sociais.

Variável lingüística é uma unidade com ao menos duas formas variantes, cuja escolha depende de outros fatores, como sexo, idade, *status* social, grau de instrução etc. (Labov, 1966). É o elemento estrutural isolável; é um conjunto de manifestações do mesmo elemento, e cada uma das manifestações ou expressões de uma variável recebe o nome de *variante lingüística*.

Não se deve confundir o termo *variedade* com *variante*. Para o conceito de *variante*, Dubois (1988: 610) diz que, se duas unidades lingüísticas (fonema ou morfema) figuram no mesmo ambiente (fonológico ou morfológico) e se elas podem ser substituídas uma pela outra, sem que haja uma diferença no sentido denotativo da palavra ou da frase, tem-se, aí, *variantes*.

O Dicionário Houaiss e outros bons dicionários autorizam o uso das formas *variante* e *variedade*, como sinônimas. Entretanto, neste trabalho adotaremos a terminologia como exposta em Bagno (2007: 57): “uma *variedade lingüística* é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” e “*variantes lingüísticas* são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”.

Variante é a forma lingüística (fonema, morfema, palavra ou regra sintática) utilizada na língua como alternativa a outra, com o mesmo valor e função. É um exemplo de variante a concordância verbal: “nós falamos”, “nós falamo”, “nós fala”.

1.2.3. Variedades cultas X norma-padrão

De acordo com Dubois (1988: 287), “norma é um sistema de instruções que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um ideal estético ou sociocultural”. Assim, a norma-padrão da língua portuguesa é um modelo idealizado de língua “certa”, um referencial estabelecido com vistas à uniformização, desconsiderando-se, portanto, a heterogeneidade e, por conseqüência, a variação lingüística.

Como destaca o *Edital do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio* (2005: 32), “a *norma-padrão* (o ideal de ‘língua certa’ que circula no senso comum) é o construto cultural de um determinado momento histórico, vinculado a determinadas classes sociais, a determinadas concepções de sociedade e a determinados tipos de relações de controle e coerção social”.

Os gramáticos normativistas, como Celso Cunha (1985), Rocha Lima (1989) e Bechara (1999), para citar alguns, alegam que esse padrão é fundamentado nas obras dos grandes escritores. Entretanto, se fizermos uma pesquisa nos clássicos da literatura brasileira, veremos que muitas regras prescritas pelas gramáticas não são obedecidas, ao contrário do que sugerem esses gramáticos.

Esclarecendo-se, portanto, que a norma-padrão é apenas um referencial abstrato, e que, conseqüentemente, não é “variedade” de nenhum falante, faz-se necessário distinguir a norma-padrão das variedades cultas. Neste trabalho, adotaremos a concepção de *língua culta*, como é utilizada pelo projeto Nurc¹¹: a linguagem dos falantes da área urbana, com escolaridade superior completa.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que os termos (muito utilizados inclusive por lingüistas) “língua-padrão”, “dialeto-padrão” ou “variedade-padrão”, são inadequados, já que, para a Sociolingüística, uma língua pressupõe falantes reais em uso efetivo e concreto da língua. A norma-padrão, como já dissemos, é uma abstração, que não

¹¹ O Projeto Nurc - Projeto da Norma Urbana Oral Culta - se desenvolve em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e estuda a fala culta, ou seja, o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos na cidade, com escolaridade universitária. O projeto NURC tem por objetivo documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil, em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares.

existe na realidade, é apenas um modelo ideal proposto (imposto) pela gramática normativa. Como explica Faraco (2004), “uma codificação taxonômica de formas assumidas como um modelo lingüístico ideal”.

Alguns exemplos claros da diferença entre as *variedades de prestígio* e a *norma-padrão* são vistos em diversas regências que a gramática normativa ensina de uma forma e os falantes cultos utilizam de outra, como é o caso dos verbos *ir*, *chegar* e *levar*, que, de acordo com a gramática normativa, pedem a preposição *a*, mas que a maioria dos falantes cultos utilizam com a preposição *em*. Isto é, em qualquer região do país, a maioria dos falantes dizem que “vão no médico, no banheiro, no banco”; que “vão chegar no trabalho, em Brasília, em casa”; “que vão levar os filhos na escola, no cinema, no circo”, evidenciando que a língua culta é diferente da norma-padrão. Logo, como verificamos, com esse exemplo, há variação inclusive nas variedades dos falantes cultos.

1.2.4. O português são três: o que ensinar nas aulas de Português?

Agora que já discutimos (no tópico anterior) a diferença entre a norma-padrão e as variedades de prestígio, gostaríamos de ressaltar, por fim, que em nossa realidade sociolingüística existem também outras variedades. Alguns autores classificam-nas de “norma popular” ou “vernáculo”, “português popular” etc., entretanto, consideramos mais adequada a sugestão de Bagno (2007: 105) de utilizar o termo *variedades estigmatizadas* por oposição às variedades prestigiadas.

É importante ter em mente essa divisão tripartite da realidade sociolingüística brasileira para responder: O que ensinar nas aulas de português? A primeira opção seria a que a maioria dos professores de português do país têm feito: continuar ensinando gramática normativa, como se aquelas regras (e exceções) gramaticais explicassem a língua; como se a análise sintática e morfológica dos termos da oração ajudasse na leitura e interpretação do mundo; como se a memorização de todas as conjunções fizesse do aluno um redator capaz de conferir maior coesão a suas frases e idéias no texto. Essa atitude de restringir as aulas de português ao ensino dessa gramática é, no mínimo, ineficaz porque ignora que a língua faz parte da cultura de um povo; despreza a realidade social dos falantes.

Uma outra possibilidade, inovadora, seria adotar exclusivamente as contribuições da lingüística e ensinar que “nóis vai” é tão produtivo lingüisticamente quanto “nós vamos”, que ambas as construções comunicam, que erro de português não existe. Entretanto, essa opção desconsidera a realidade sócio-cultural na qual o aluno está inserido, ignora que a língua sofre, sim, preconceito social, assim como a raça, a opção sexual, religiosa, etc.

Portanto, a melhor decisão em relação ao ensino do português na escola é reconhecer a realidade tripartite da língua e buscar um equilíbrio. Ou seja, aproveitar os ensinamentos lingüísticos científicos sobre variação e mudança, mas também mostrar as ideologias que a língua carrega, para que o aluno compreenda o impacto social causado por suas escolhas. Deve-se fazer o aluno reconhecer seu saber prévio sobre a língua e ajudar a desenvolvê-lo; ampliar seu repertório lingüístico e garantir seu acesso a outras variantes lingüísticas.

Nosso objetivo, nesta pesquisa, é observar como os autores vêm tratando a variação lingüística no livro didático de português, para verificar se eles estão reconhecendo essa realidade da língua no ensino realizado em sala de aula.

2. BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS PARA O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Neste capítulo, faremos um breve histórico das principais políticas para o livro didático (LD) no Brasil, iniciando nas origens da relação Estado/livro didático, que remontam ao ano de 1937, com o primeiro órgão especialmente criado para legislar sobre políticas do livro, o Instituto Nacional do Livro, até as atuais políticas do Ministério da Educação, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), responsáveis pela distribuição de LDs às escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

2.1. Instituto Nacional do Livro (INL)

O primeiro órgão criado para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, na era Vargas, tinha como objetivo organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, além da expansão do número de bibliotecas públicas, o que contribuiria para a própria identidade cultural do país. O INL contribuiu também para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliou no aumento de sua produção.

2.2. Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)

A primeira legislação sobre o livro didático, propriamente dito, foi elaborada também no governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia o controle das condições de produção, importação e utilização do livro didático no país. O Capítulo II desse Decreto-Lei instituía a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, composta por sete membros “com notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral”, sendo dois deles especializados em “metodologia das línguas” (requisito retirado, em 1945, pelo Decreto-Lei n. 8.460). A finalidade da Comissão era, entre outras, examinar os livros e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso.

Nesse momento, as causas que impediam a “autorização” de um livro didático eram, principalmente, se estes “atentassem contra a unidade, a independência ou a honra

nacional”; “contivessem, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação”; “envolvessem qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais”. Ou seja, eram critérios estipulados para defender o regime autoritário de Vargas e evitar qualquer forma de ofensa ao Estado.

Havia também critérios estabelecidos para conter o preconceito social/racial, tais como: evitar sentimentos de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; ódio contra as raças e as nações estrangeiras; e oposição e luta entre classes sociais.

Quanto à língua portuguesa, havia critérios:

- que protestavam contra “uma **linguagem defeituosa**, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de **termos ou expressões regionais** ou de **gírias**, quer pela obscuridade do estilo”; (grifo nosso)
- que não permitiam textos “redigidos de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou a inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que estivesse impresso em desacordo com os **preceitos essenciais da higiene da visão**”; (grifo nosso)
- que proibiam “erros de natureza científica ou técnica”.

Como vemos, esse Decreto-Lei estava totalmente influenciado pelo momento político da época: a ditadura. E as expressões empregadas denunciavam isso: os livros eram “autorizados”; eram considerados com “linguagem defeituosa”. Também denunciavam qualquer “incorreção gramatical”, o emprego de termos ou expressões regionais e de gírias. Ademais, a redação não é precisa na definição do que seriam “preceitos essenciais da higiene da visão”.

De acordo com o art. 5º dessa Norma, eram os diretores que deveriam escolher os livros (de uso autorizado) a serem adotados nas escolas pré-primárias e primárias, enquanto somente nas escolas normais, profissionais e secundárias a escolha seria feita pelos professores. Esse artigo foi modificado em 1945, pelo Decreto-Lei n. 8.460, e, a partir daí, a escolha dos livros em todos os níveis escolares passou a ficar a cargo somente dos professores.

2.3. Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted)

Em 1966, um acordo firmado, no governo de Castello-Branco, entre o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), considerando que a produção e a distribuição do Livro Técnico e do Livro Didático “interessam sobretudo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País”, cria a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted).

Considerando também que “cabe ao Estado participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza”, define que a finalidade da Colted é incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. Esse acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos.

2.4. Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)

A Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) foi instituída em 2 de outubro de 1967, pela Lei n. 5.327, no governo Costa e Silva, e tinha como finalidade básica a produção e distribuição de material didático às instituições escolares, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização. Mas, efetivamente, não contava com organização administrativa nem recursos financeiros para desempenhar tal tarefa. Em decorrência dessa situação, em 1970 foi implantado o sistema de co-edição com as editoras nacionais, por intermédio da Portaria Ministerial nº 35/70.

2.5. Programa do Livro Didático (Plid)

Em 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) assume as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, até então a cargo da Colted, e passa a desenvolver o Programa do Livro Didático (Plid), que abrangeu os diferentes níveis de ensino: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (Plidem), Programa do Livro Didático para o Ensino Superior

(Plides) e o Programa do Livro Didático para o Ensino Supletivo (Plidesu). A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/Usaid, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

Pelo Decreto n. 77.107, de 4 de fevereiro de 1976, o governo Ernesto Geisel assume a compra de boa parcela dos livros para distribuí-los a parte das escolas das unidades federadas. Com a extinção do Instituto Nacional do Livro, a Fename torna-se responsável pela execução do Plid. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – autarquia federal, vinculada ao MEC, criada em 1968 – e das contribuições das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa.

2.6. Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)

Em 18 de abril de 1983, no governo Figueiredo, a Lei n. 7.091 altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). A finalidade da FAE era assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º Graus, constituindo seus objetivos, entre outros, “a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático”.

2.7. Quadro-resumo das Políticas para o LD de 1937 a 1983

O quadro abaixo apresenta um resumo das principais políticas para o LD elaboradas em diferentes regimes políticos. Para facilitar a visualização, foram acrescentadas às políticas anteriormente elaboradas no Brasil para o LD, de 1937 a 1983, as políticas atuais: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM).

Quadro 1. Principais políticas para o LD

Ano	Presidente	Política para o livro didático
1937	Getúlio Vargas	Instituto Nacional do Livro Didático INL
1938	Getúlio Vargas	Comissão Nacional do Livro Didático CNLD
1966	Castelo-Branco	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático Colted
1967	Costa e Silva	Fundação Nacional do Material Escolar Fename
1971	Emílio Médici	Programa do Livro Didático Plid
1983	João Figueiredo	Fundação de Assistência ao Estudante FAE
1985	José Sarney	Programa Nacional do Livro Didático PNLD
2003	Lula	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio PNLEM

2.8. Programa Nacional do Livro Didático – Ensino Fundamental

No governo Sarney, em 19 de agosto de 1985, é instituído, pelo Decreto n. 91.542, em substituição ao Plidef, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau. Os propósitos do programa são, segundo o texto do Decreto, “a universalização e melhoria do ensino, a valorização do magistério, mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático e a redução dos gastos da família com educação”.

A partir de 1993, além de distribuir os LDs, a FAE constitui uma comissão formada por professores de 1º Grau e especialistas universitários, para estabelecer critérios gerais de avaliação dos LDs e avaliar a qualidade dos livros mais solicitados pelos professores. Com base nessa avaliação, é elaborado o Guia de Livros Didáticos, que irá embasar a escolha, pelos professores, dos livros a serem utilizados nas escolas. A primeira avaliação foi feita nos livros de 1ª a 4ª série, em 1996, tendo como produto o Guia de Livros Didáticos — PNLD/1997. Esse procedimento foi sendo aperfeiçoado e é aplicado até hoje.

Com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em fevereiro de 1997, é firmada uma parceria entre o MEC e o FNDE, na qual este negocia com as editoras, compra os LDs e os envia para as escolas, enquanto a parte de avaliação pedagógica fica por conta do MEC, por meio de convênio com universidades.

O programa é gradualmente ampliado e o MEC passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de Alfabetização, História e Geografia, (além dos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, que já estavam sendo distribuídos), para os alunos do Ensino Fundamental público, inclusive de 5ª a 8ª série. Em 2000, é inserida no PNLD também a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª séries.

Em 2001, o PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento também aos deficientes visuais que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livro didático em braile. Essa transposição dos livros didáticos para braile é realizada pelo Instituto Benjamin Constant, da Secretaria de Educação Especial do MEC.

Todo esse histórico de aprimoramento do PNLD mostra-nos uma notável evolução dos critérios comuns e específicos de avaliação. No primeiro guia, elaborado em 1996, os critérios eliminatórios restringiam-se a dois: 1) “Os livros não podem expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e 2) “não podem conter ou induzir a erros graves relativos ao conteúdo da área, como por exemplo, erros conceituais”, além dos aspectos gráfico-editoriais e de orientação ao professor.

Esse primeiro Guia disponibilizou a avaliação de apenas nove livros de Língua Portuguesa para a 1ª série; sete, para a 2ª e 3ª séries; e seis, para a 4ª série. No último PNLD para o Ensino Fundamental (2007), foram aprovadas 37 coleções¹² de Português. Mas o mais interessante não foi o aumento do número de obras avaliadas, mas a diminuição de livros excluídos, como mostram os gráficos a seguir¹³ (referentes a livros de todas as disciplinas).

¹² De acordo com o Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos, p. 17, “Entende-se por coleção o conjunto de volumes destinados ao ensino das disciplinas de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, organizados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma seqüência articulada às séries dessa etapa de escolaridade”. A partir de 2002, a análise é feita por coleções ou títulos.

¹³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb> 7 nov. 2006.

Gráfico 1. Demonstrativo de LDs avaliados, aprovados e excluídos no PNLD de 1ª a 4ª séries

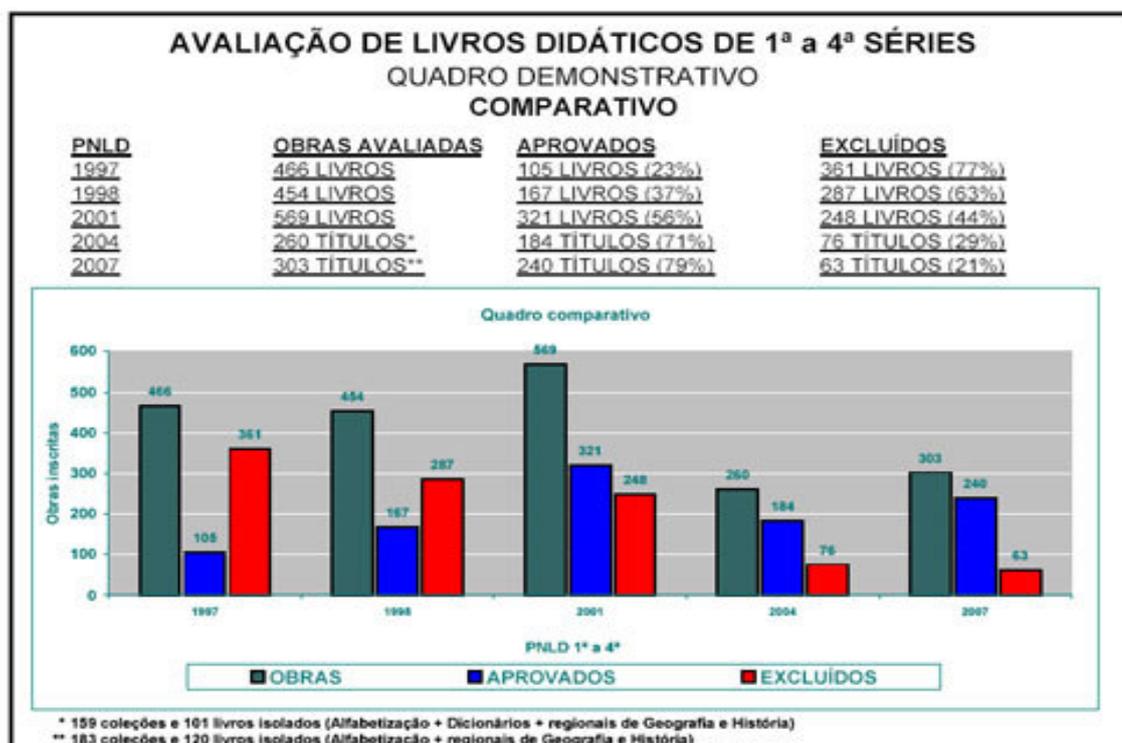
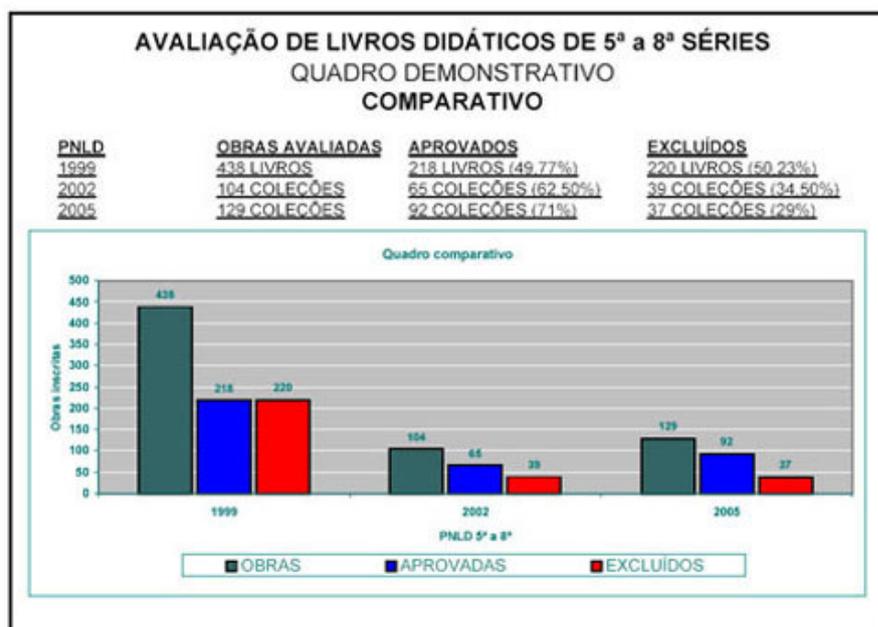


Gráfico 2. Demonstrativo de LDs avaliados, aprovados e excluídos no PNLD de 5ª a 8ª séries



2.9. Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) foi implantado pelo ministro Cristovam Buarque, no primeiro governo de Lula, por meio da Resolução n. 038, de 15 de outubro de 2003, dezoito anos depois de instituído o PNLD. Em 2005, como projeto-piloto, foram avaliadas, adquiridas e distribuídas obras de Língua Portuguesa e Matemática para alunos do Ensino Médio, inicialmente, das regiões Norte e Nordeste. Em 2006, as demais regiões brasileiras foram atendidas, com exceção de Minas Gerais, que comprou os livros com base na avaliação pedagógica do MEC.

Para participar do Programa, essas obras devem ser apresentadas em um volume único,¹⁴ organizado em relação a um programa curricular que abranja o conteúdo das três séries, contemplando estudos da língua, literatura brasileira e portuguesa e leitura e produção de textos¹⁵. Os livros do aluno devem estar acompanhados, obrigatoriamente, do livro do professor.

O processo de avaliação é realizado por uma equipe de especialistas na área de Língua Portuguesa, no nosso caso específico, especialmente contratada para analisar “as qualidades, deficiências e possibilidades que oferecem aos professores”.¹⁶

2.9.1. Processo de avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio

O processo de avaliação dos livros didáticos para o Ensino Médio começa quando o MEC lança o edital e as editoras interessadas inscrevem suas obras. Os livros são descaracterizados e chegam aos pareceristas sem capa, folha de rosto ou qualquer outra identificação do autor ou da editora.

No PNLEM, três pareceristas de Língua Portuguesa — sendo cada um especialista numa área: conhecimentos lingüísticos, literatura, e leitura e produção de textos — avaliam

¹⁴ De acordo com o Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos, p.1, “livros didáticos volume único são livros que apresentam conteúdo e atividades, num único volume, com o propósito de atender as três séries que compõem o ensino médio”.

¹⁵ O Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos de 2006, que serão distribuídos em 2007, considera, além de livros em volume único, as coleções.

¹⁶ Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2005. Brasília: MEC, SEMTEC, FNDE, 2004.

cada título e enviam seus relatórios para o coordenador. Este sintetiza as avaliações e redige a resenha que constará no Catálogo de Livros Didáticos, caso o livro seja aprovado.

Os livros reprovados retornam à editora com as críticas dos pareceristas, enquanto os aprovados têm suas resenhas publicadas no Catálogo dos Livros Didáticos, que é enviado às escolas, e tem o objetivo de subsidiar a escolha do professor.

Quando o Catálogo chega às escolas, os professores devem lê-lo e discuti-lo com os outros professores da disciplina, já que cada escola recebe apenas um livro de cada disciplina. As cartas-resposta dos professores são enviadas ao FNDE, que negocia a compra dos livros diretamente com as editoras.

2.9.2. Critérios de avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio

Muita coisa mudou desde os primeiros critérios propostos para a avaliação dos livros didáticos. Saímos da ditadura de Vargas, conquistamos a democracia e vivemos, hoje, a globalização, com todo o seu aparato tecnológico. Os primeiros critérios proibiam a gíria; hoje, valoriza-se essa linguagem dialógica, na qual o “livro” se comunica com o aluno por meio de um vocabulário bem acessível, muito próximo da oralidade.

Não há mais os critérios impostos ao livro como forma de proteger a ditadura; agora, por exigência da sociedade democrática, foram acrescentados aos preconceitos a se evitar, além dos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, o preconceito quanto ao gênero, à orientação sexual e à **linguagem**. Evoluíram também as pesquisas acadêmicas sobre ensino-aprendizagem, o que trouxe uma influência direta às políticas públicas que vemos refletidas na produção dos livros didáticos.

Os critérios para avaliação dos LDs de Ensino Médio estão divididos em critérios comuns e critérios específicos para Língua Portuguesa. O Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos propõe três critérios comuns fundamentais: a) contribuição para a construção da cidadania; b) correção e pertinência metodológicas; c) correção dos conceitos e das informações básicas. E destaca que o critério da correção e da pertinência metodológicas refere-se, entre outras, aos paradigmas teórico-metodológicos que fundamentam as novas

diretrizes didático-pedagógicas para Língua Portuguesa, paradigmas esses “relativamente recentes, pouco difundidos e insuficientemente assimilados”, conforme evidencia o Edital.

Os critérios específicos de Língua Portuguesa sugerem observar:

- a) “o processo de apropriação da linguagem escrita pelo aluno, assim como das formas públicas da linguagem oral — o mais complexo e variado possível”;
- b) “o desenvolvimento da proficiência na norma-padrão, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido”; e
- c) “a prática de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita”.

Os critérios relativos à reflexão sobre a língua e a linguagem e à construção dos conhecimentos lingüísticos são os mais importantes para esta pesquisa, sobre o tratamento da variação lingüística no livro didático, nosso objeto de estudo. No capítulo 4, verificaremos como os autores inserem esses critérios, exigidos pelo MEC, em seus livros didáticos.

2.9.3. Fichas de Avaliação dos livros didáticos do Ensino Médio

As Fichas de Avaliação são formuladas e utilizadas pela equipe de pareceristas responsável pela análise dos livros didáticos. Essas Fichas acompanham o Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio que chega ao professor, para que ele conheça os critérios que nortearam o processo de avaliação dos livros.

São três Fichas divididas em: 1) Conhecimentos Lingüísticos, 2) Ensino da Leitura e 3) Ensino da Literatura. Em todas as fichas, há avaliações quanto à reflexão sobre a linguagem e à construção de conhecimentos lingüísticos, à leitura e à produção de textos, além do manual do professor e dos aspectos gráfico-editoriais. Na ficha relativa ao ensino de leitura, encontra-se também a avaliação do ensino da linguagem oral. Conforme organizado abaixo:

Ficha 1 – Conhecimentos Lingüísticos

- I. Critérios Relativos à Reflexão sobre a Linguagem e à Construção de Conhecimentos Lingüísticos
 - Proposta geral do livro
 - Gramática e metalinguagem
 - Norma, variação e mudança
 - Relação fala/escrita
 - Exercícios e atividades
- II. Critérios Relativos ao Ensino da Leitura
 - Proposta geral do livro
- III. Critérios Relativos ao Ensino da Produção de Textos
 - Proposta geral do livro
- IV. Critérios Relativos ao Manual do Professor

Ficha 2 – Critérios Relativos ao Ensino da Leitura

- I. Critérios Relativos ao Ensino da Leitura
 - a) Proposta geral do livro
 - b) Questões relativas à seleção de textos
 - c) Questões relativas às atividades
- II. Critérios Relativos ao Ensino da Produção de Textos
 - a) Proposta geral do livro
 - b) Questões relativas às atividades
- III. Critérios Relativos ao Ensino da Linguagem Oral
 - a) Proposta geral do livro
 - b) Questões relativas às atividades
- IV. Critérios Relativos à Reflexão sobre a Linguagem e à Construção de Conhecimentos Lingüísticos
 - a) Proposta geral do livro
- V. Critérios relativos ao ensino da Literatura
 - a) Proposta geral do livro
- VI. Critérios relativos ao manual do professor
- VII. Critérios relativos aos aspectos gráfico-editoriais

Ficha 3 – Critérios Relativos ao Ensino da Literatura

- I. Critérios Relativos ao Ensino da Literatura
 - a) Proposta geral do livro
 - b) Quanto à seleção dos textos
 - c) Quanto às atividades propostas
- II. Critérios Relativos ao Ensino da Leitura
 - a) Proposta geral do livro
- III. Critérios Relativos ao Ensino da Produção de Textos
 - a) Proposta geral do livro
- IV. Critérios Relativos à Reflexão sobre a Linguagem e à Construção de Conhecimentos Lingüísticos
 - a) Proposta geral do livro
- V. Critérios relativos ao manual do professor
- VI. Critérios relativos aos aspectos gráfico-editoriais

Observa-se que a antiga divisão dos livros didáticos em “gramática”, literatura e redação foi modificada. Hoje, não se fala mais em “gramática”, mas em “reflexão sobre a linguagem e construção de conhecimentos lingüísticos”. Espera-se, é claro, que não seja mera mudança da nomenclatura, mas que, como sugerem os critérios, haja “reflexão” que leve os alunos a “construírem” os conhecimentos lingüísticos — em substituição às antigas aulas de Português, limitadas ao ensino da gramática normativa, nas quais a função do professor era corrigir o “português errado”, além de ensinar nomenclatura gramatical e análise gramatical, descontextualizadas.

Verifica-se também que a reflexão sobre a linguagem e os conhecimentos lingüísticos devem estar presentes em todo o livro, seja nos capítulos destinados ao tema, seja nos capítulos relativos ao ensino da leitura e da literatura, proporcionando, assim, a interdisciplinaridade, dentro do ensino de Língua Portuguesa.

Para a análise, a Ficha de Avaliação parte de perguntas para que os pareceristas respondam. Algumas são perguntas objetivas, para que seja escolhida uma resposta, entre as sugeridas; outras, são subjetivas, para que o parecerista responda de forma pessoal. Dentro dos objetivos desta pesquisa, as perguntas mais relevantes são as que se referem diretamente à reflexão sobre a linguagem e à construção dos conhecimentos lingüísticos.

A primeira pergunta, a respeito da proposta geral do livro, será reproduzida abaixo tal como se apresenta ao avaliador:

<p>1. CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS</p> <p>Critérios relativos à reflexão sobre a linguagem e à construção de conhecimentos lingüísticos</p> <p>Proposta geral do Livro</p> <p>1. De modo geral, o que este livro propõe para a construção dos conhecimentos lingüísticos do aluno?</p> <ul style="list-style-type: none">• nada de novo• um apego excessivo à tradição normativa• um equilíbrio entre tradição e novidade• uma proposta muito inovadora• outras possibilidades
--

Um dos critérios do Edital do PNLEM para aprovação dos livros é que “a *sistematização* dos fatos lingüísticos explicita as regularidades da língua. [...] A sistematização deve ser o produto de uma atividade reflexiva”. A Ficha então questiona: “A sistematização dos conhecimentos lingüísticos proposta no livro permite construir uma reflexão sobre a natureza e o funcionamento da linguagem e, em especial, sobre a língua portuguesa?”.

Questiona-se a respeito de gramática e metalinguagem:

Gramática e metalinguagem

1. Como a gramática é considerada?

- como o próprio sistema de regras de funcionamento da língua
- como um conjunto de regras normatizadas a serem seguidas em determinadas instâncias socialmente privilegiadas de uso da língua
- outras possibilidades

Ainda quanto à gramática e à metalinguagem, a Ficha de Avaliação pergunta se a “metalinguagem empregada constitui um fim em si mesma ou é apresentada como um recurso que facilita a compreensão do fato lingüístico estudado”. Questionando, assim, se o livro cumpre a exigência do edital: “A *metalinguagem* pode se mostrar um instrumento útil, desde que seja um meio para a compreensão do aspecto lingüístico estudado e não um fim em si mesma.”

Talvez a pergunta mais importante, ou que resuma melhor todas as outras, seja quanto à concepção de língua adotada no livro. “Reduz-se à de gramática?” ou “compreende as dimensões discursivo-pragmática, semântica e textual da atividade de linguagem?” A resposta a essa pergunta pode definir a aprovação ou não de um livro pelo MEC, pois como argumenta Possenti (2004: 21): “Para que um projeto de ensino de língua seja bem sucedido, uma condição deve ser necessariamente preenchida, e com urgência: que haja uma concepção clara do que seja língua”.

As Fichas trazem ainda outras perguntas interessantes, que, além de servirem como orientação para os pareceristas, também nos conduzirão nesta pesquisa sobre o tratamento da variação lingüística no livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio:

- “O livro discute o conceito de norma lingüística?”
- “Como são tratadas as noções de ‘certo’ e ‘errado’? São relativizadas, tomando-se como referência um padrão de língua sócio-historicamente constituído? Ou são tidas como absolutas e definitivas?”
- “As formas lingüísticas estudadas correspondem à realidade atual do português brasileiro contemporâneo, falado e escrito? Ou insiste-se em fazer o aluno apreender usos pouco freqüentes ou francamente obsoletos? As exceções listadas são dignas de atenção ou constituem formas já desaparecidas do uso contemporâneo?”
- “A variação lingüística é vista como constitutiva da natureza das línguas humanas ou, ao contrário, como um ‘problema’?”
- “Há no livro alguma tentativa de abordar o fenômeno da mudança lingüística? Caso afirmativo, sob que perspectiva? Procura-se mostrar que a mudança não é para ‘pior’ nem para ‘melhor’, mas que é simplesmente mudança?”
- “Quanto à relação fala/escrita, há algum reconhecimento das interpenetrações de fala e escrita? Ou recorre-se à dicotomia tradicional, que considera fala e escrita isoladamente, com uma supervalorização da escrita mais monitorada e uma desvalorização da língua falada?”
- “Os exercícios e atividades recorrem às práticas tradicionais de puro reconhecimento e classificação de classes e/ou funções de palavras, preenchimento de lacunas, substituição de palavras por seus ‘sinônimos’ etc.? Ou propõem algum tipo de prática investigativa, de pesquisa, capaz de levar o aprendiz a verificar a situação real, na língua contemporânea, do fenômeno estudado?”

São a essas e outras perguntas que os pareceristas devem responder para avaliar um livro didático inscrito no PNLEM, para que esse processo seja o mais coerente possível.

2.9.4. O livro do professor - Ensino Médio

O manual do professor é um instrumento didático que, além de dar as respostas ou sugestões de respostas aos exercícios do aluno, deve fornecer subsídios para atualização e formação continuada do professor. Para isso, o MEC exige dos autores de livros didáticos apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos, sem erros conceituais, e sugestões de leituras complementares — para o professor — com referências bibliográficas.

O edital do MEC, em Princípios e Critérios Comuns para a Avaliação de Livros Didáticos para o Ensino Médio, cita Gérard & Roegiers (1998), na relação do professor com o livro didático em que este desempenha ao menos outras duas funções:

- Auxilia no planejamento e na gestão das aulas, por meio da explanação de conteúdos curriculares e/ou do recurso a atividades, exercícios e propostas de trabalho.

- Favorece a formação didático-pedagógica do docente, por meio de um diálogo constante entre sua formação presumida e aquela implicada na proposta pedagógica do livro didático.

Gostaríamos de ressaltar que essa última tarefa citada por Gérard & Roegiers vem ao encontro de nossas convicções. Há muitos assuntos novos, como a variação lingüística, por exemplo, que, desde o início do PNLEM, é um critério do edital e da Ficha de Avaliação. Nesses casos, seria interessante o livro definir o que é, como deve ser abordado, além dos conceitos mais importantes. Caso contrário, se o professor não tem um bom embasamento teórico, pode ficar confuso na hora de ministrar aquele conteúdo.

Há muitos professores que dão aula há anos sem fazer sequer um curso de atualização, sem ler livros sobre o assunto, sem pesquisar; além da escassez de políticas eficazes na formação continuada de professores, há falhas no currículo dos cursos de Letras que formam os professores. Talvez, se o livro proporcionasse esse embasamento, de forma mais aprofundada, seria uma oportunidade de formar também o professor. O livro didático cumpriria, assim, um duplo papel.

Hoje, é exigido apenas que os autores informem a respeito de “conhecimentos atualizados ou especializados, indispensáveis à adequada compreensão de aspectos específicos de uma determinada atividade ou mesmo da proposta pedagógica do livro”, ou seja, a exigência dessa tarefa se restringe à indicação de livros e filmes sobre o assunto e à menção da proposta teórico-metodológica do livro didático.

2.8.4. Tiragem dos livros didáticos do Ensino Médio

No PNLEM de 2005, a tiragem dos livros foi a seguinte:

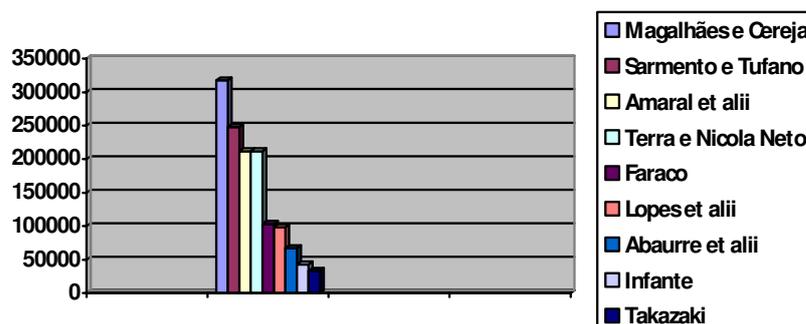
Quadro 2. Tiragem de livros no PNLEM de 2005

Editora	Título	Autor	Tiragem
Saraiva	Português: linguagens	Magalhães e Cereja	317.442
Moderna	Português: literatura, gramática, produção de texto	Sarmiento e Tufano	248.011
FTD	Novas palavras: português	Amaral <i>et alii</i>	211.967
Scipione	Português: de olho no mundo do trabalho	Terra e Nicola Neto	211.673
Base	Português: língua e cultura	Faraco	103.293
Brasil	Língua portuguesa	Lopes <i>et alii</i>	98.538
Moderna	Português: língua, literatura, produção de texto	Abaurre <i>et alii</i>	67.189
Scipione	Textos: leituras e escritas	Infante	43.022
Ibep	Língua portuguesa	Takazaki	33.147
Total			1.334.282

Fonte: FNDE

No gráfico comparativo, temos:

Gráfico 3. Tiragem dos livros no PNLEM 2005



No PNLEM de 2006, a tiragem dos livros foi a seguinte:

Quadro 3. Tiragem de livros no PNLEM de 2006

Editora	Título	Autor	Tiragem
Saraiva	Português: linguagens	Magalhães e Cereja	1.664.505
Moderna	Português: literatura, gramática, produção de texto	Sarmiento e Tufano	1.459.538
FTD	Novas palavras: português	Amaral <i>et alii</i>	1.023.682
Scipione	Português: de olho no mundo do trabalho	Terra e Nicola Neto	925.705
Base	Português: língua e cultura	Faraco	297.628
Brasil	Língua portuguesa	Lopes <i>et alii</i>	241.356
Moderna	Português: língua, literatura, produção de texto	Abaurre <i>et alii</i>	225.103
Ibep	Língua portuguesa	Takazaki	220.494
Scipione	Textos: leituras e escritas	Infante	193.844
Total			6.251.855

Fonte: FNDE

Houve um aumento de quase cinco milhões de livros, na tiragem total (conforme vemos no gráfico comparativo do número total de livros distribuídos no PNLEM de 2005 e 2006), porque o primeiro PNLEM, de 2005, era um projeto piloto que atendeu apenas às regiões Norte e Nordeste. Em 2006, as demais regiões brasileiras foram atendidas, com exceção de Minas Gerais.

Gráfico 4. Comparativo da distribuição de livros no PNLEM de 2005 e 2006



No PNLEM de 2007, a tiragem dos livros foi a seguinte:

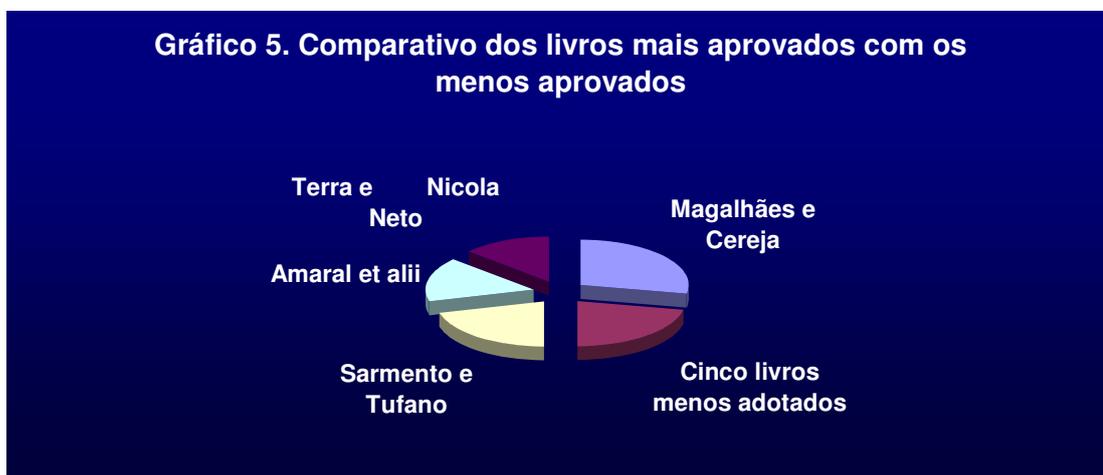
Quadro 4. Tiragem de livros no PNLEM de 2007

Editora	Título	Autor	Tiragem
Saraiva	Português: linguagens	Magalhães e Cereja	248.749
Moderna	Português: literatura, gramática, produção de texto	Sarmiento e Tufano	182.453
FTD	Novas palavras: português	Amaral <i>et alii</i>	140.284
Scipione	Português: de olho no mundo do trabalho	Terra e Nicola Neto	118.236
Brasil	Língua portuguesa	Lopes <i>et alii</i>	51.110
Base	Português: língua e cultura	Faraco	47.663
Moderna	Português: língua, literatura, produção de texto	Abaurre <i>et alii</i>	41.595
Ibep	Língua portuguesa	Takazaki	28.059
Scipione	Textos: leituras e escritas	Infante	26.008
Total			884.157

Fonte: FNDE

Conforme podemos observar nos gráficos, o LD mais escolhido pelos professores em todos os PNLEM foi *Português: linguagens*, que tem uma tiragem maior do que a soma dos cinco livros menos escolhidos. Além disso, os livros de Sarmiento e Tufano, Amaral *et alii* e Terra e Nicola Neto, juntos, tiveram uma tiragem de 440.973 livros, o que corresponde a mais de 50% do total de livros distribuídos pelo PNLEM. Ou seja, apenas quatro livros

didáticos correspondem a 78% da tiragem dos livros no último PNLEM. Percebemos, portanto, uma distribuição desigual na preferência dos professores pelos LDs.



No capítulo 4, faremos uma comparação entre a tiragem dos livros e o tratamento da VL feito pelos autores, para verificarmos se os professores estão adotando LDs que fazem uma boa abordagem da VL.

3. CORPUS E METODOLOGIA

Este capítulo explicita o *corpus* analisado e os procedimentos metodológicos adotados para realização desta pesquisa. Para investigar como está sendo tratada a variação lingüística nos livros didáticos de Português, selecionamos todos os LDs aprovados pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio de 2005/2006, em um total de 9 livros, dispostos em volume único cada um, que corresponde às três séries do Ensino Médio.

3.1. Etapas de realização da pesquisa

A parte prática da pesquisa cumpriu, pelo menos, quatro etapas de realização, conforme citado abaixo:

- I. Identificação do nível escolar a ser escolhido.
- II. Determinação dos livros didáticos a serem analisados.
- III. Análise dos livros escolhidos, com base nos objetivos traçados, no Edital de Convocação para Inscrição dos Livros Didáticos e nas Fichas de Avaliação de Língua Portuguesa do Catálogo do PNLEM 2005/2006.
- IV. Descrição da análise.

3.2. Justificativa da escolha do *corpus*

A opção pela análise dos livros do Ensino Médio se deveu aos objetivos específicos previamente traçados. Buscamos fazer uma observação da variação lingüística tratada de forma mais completa e acreditávamos que, nesse nível de escolarização, os alunos já estavam com os processos relativos à reflexão sobre a linguagem e aos conhecimentos lingüísticos mais amadurecidos e, portanto, os autores de livros didáticos deveriam utilizar, com esse público-alvo, conceitos mais aprofundados quanto a essas questões.

Selecionamos como *corpus* também o manual do professor, por ser este um instrumento didático que pode fornecer subsídios para atualização e formação do docente, para verificar de que forma esse manual trata a variação lingüística e esclarece ao professor a maneira de abordá-la em sala de aula.

3.3. Análise dos livros didáticos

Cada livro foi analisado individualmente desde o sumário e a apresentação até as últimas atividades, passando pela bibliografia consultada e indicada. Para que os resultados desta pesquisa se tornem mais claros, no próximo capítulo será feita uma descrição prévia das características gerais de cada livro no que se refere à estrutura e organização. Na análise dos LDs, priorizamos os exercícios elaborados pelos próprios autores, em vez dos exercícios retirados de provas de vestibular, visto que os primeiros refletem com mais fidelidade as opções pedagógicas dos autores.

Partimos do pressuposto de que todos os livros aprovados pelo PNLEM tratam da variação lingüística, visto que está inserido no *Edital de Convocação para Inscrição dos Livros Didáticos no Programa* que é **necessário** “considerar a língua-padrão no contexto da variação lingüística, sem estigmatizar as demais variedades” (p. 23) e “abordar os fatores socioculturais e políticos que entram em jogo no estabelecimento e difusão de ideais e padrões lingüísticos” (p. 23).

3.4. Objetivo geral da pesquisa

Traçamos como objetivo geral fazer uma investigação do tratamento da variação lingüística nos livros didáticos que estão sendo indicados/fornecidos pelo Ministério da Educação para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas públicas brasileiras do Ensino Médio. De forma geral, pretendemos analisar as concepções de língua e de gramática, presentes nos livros didáticos, e a forma como tais concepções evidenciam aspectos sociolingüísticos para o aluno/professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação lingüística, mudança lingüística e preconceito lingüístico*.

3.5. Objetivos específicos da pesquisa

Partindo do “roteiro para analisar os livros didáticos” proposto por Bagno (2007: 125), estabelecemos como *objetivos específicos* desta pesquisa verificar:

a) Como os livros didáticos empregam a terminologia relacionada à variação lingüística? Está adequada, do ponto de vista teórico-científico? Ou os autores confundem as expressões *variação*; *variedade*; *variante*; *dialeto*; *norma-padrão* com “variedade-padrão” ou “língua-padrão”; *norma-padrão* com “norma culta”? Há distinção nas definições de *norma-padrão* e variedades cultas (variedades de prestígio) ou os autores continuam confundindo/difundindo *norma-padrão* como sinônimo de “norma culta”?

O Dicionário Houaiss e outros bons dicionários autorizam o uso das formas *variante* e *variedade*, como sinônimas. Entretanto, neste trabalho adotaremos a terminologia como exposta em Bagno (2007: 57): “uma variedade lingüística é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” e “variantes lingüísticas são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”.

b) Como os livros didáticos se referem (ou não) à pluralidade de línguas existente no Brasil? Mencionam de algum modo o fato de existirem línguas indígenas e línguas trazidas pelos imigrantes, desde o início do século XIX, convivendo com o português brasileiro, ou apresentam o português como único idioma falado no País?

Desde a origem histórica do Brasil, existe a ideologia da uniformização e homogeneização lingüística, que até hoje se expressa numa afirmativa falsa de que o Brasil é um país unilíngüe (Silva, 2004). Falsa porque diante da magnitude territorial e da heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos de sua história, o Brasil é, por definição a nação da diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. E suas línguas refletem isso: o plurilingüismo e o pluridialealismo participam do pluriculturalismo (Silva, 2004), característica indiscutível deste país que tem hoje mais de 180 milhões de habitantes¹⁷ e cerca de duzentos idiomas (além das línguas indígenas — aproximadamente 170 — convivem com o português brasileiro outras quase trinta línguas trazidas pelos imigrantes desde o início do século XIX, após a independência, em 1822)¹⁸.

¹⁷ Fonte site www.ibge.gov.br/home/presidência, consultado em 9 de setembro de 2006.

¹⁸ Texto “Monolingüismo e preconceito lingüístico”, de Gilvan Müller de Oliveira, disponível no site do Ipol (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística), www.ipol.org.br, consultado em 3 de outubro de 2006.

Assim, a história mostra que o Brasil não apenas foi no passado um país multicultural e plurilíngüe, mas é ainda hoje um país pluricultural e multilíngüe, não só pela atual diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada, obscurecida por outro preconceito, o de que o português é uma língua sem dialetos¹⁹.

c) Como os livros didáticos abordam a variação? Evidenciam a variabilidade nos fenômenos gramaticais existentes no português falado no Brasil, ou limitam-se a fenômenos de prosódia (“sotaque”) e de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)? O livro menciona a variabilidade nos pronomes (oblíquos, pessoais, de tratamento etc.), na concordância verbal e nominal, na regência verbal e nominal, no uso de determinadas palavras e expressões?

d) Como os livros didáticos consideram a variação lingüística apresentada? Apresentam coerência entre a abordagem dada à variação lingüística exposta no(s) capítulo(s) destinado(s) ao tema e nas demais atividades propostas no livro, ou nos outros capítulos falam de “certo” e “errado”, tomando como padrão de julgamento apenas a gramática normativa?

e) Como os livros didáticos lidam com a variação entre fala e escrita. Apresentam o amplo contínuo²⁰ de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou separam rigidamente a fala e a escrita?

¹⁹ Idem.

3.6. Livros didáticos analisados

Os LDs analisados são os seguintes:

Quadro 5. Livros didáticos analisados

Título	Autor(es)	Editora
<i>Língua Portuguesa</i>	Heloísa Harue Takazaki	Ibep – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda.
<i>Língua Portuguesa</i>	Harry Vieira Lopes Jeosafá Fernandes Gonçalves Simone Gonçalves da Silva Zuleika de Felice Murrie	Editora do Brasil S/A
<i>Novas Palavras - Português</i>	Emília Amaral Mauro Ferreira do Patrocínio Ricardo Silva Leite Severino Antônio Moreira Barbosa	FTD S/A
<i>Português - De Olho no Mundo do Trabalho</i>	Ernani Terra José Nicola Neto	Scipione Ltda.
<i>Português - Língua, Literatura, Produção de Textos</i>	Maria Luiza Marques Abaurre Marcela Regina Nogueira Pontara Tatiana Fadel	Moderna Ltda.
<i>Português - Língua, Literatura, Gramática, Produção de Textos</i>	Leila Lauer Sarmento Douglas Tufano	Moderna Ltda.
<i>Português: Língua e Cultura</i>	Carlos Alberto Faraco	Base Editora e Gerenciamento Pedagógico
<i>Português: Linguagens</i>	Thereza Anália Cochar Magalhães William Roberto Cereja	Atual Editora
<i>Textos: Leituras e Escritas</i>	Ulisses Infante	Scipione Ltda.

4. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste capítulo, serão apresentadas as análises dos livros didáticos selecionados. As análises dos livros serão dispostas por título, em ordem alfabética, seguido do nome do autor, obedecendo à mesma seqüência que aparece no Catálogo do PNLEM. Iniciaremos com uma descrição da estrutura e organização do livro do aluno e do manual do professor; buscaremos a proposta teórico-metodológica dos autores, faremos uma análise do capítulo destinado à variação lingüística, seguida dos demais capítulos do livro, para chegarmos ao objetivo principal desta pesquisa de observar o tratamento da variação lingüística no livro didático de Português.

4.1. *Língua Portuguesa* – Takazaki

4.1.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O livro didático *Língua Portuguesa*, publicado pela editora Ibp, da autoria de Heloísa Harue Takazaki, foi classificado como manual²¹ e é composto por 24 capítulos, além de duas seções complementares, “Questão de Estilo” (dividida em Literatura, e Lingüística) e “Gramática”. Esta tem o objetivo de servir apenas como material de consulta para as práticas de leitura e produção de textos, pois, como realça a autora, “na concepção adotada por este material didático, não cabe nenhuma espécie de exercícios de memorização de regras ou nomenclaturas” (Livro do professor, p. 16).

Os capítulos não apresentam sempre as mesmas seções nem obedecem a uma seqüência fixa, apesar de cada unidade ter um foco específico. A autora apresenta textos de gêneros diversificados e linguagens variadas. Além disso, os temas levam o aluno a se posicionar e a emitir juízos de valor.

²¹ Como o *Edital de Convocação para Inscrição* exige que os livros do Ensino Médio sejam dispostos em um volume único, este pode ser classificado de duas formas: “compêndio”, são os que visam a expor de forma sistemática todos os conteúdos mais relevantes da disciplina em um determinado nível de ensino, deixando a cargo do professor a seleção e ordenação, a cada série e a cada aula. E “manual”, são os livros que se organizam como um roteiro de atividades de ensino/aprendizagem, concebidas e organizadas de acordo com uma determinada prática docente.

As páginas de abertura de cada capítulo têm como finalidade introduzir o assunto que será tratado no decorrer da unidade. Para o professor, essa é a oportunidade de fazer um breve levantamento sobre as idéias, conceitos e preconceitos que os alunos já têm. Em seguida, a autora apresenta a posição de autoridades no assunto. Em geral, são propostas trocas de idéias, relatos de experiências e manifestação de opiniões.

Percebe-se a preocupação da autora em disponibilizar argumentos diversos, para orientar os alunos, tomando como referência especialistas na área. Em *Linguística*, por exemplo, cita Marcos Bagno, Sírio Possenti, Luis Carlos Cagliari, Carlos Franchi, Ingedore Koch. Utiliza também textos de apoio de músicos (Gilberto Gil, Leoni, Herbert Viana, Paula Toller), cronistas (Luis Fernando Veríssimo, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Leminski), e outros que discutem o assunto abordado no capítulo, sempre de forma bem-humorada, contextualizada e interessante para os alunos.

4.1.1.2. Manual do professor

O manual do professor está dividido em duas partes: “Proposta Educacional” e “Língua Portuguesa”. Na primeira, apresenta sua concepção de educação, escola e sociedade, mostra o papel da escola na sociedade e finaliza com considerações epistemológicas. Na segunda, dá orientações sobre a Língua Portuguesa no Ensino Médio; explica como o livro foi organizado; dá orientações ao professor (no início de cada capítulo) e respostas às atividades. É, portanto, como consideramos que deve ser um manual do professor: um material também de formação do professor.

4.1.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica

Na apresentação do livro do professor, a autora apresenta a proposta da obra como

o estudo da linguagem verbal dos textos e da inter-relação entre as diversas linguagens que permeiam o meio social. Em outras palavras, o que se pretende do aluno não é a classificação de termos gramaticais, mas a ativação de mecanismos lingüísticos. (p. 4)

O que se propõe é um estudo das possibilidades da língua portuguesa a partir de seus maiores temas: a fala e a escrita; as variedades lingüísticas; gramática e lingüística, gramática normativa e noção de erro, etc.

Na fundamentação teórica, a autora assume que a língua não é única nem homogênea, que, mais que um meio de comunicação, a língua é um fenômeno social, que a memorização de nomenclatura gramatical e a classificação de palavras e frases pouco contribuem para um domínio efetivo da língua. Observamos que esse discurso é coerente com a prática das atividades propostas no livro. Essa percepção é confirmada pelos pareceristas, no Catálogo do PNLEM (p. 17), que expõem que: “quanto à língua, evidencia-se uma concepção nitidamente orientada para o uso”.

Nossa percepção foi a mesma dos pareceristas também no que diz respeito aos conhecimentos lingüísticos:

O livro aborda conceitos fundamentais para a educação escolar – como língua, linguagem, gramática e texto – e proporciona instrumental teórico adequado para que o professor oriente o aluno a analisar, a sistematizar e a tirar suas próprias conclusões a respeito do funcionamento e do poder da linguagem na sociedade contemporânea, [...] em uma proposta que não divide em setores os seus usos, acolhendo a variação lingüística (Catálogo do PNLEM, p. 20).

As atividades propostas no livro confirmam e propiciam suas considerações epistemológicas de que “a escola deixou de ser a detentora e transmissora do conhecimento produzido e passou a ensinar a aprender, conferindo também ao educando um papel dinâmico na busca pelo conhecimento” (Livro do Professor, p. 6).

4.1.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

O livro didático de Takazaki é um dos que mais e melhor apresenta a questão da variação lingüística. Esta não fica restrita a apenas um capítulo; três capítulos são dedicados ao tema: o capítulo 1, “Ponto de Partida: Língua”, tem como tópicos a variação lingüística, a norma culta²², apresentada como variedade de prestígio, a dicotomia “erro” (dessa maneira, entre aspas) e adequação; o capítulo 13, “Variedades da língua portuguesa”, que traça o mapa da língua portuguesa, trata das variedades regionais, temporais e sociais; e o capítulo 18, denominado “Lingüística”, que desenvolve o tema proposto como título do capítulo.

²² A terminologia foi citada como utilizada pela autora e será comentada no tópico seguinte.



Este primeiro capítulo é muito bem elaborado. Ao final, parece ter havido um ciclo de idéias, que se inicia com concepções distintas de língua, fundamentadas em fragmentos de textos de linguistas (Carlos Franchi e Sírio Possenti), comentários do gramático Napoleão Mendes de Almeida e trecho do livro *Os Cem Erros Mais Correntes da Língua Portuguesa Falada no Brasil*, de Edmundo Dantes Nascimento. Com essa estratégia, permite-se que o aluno tenha acesso a diferentes opiniões e forme seu próprio ponto de vista sobre o assunto. Para complementar, sugere a leitura de *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno.

Ainda no capítulo 1, reproduz-se uma entrevista com Pasquale Cipro Neto, publicada na revista *Veja*, de 10 de setembro de 1997, baseada em preconceitos sobre a língua – vista como um código único e invariável e, portanto, passível de “erros”. O entrevistador inicia definindo o entrevistado como “professor de português” — “um idioma que, de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser explicado e divulgado para milhões que o têm como língua materna.” (p. 12). Na entrevista, Cipro Neto diz, entre outras coisas, que “o português é mal-falado e mal-escrito no Brasil” e que “existem lugares que falam melhor ou pior a língua portuguesa” (p. 12).

Em seguida, em “Para Confrontar”, seção que propõe atividades questionadoras a respeito do tema da unidade, a autora traz um texto do linguista Marcos Bagno, em que a língua é considerada em uma outra perspectiva: a de que é variável e o discurso vigente sobre

“erros de português” não passa de uma falácia, já que, na realidade, tais “erros” constituem simplesmente inadequações a uma norma-padrão (p. 16). Com as idéias de Bagno, a autora esclarece aos leitores de seu LD: “na verdade, há diferentes variedades do português. Cada uma delas perfeitamente válida em seu contexto. Todas merecedoras de respeito” (p. 16).

Para corroborar as idéias do lingüista, a autora transcreve trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: “não se pode insistir na idéia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade lingüística de prestígio” (p. 15). Logo após, pergunta ao aluno qual conjunto de idéias – as de Marcos Bagno ou as de Pasquale Cipro Neto – parecem estar mais de acordo com esse texto dos PCN. Dessa maneira, a autora leva-o a perceber que a proposta do lingüista é muito mais coerente com o que se espera do ensino/aprendizagem de LP, como proposto pelas políticas públicas.

Ainda no primeiro capítulo, a autora sugere uma pesquisa, por meio de entrevistas a pais e professores, sobre o ensino de LP hoje e em outras épocas. Após uma completa orientação aos alunos sobre como fazer o trabalho, ressalta, no livro do professor, a importância de conversar com os alunos sobre as diferenças entre ensino de Língua Portuguesa de tradição puramente gramatical e o ensino que se pretende hoje, com alunos usuários efetivos da língua. A autora salienta que usar e dominar a língua não significam necessariamente decorar listas e mais listas de nomenclaturas e classificações, mas compreender, analisar, criticar, construir e reconstruir significados nos discursos que se apresentam diariamente no nosso cotidiano.

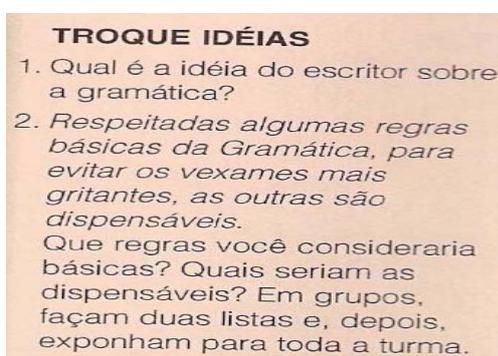
Como podemos perceber, as atividades propostas têm como tema a variação lingüística não como assunto obrigatório, apenas para cumprir um critério exigido pelo MEC, mas como objeto e objetivo bem definidos da educação em língua materna. As discussões desse capítulo não terminam aqui. Outras reflexões sobre o discurso vigente, sobre a língua e o ensino de língua são feitas nos capítulos seguintes.

Em “Variedades da língua portuguesa”, capítulo 13, a autora retoma o assunto e, na orientação para o professor, define a língua como um fenômeno social e afirma que as

peessoas usam diferentes *variedades* de língua de acordo com suas características pessoais e com a situação interlocutiva (assunto, grau de intimidade com o interlocutor etc.).

O capítulo 18, cujo título é “Linguística”, também retoma algumas idéias sobre concepção de língua. No livro do professor, a autora explica que o objetivo é apresentar um panorama a respeito das discussões que envolvem os estudos linguísticos da atualidade, com o propósito de apresentar o caráter falacioso do discurso que diz que a língua é única e invariável, passível de “erros”.

Nos exercícios desse capítulo, com base no texto “Gigolô das Palavras”, de Luís Fernando Veríssimo, questiona quais regras da gramática são importantes para evitar os vexames mais gritantes e quais são dispensáveis. E orienta: “Professor(a), observe com os alunos que as regras que evitam os ‘vexames’ podem não ser iguais para todos” (p. 19). E sugere a comparação dessas regras com regras de etiqueta, variáveis de acordo com a cultura, a região e o período histórico.



p. 199

4.1.4. Terminologia empregada

Em geral, as terminologias referentes à variação linguística são utilizadas de forma adequada, exceto “norma culta” e “língua-padrão”, adotadas nesses termos em toda a obra, para se referir à *língua culta*, ou variedades de prestígio, e à *norma-padrão*, respectivamente. Entretanto, embora com a terminologia diferente da que adotamos neste trabalho, a distinção língua culta/norma-padrão é feita. Na p. 233, por exemplo, utiliza-se o termo “língua-padrão”, para dizer que “a carta de apresentação que um candidato faz para uma empresa é uma forma de avaliar a capacidade de elaboração textual e domínio da ‘língua-padrão’”, mas fica claro que a autora fazia referência à *norma-padrão*.

Na página 236, fica ainda mais claro que, quando a autora diz “língua padrão”, se refere à *norma-padrão*: “Leia algumas regras da língua padrão, prescritas por gramáticos”. Como sabemos, as regras prescritas por gramáticos fazem parte da *norma-padrão*, e as regras citadas pela autora são das gramáticas de João Domingues Maia e de Domingos Paschoal Cegalla.

3. Leia algumas regras da língua padrão, prescritas por gramáticos e, ao lado, algumas frases. Analise a observância às regras e, se for o caso, corrija o trecho.

<p>Verbo haver</p> <p>O verbo <i>haver</i>, com o sentido de existir, ocorrer, só se conjuga na terceira pessoa do singular. A impessoalidade deste verbo transmite-se ao auxiliar.</p> <p>MAIA, João Domingues. <i>Gramática</i>. São Paulo: Ática, p. 241.</p>	<p>a) Houveram contradições nos relatórios apresentados.</p> <p>b) Haviam cinco problemas com o produto B254 a serem resolvidos.</p> <p>c) Não há como atender a essa solicitação no momento.</p> <p>d) Devem ter havido erros de avaliação no processo.</p> <p>e) Prevê-se que hajam 50 % de desistências no decorrer do ano.</p>
<p>Pronomes eu e mim</p> <p>Emprega-se <i>eu</i>, quando for sujeito de um verbo no infinitivo, e <i>mim</i> quando complemento, ou adjunto adverbial.</p> <p>CEGALLA, Domingos Paschoal. <i>Novíssima gramática da Língua Portuguesa</i>. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 512.</p>	<p>a) Solicitou para mim receber o relatório final do projeto.</p> <p>b) Solicitou, para mim, receber o relatório final do projeto.</p> <p>c) Deixou o projeto para eu analisar.</p> <p>d) Por mim, nada a ser acrescentado.</p> <p>e) Entre mim e a empresa Tal, não há chances de negociação.</p>

Portanto, apesar dessas inadequações terminológicas, o mais importante em relação à nomenclatura é que a distinção *língua culta X norma padrão* será percebida na obra de Takazaki.

4.1.5. Relação fala/escrita

O livro se baseia na perspectiva discursiva da língua e privilegia, como objeto de estudo, os gêneros textuais. Para vincular o processo de ensino à realidade social dos alunos e professores, a autora utiliza discursos do jornalismo, da televisão e da internet, mostrando o amplo contínuo que vai da fala mais espontânea à escrita mais monitorada.

4.1.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

O capítulo 13 apresenta o mapa da língua portuguesa e menciona a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP; trata também das variedades regionais e sociais. No livro do professor, p. 38, é feita uma discreta menção às línguas indígenas e às línguas dos migrantes que, apesar de pequena, já chama a atenção do professor para o assunto.

Variedades da língua portuguesa
CAPÍTULO 13

A língua, mais do que um código semântico ou meio de comunicação, é considerado um fenômeno cultural e social. Sendo assim, pode-se afirmar que as pessoas usam diferentes variedades de língua segundo suas próprias características pessoais (origem geográfica, procedência social, idade) e de acordo com a situação interlocutiva (assunto, grau de intimidade com o interlocutor). O que se propõe é que os alunos aprendam a escolher e a assumir determinados comportamentos lingüísticos de acordo com a situação interlocutiva. Muitas atividades e reflexões foram propostas neste livro. Em muitas ocasiões, no entanto, é o professor em sala de aula que decidirá quando deve intervir e propor reflexões sobre o tema, especialmente quando se tratar de diferenças regionais ou sociais que, muitas vezes, são motivos de discriminação.

Atividades do livro do aluno

Troque idéias, p. 143
Professor, comente que, além das inúmeras línguas indígenas ainda faladas, há comunidades que falam dialetos africanos (recentemente foi descoberta no Pará uma comunidade falante de um dialeto do banto) e outras comunidades de colonizadores que mantêm a língua do país de origem (exemplo, algumas comunidades de origem polonesa e ucraniana no Paraná).

Estudo do texto “Brasil e Portugal...”, p. 145

1. Resposta do aluno.
2. a) Orientações ao professor: comente que Oswald de Andrade critica a regra da

4.1.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

O livro faz uma boa abordagem “teórica” da variação, entretanto, como não trabalha muito com questões gramaticais, não evidencia que a língua apresenta variabilidade nesses fenômenos.

4.1.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 6. Quadro-resumo da análise do LD de Takazaki

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

Para tratar as questões gramaticais, Takazaki apresenta apenas um apêndice gramatical.

4.1.9. Conclusões

Como se vê no quadro acima, todos os capítulos do LD de Takazaki apresentam coerência com o tratamento da variação lingüística proposto nos capítulos destinados ao tema. No tratamento das variedades, a autora menciona as variedades rurais, regionais e sociais. O livro apresenta a pluralidade de línguas existentes no Brasil de forma discreta e reduzida, mas já consideramos um avanço em relação aos livros mais tradicionais. Uma falha a ser corrigida no livro didático de Takazaki é quanto ao emprego das terminologias para se referir à norma-padrão e às variedades cultas.

Entre os critérios traçados para a análise do LD, o único que não se destacou foi o que se refere à variabilidade nos fenômenos gramaticais nas línguas dos falantes urbanos escolarizados, cultos. A questão foi abordada apenas indiretamente, ao se mencionar trechos dos PCN.

4.2. *Língua Portuguesa* – Lopes et alii

4.2.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Língua Portuguesa*, de Harry Vieira Lopes, Jeosafá Fernandes Gonçalves, Simone Gonçalves da Silva e Zuleika de Felice Murrie, publicado pela Editora do Brasil, é um compêndio, ou seja, expõe os conteúdos curriculares de forma que o próprio professor escolhe a ordem das aulas. Os conteúdos referentes a Língua e Literatura estão divididos de forma bem delimitada, sendo trinta módulos subdivididos em áreas temáticas: reflexões sobre gramática (oito módulos); sobre a literatura (sete módulos); sobre narrativa literária (seis módulos); sobre textos pragmáticos (nove módulos). Cada módulo tem uma estrutura particular, ou seja, não segue uma ordem fixa.

Observamos que os autores se destacam por adotar uma proposta de interlocução, e escrevem como se estivessem dialogando com o aluno, utilizando uma linguagem informal, muitas vezes, próxima da oralidade. Para exemplificar, citaremos dois trechos do livro:

Neste módulo, debateremos esse jogo de estica estica da língua e analisaremos quais as forças e habilidades requeridas para participar e ganhar o jogo da linguagem, conquistando assim a “liberdade pra dentro da cabeça” (p. 12).

para que possamos nos livrar das marcas deixadas pela aprendizagem desagradável da gramática, vamos procurar convencê-lo de que o estudo científico da linguagem nos permite o conhecimento mais crítico de nós mesmos, dos outros e da sociedade em geral. Vamos analisar juntos um texto. Para um leitor pouco esclarecido, o texto poderá parecer um horror. E muitos dirão: esse aluno não sabe escrever, não sabe gramática! (p. 51)

Observamos que a linguagem utilizada pelos autores é um tanto “elevada” e detalhada para os alunos do ensino médio. Muitas vezes, o LD parece dialogar com o professor em formação, como se o livro se destinasse a isso, e não ao ensino de português na escola.

4.2.1.1. Manual do professor

O manual do professor é um dos mais bem organizados dos livros aprovados pelo PNLEM, em termos de organização física. Inicia-se com uma introdução ao assunto do capítulo, mostra as habilidades e competências a serem desenvolvidas, o conteúdo abordado, os tópicos relacionados, os autores citados, a integração com outras disciplinas, o processo de avaliação, a bibliografia e as respostas e comentários às atividades propostas.

Entretanto, o manual perde boas oportunidades de esclarecer o professor quanto a determinados assuntos. Muitas vezes, não oferece respostas a importantes perguntas formuladas para o aluno, que esclareceriam temas importantes. Por exemplo, na p. 50, propõe a pergunta aos alunos “Vale a pena aprender Gramática?”, e não dá nenhuma orientação ao professor. Sabemos que esse é um tema complexo, que ensejaria um bom esclarecimento ou, no mínimo, indicações de leituras como Ilari e Basso (2006), Mattos e Silva (1995) e Moura Neves (2003, entre outros), além de Possenti (1996).

4.2.2. Fundamentação teórico-metodológica

Há, no LD, diversos exemplos de que a concepção de língua trazida pelo livro é a de uma atividade social. Como podemos demonstrar com a definição de língua: “uma construção de determinada sociedade e, portanto, um conjunto de escolhas que representam os valores, os modos de ver, sentir e ser de grupos sociais” (p. 44). Ou quando, na p. 103, no

tópico “A linguagem verbal é poder”, os autores mencionam que “avaliamos, muitas vezes, as pessoas pelo modo como elas falam e escrevem”.

A gramática também é vista sob uma ótica social: “a gramática é mais que um conjunto de regras inflexíveis. [...] Compreendendo as diferentes manifestações de linguagem verbal, podemos conhecer as possibilidades da língua e estudar a gramática como articuladora dos significados sociais que se mostram nesse uso” (p. 41). Ou quando defendem que: “a aula de gramática deve ser sempre um momento de reflexão sobre a língua, e nunca de opressão.” (p. 63).

4.2.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

O primeiro capítulo do livro, chamado “Liberdade É Poder Se Expressar”, é destinado à VL. No tópico “O poder da linguagem verbal”, os autores apresentam uma visão social da língua, demonstrando a importância da autoridade e/ou da hierarquia na relação entre os falantes. No subtópico “Variação lingüística”, p. 15, os autores se propõem a analisar o fenômeno da VL de diversos modos e citam dois: “Culturalista”, em que “a língua representa a experiência humana”, na qual “a relação entre língua e cultura é indissociável”, e “Comunicativa”, em que “a língua representa a instituição de regras que determinam e demonstram as possibilidades comunicativas”. Lemos ali que “a variação é a seiva que mantém a língua viva e é impossível impedi-la – por mais que se tente fossilizar a língua, ditando regras a serem seguidas — ela sempre surpreende com sua diversidade” (p. 15).

Em seguida, os autores tentam aprofundar o assunto, tratando sobre a variação estilística, sociocultural (faixa etária, sexo e grupos profissionais), geográfica (diferenças entre Brasil e Portugal e entre regiões do país), histórica e entre modalidades (fala e escrita). Todas são ilustradas com um texto, seguido de exercícios de interpretação, mas isso é feito de forma superficial, como tentaremos mostrar mais adiante.

Menciona-se também, neste capítulo, “a discriminação decorrente do uso de variantes”. Para os autores, “cada variante representa um grupo social” (p. 35). Defende-se que “não há língua portuguesa certa ou errada; existem variações de prestígio” (p. 35). E

ensina-se que “o segredo está em saber adequar o ato verbal às situações de uso; compreender qual a variedade mais adequada naquele momento com determinadas pessoas” (p. 35).

O primeiro exercício do capítulo é retirado do texto literário “O ferrador de cavalos”, de Lêdo Ivo (p. 11):

Em que língua falarei ao ferrador de cavalos? Por que, na minha língua de assombro e vogal, só falo a mim mesmo – ao meu nada e ao meu tudo – e nem sequer disponho do gesto dos mudos?	Se as palavras morrem à míngua como os homens e se o silêncio fala seu próprio idioma, em que língua direi ao homem diferente que ele é meu semelhante quando o vejo ferrar o casco de um cavalo?
--	---

A primeira crítica que se pode fazer é em relação ao texto escolhido para introduzir o assunto, um texto literário, lírico, em que a discussão sobre a linguagem não toca propriamente o fenômeno da variação lingüística. Os autores deveriam ter sido mais precisos e diretos: expor conceitos bem definidos, como faz Faraco (como veremos adiante), ou propor o assunto por meio de reportagens objetivas, de jornais e revistas, como faz Takazaki, para, depois que o assunto estiver bem sistematizado, tentar abordá-lo por meio de gêneros literários ou outros que exponham o assunto de forma mais “poética”.

Nos exercícios (explicitados a seguir), os autores fazem confusão terminológica, o que prejudica a exploração do tema; levantam questões polêmicas e não propõem respostas ou sugestões de respostas para o professor, como quando perguntam: “Quais são as diferenças entre a língua do poeta e a língua do ferrador de cavalos? Por que elas se diferenciam?” (p. 11). E apresentam a seguinte resposta para o professor: “O poeta demonstra em seu poema que entre ele e o ferrador há uma dificuldade de comunicação” (manual do professor, p. 41). É incoerente com a pergunta, pois não responde “quais as diferenças”, aponta apenas uma possível conseqüência dessas diferenças — diferenças, aliás, que não aparecem no texto, uma vez que o leitor do poema não tem acesso à linguagem do ferrador de cavalos, pois a única voz presente é a do ‘eu lírico’. Somente um exercício de imaginação, baseado em preconceitos sociais, pode levar o leitor a imaginar que o ferrador de cavalos usa uma variedade lingüística muito diferente da do ‘eu lírico’ do poema. Esse exercício é ainda mais inadequado quando se sabe que, para leitores juvenis contemporâneos, um ferrador de cavalos

é um personagem social totalmente distante da realidade brasileira dos dias de hoje. Como se vê, as respostas não ajudam nem na interpretação do texto, nem na abordagem do tema.

E o exercício conclui: “Você considera que a língua portuguesa é única para todos os falantes brasileiros? Há variações? Quais? Por que elas ocorrem?” (p. 11). Novamente, o manual do professor não traz resposta à pergunta elaborada, orientando apenas que “essa pergunta poderá fazer parte de uma imensa discussão entre os alunos” (manual do professor, p. 42). Perde-se, dessa forma, a oportunidade de esclarecer/orientar/informar o professor.

Lêdo Ivo é poeta, ensaísta e romancista, nascido em Maceió, Alagoas, em 1924. Em seu livro *Noite misteriosa* está incluído o poema “O ferrador de cavalos”, que você acabou de ler.

O poema nos servirá de pretexto para discutir o tema língua, cultura e variações lingüísticas. Relacione nosso tema ao texto poético, respondendo às perguntas do roteiro que se segue:

- O poeta considera que há uma só língua?
- Quais são as diferenças entre a língua do poeta e a língua do ferrador de cavalos? Por que elas se diferenciam?
- O poeta compreende a língua do ferreiro e este compreende a língua do poeta? Que língua os separa?
- A língua do poeta e a do ferreiro são permanentes no tempo?
- O poeta diz que o silêncio fala seu próprio idioma. Qual o significado dessa afirmação no poema?
- Você considera que a língua portuguesa é única para todos os falantes brasileiros? Há variações? Quais? Por que elas ocorrem?

Debata suas respostas com os colegas, sob orientação do professor.



Em seguida, ainda no primeiro capítulo, os autores tratam da VL conceituando e exemplificando a variação estilística, sociocultural, geográfica e entre modalidades. Além disso, explicam a discriminação decorrente do uso de variantes e a variação na literatura.

Ao explicar a importância do contexto para a língua, o LD restringe-se às variações do léxico, como no clássico exemplo das diferentes acepções da palavra “manga” (p. 45) e da palavra “cachorro”: “Eu levo uma vida de cachorro. / O cachorro foi encontrado no parque. / Ele é um cachorro! / Estou com vontade de comer um cachorro-quente” (p. 48).

4.2.4. Terminologia empregada

No subtópico “Variante e norma padrão” (p. 36), afirma-se que “a norma padrão é uma variante lingüística de determinado grupo social que impõe aos demais suas formas de

uso. Ela está intimamente ligada ao poder econômico, político e social.” Como mostramos no capítulo 3, a *norma-padrão* não é uma variante de determinado grupo social. Na realidade, ela não pertence a nenhum grupo social, é um padrão ideal, construído socioculturalmente.

Algumas terminologias empregadas no livro prejudicam a compreensão do aluno e do professor. O exercício da p. 11 (exposto acima) questiona: “O poeta considera que há uma só língua?”. A sugestão no manual do professor é que

Não. Segundo o poeta, para cada tipo humano há uma **língua** própria, a qual o faz se comunicar de forma eficiente com pessoas do mesmo grupo. O poeta retrata em seu poema a dificuldade que poderia encontrar na execução de uma comunicação com um ferrador ou com alguém que utilizasse uma **língua** diferente da sua (p. 41, grifos nossos).

Nesse momento, os autores queriam dizer que para cada “tipo humano” há uma “variedade” própria de língua e não uma “língua” própria, já que, no caso, a língua do poeta e do ferrador é a mesma, as *variedades* é que são diferentes. Seria menos grave se os autores tivessem empregado o termo “linguagem” em vez de “língua”. Além disso, não se especifica qual seria esse “mesmo grupo”, com o qual ele poderá se comunicar. É o grupo nacional, social, etário, regional, profissional? Ademais, afirma o preconceito lingüístico por julgar que o poeta poderia “encontrar dificuldade” em se comunicar com o ferrador, sem explicar por quê. Há também um problema de análise de texto literário: não se pode atribuir ao “poeta”, isto é, ao cidadão Lêdo Ivo, as idéias expressas no poema; a teoria literária nos ensina a distinguir o “narrador” (no caso da poesia, o “eu lírico”) do ser humano de carne e osso que produziu aquele texto.

Na p. 12, encontramos outros termos empregados de forma diferente da que estamos considerando neste trabalho. Os autores utilizam três vezes a expressão “variante lingüística”, para questionar qual tipo (de “variante lingüística”) o aluno utiliza nas situações em que ele se sente mais à vontade para falar. Ressaltamos que, como explicamos no capítulo destinado à metodologia, apesar de os melhores dicionários, como Houaiss e Aurélio, apresentarem os termos *variante* e *variedade* como sinônimos, assumimos que, como exposto em Bagno (2007: 57): “uma variedade lingüística é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” e “variantes lingüísticas são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”.

4.2.5. Relação fala/escrita

No capítulo 1, em “Variação entre modalidades”, os autores tratam das diferenças entre fala e escrita e alertam o aluno contra os preconceitos associados às variantes não-padrão. Citamos na íntegra:

Apesar de complementares na comunicação, a escrita tem tomado o espaço da fala e se constituído como modelo. Falar como se escreve é um desvio tão complicado quanto escrever como se fala. Fala e escrita devem conviver e ajustar-se às intenções de seu uso informal e formal. A segunda, por sua natureza de registro permanente, tem regras menos flexíveis que a primeira, mas nem por isso deixa de apresentar seus gêneros discursivos, os tipos de textos, que impõem uma certa ordem à relação lingüística (p. 35).

Ao dizer que a escrita tem tomado o lugar da fala, os autores logo complementam “e se constituído como modelo”. De fato, nas sociedades letradas, os ideais de “correção” estão sempre vinculados aos modelos literários, à escrita formal, prestigiada. Embora digam que a escrita é menos flexível, eles reconhecem que ela também é heterogênea.

Apesar de o edital de convocação do PNLEM exigir “uma abordagem da *relação fala/escrita* que não seja dicotômica [...], mas que leve em conta a existência de um *continuum* de gêneros textuais perpassado por um *continuum* de monitoramento estilístico” (p. 32), apresenta-se o seguinte quadro comparativo, no qual não há distinção quanto ao grau de monitoramento da fala e da escrita, como se toda fala fosse informal e toda escrita fosse formal.

Características da fala	Características da escrita
a) estrutura sintática truncada	a) estrutura sintática organizada
b) conectivos: e, mas aí, então, depois, aí, bom, muito bem...	b) conectivos apropriados à seqüência temporal do texto.
c) vocativo	c) ordem canônica da frase
d) imperativo	d) tempos e modos verbais variados

(p. 35)

Esse quadro comparativo proposto pelos autores não atende, portanto, às disposições do edital do PNLEM, de não se adotar uma relação fala/escrita dicotômica, já que, como confirmamos, esta não refletirá a realidade.

No tópico “A discriminação decorrente do uso de variantes”, os autores registram novamente o binômio fala/escrita com a seguinte afirmação: “na escrita, as regras são mais claras; mas, na fala, ninguém sabe dizer o que é exatamente a norma-padrão. Sabemos que a fala formal deve se aproximar da escrita.” (p. 36)

Apesar dessas inadequações no primeiro capítulo, destacamos que os autores demonstram a preocupação em trabalhar com a linguagem oral, em diversas atividades do LD. Porém, em geral, esse trabalho toma como referência a conversa ou o debate informais, em detrimento de situações formais de interlocução.

É interessante ressaltar que os autores foram os únicos a mencionar o Projeto Nurc, projeto científico de investigação da língua oral culta no Brasil, para propor uma pesquisa na qual os alunos devem gravar e transcrever a fala para analisar as condições de produção da conversa, a hierarquia dos interlocutores, as marcas lingüísticas de autocorreção, os marcadores de conversação, etc. Essa proposta também mereceu destaque dos pareceristas no Catálogo do PNLEM, como uma atividade que “abre interessantes perspectivas de reflexão sobre as diferenças entre fala e escrita, registros, formalidade/informalidade do discurso” (p. 25).

4.2.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Na p. 103, os autores afirmam que “a língua portuguesa, por meio da qual você fala, pensa e escreve tem um valor muito grande na sociedade”. Mas não há qualquer tipo de comentário a respeito das outras línguas que convivem com o português no Brasil.

4.2.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

No capítulo “Você Sabe Gramática?”, para explicar a diferença entre as concepções de gramática e de norma-padrão, os autores expõem que

tanto a expressão ‘nós vai’ como ‘nós vamos’ comunicam a proposição afirmativa de ir a algum lugar. As duas frases são gramaticais, apesar de a primeira não obedecer às normas que indicam a concordância entre o sujeito e o predicado (p. 46),

mas nos demais capítulos do LD, os autores não fazem abordagem da variação nos fenômenos gramaticais, isso porque o livro foge dos moldes tradicionais. Ou seja, não há listas de categorias morfológicas ou sintáticas, nas quais, nos livros em geral, a variação é comentada (mesmo que para se falar de “certo” e “errado”).

Apresentam-se apenas regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal e colocação pronominal. Outras regras normativas são expostas a partir de leis (Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, que trata da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, que aprova o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, com base no Base no *Vocabulário da Ortográfico da Língua Portuguesa das Academia das Ciências de Lisboa*, de 1940).

4.2.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 7. Quadro-resumo da análise do LD de Lopes *et alii*

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

Lopes *et alii* apresentam apenas regras gramaticais relacionadas à concordância e regência.

4.2.9. Conclusões

Concordamos com os pareceristas que, no Catálogo do PNLEM, expõem que:

Este livro se revela bastante atualizado com a pesquisa acadêmica, dialogando estreitamente com o novo paradigma para o ensino de língua materna – aquele que reconhece e assimila o impacto das teorias da aprendizagem e das ciências da

linguagem, numa proposta em que o aprendiz é participante ativo da construção do próprio conhecimento e em que a concepção de língua não é mais a de um sistema abstrato, mas sim a de uma atividade social (p. 23).

Os autores já demonstram preocupação em abordar a VL, pois citam a variação estilística, sociocultural, geográfica e entre modalidades, explicam a discriminação decorrente do uso de determinadas variantes e mencionam a VL na literatura. Percebemos que essa atenção não é devida, apenas, à exigência do MEC, por meio do Edital do PNLEM, visto que os autores tratam o assunto em diversos trechos ao longo do livro.

Entretanto, ainda há impropriedades terminológicas, além de confusão em algumas informações que oferecem aos alunos.

4.3. *Novas Palavras: Português – Amaral et alii*

4.3.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Novas Palavras: português*, publicado pela editora FTD, da autoria de Emília Amaral, Mauro Ferreira do Patrocínio, Ricardo Silva Leite e Severino Antônio Moreira Barbosa, é dividido em três partes, “Literatura”, “Gramática”, “Redação e leitura”. Trata-se, portanto, de um compêndio, já que os professores não têm que seguir um roteiro de atividades de ensino/aprendizagem pré-estabelecido.

Os exercícios de “Gramática”, que para este trabalho são os mais relevantes, são divididos em “exercícios de fixação” e “exercícios de aplicação”. Os primeiros, segundo os autores, são “baseados em uma abordagem mais próxima do ensino tradicional de gramática, mas evitando, sempre que possível, a simples nomenclatura e classificação dos fatos lingüísticos” (manual do professor, p. 64). Nos “exercícios de aplicação”, solicita-se que o aluno justifique, explique, comente, de forma oral ou escrita para que o professor avalie aspectos como a clareza, organização, coesão, coerência etc.

4.3.1.1. Manual do professor

O manual do professor, chamado “Conversa com o professor”, destina 55 páginas para orientar o docente quanto ao trabalho com a Literatura, treze, para Redação e apenas cinco para Gramática. O que mostra a ênfase que o livro dá à literatura.

Na parte de “Gramática”, apresentam-se os objetivos, os pressupostos teóricos e a metodologia, tudo de forma muito resumida, sem dar uma orientação satisfatória ao professor. A parte de “Redação e leitura” oferece orientações, por capítulo, sobre a proposta, o objetivo, as estratégias de trabalho e a avaliação de desempenho. Por sua vez, a parte de “Literatura”, a mais completa, “conversa com o professor”, auxiliando-o a fazer um melhor aproveitamento do conteúdo.

4.3.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica

Conforme também observaram os pareceristas, no Catálogo do PNLEM, “falta, ainda, no livro uma discussão mais ampla sobre o conceito de linguagem e, principalmente, o de língua. Na verdade, a concepção de língua que se explicita restringe-se à de gramática, ainda que os dois tipos de gramática (‘natural’ e ‘normativa’) sejam distinguidos” (p. 32).

No manual do professor, tomando-se como referência o texto de Travaglia²³, os autores evidenciam três tipos de ensino de língua: o prescritivo, o descritivo e o produtivo. Explica-se que

o ensino prescritivo está diretamente ligado à gramática normativa e só privilegia, em sala de aula, o trabalho com a variedade escrita culta, tendo como um de seus objetivos básicos a correção formal da linguagem. O ensino descritivo objetiva mostrar como a linguagem funciona [...] fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas. E o ensino produtivo objetiva ensinar novas habilidades lingüísticas [...] estariam incluídos aqui o desenvolvimento do domínio da norma culta e o da variante escrita da língua (p. 63).

Os autores finalizam concluindo que as três metodologias não se excluem e afirmam que “optamos ora por uma, ora por outra abordagem que, consideradas as

²³ TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*, São Paulo: Cortez, 1997.

especificidades do tópico gramatical tratado, pareceu-nos didaticamente mais adequada” (p. 63). No tópico 4.6.7. “Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais”, verificaremos como essa proposta metodológica se apresenta na prática.

4.3.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

O capítulo 1, da parte de gramática, apresenta o tópico “Noções de variação lingüística”. Nele, os autores ensinam que “existe um grande número de fatores (como a idade, o grupo social, o sexo, o grau de escolaridade etc.) que interferem na maneira individual que o falante tem de se expressar: são as variações lingüísticas” (p. 329).

Enfatiza-se a existência de três tipos gerais de variação, de maneira vaga e reduzida, como mostra o quadro da p. 330.

Tipo	Aspecto ao qual se relaciona
Variação sociocultural	grupo social ao qual o falante pertence
Variação geográfica	região em que o falante vive durante um certo tempo
Variação histórica	tempo (época) em que o falante vive

Os autores descrevem a variação histórica relacionada ao “tempo (época) em que o falante vive”, entretanto, sabemos que a variação histórica é a que se verifica na comparação entre diferentes etapas da história de uma língua. Há, portanto, erro conceitual na definição.

Além disso, a variação geográfica é conceituada em relação ao aspecto “região em que o falante vive durante certo tempo”, de forma vaga e imprecisa, sem a explicação de que a variação geográfica (ou diatópica) é a comparação entre os modos de falar de habitantes de lugares diferentes (estados, cidades, zona rural e urbana e das áreas socialmente demarcadas das grandes cidades).

Em seguida, expõe-se um pouco mais sobre cada tipo de variação. Para exemplificar a variação sociocultural, os autores destacam duas frases (p. 330):

<p>Frase 1</p> <p>Eles ficou por fora porque não foi nas reunião.</p>
<p>Frase 2</p> <p>Eles não entenderam nada porque não foram às reuniões.</p>

E pedem para o aluno compará-las e concluir que

não é difícil associar a frase 1 a falantes que fazem parte de uma classe economicamente mais pobre da sociedade. Por outro lado, a frase 2 é mais comum àqueles que tiveram mais contato com a leitura de livros, jornais, revistas, conviveram com pessoas de nível cultural mais elevado, etc. (p. 330).

A variação geográfica é conceituada em relação ao aspecto “região em que o falante vive durante certo tempo”, de forma vaga e imprecisa, sem a explicação de que a variação geográfica é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de lugares diferentes (estados, cidades, zona rural e urbana e das áreas socialmente demarcadas das grandes cidades).

Comenta-se também as diferenças na pronúncia de um gaúcho, um nordestino, um carioca. Exemplifica-se com o texto “Só os óio”, de Cornélio Pires, que tenta reproduzir uma conversa caipira. Ou seja, limita-se a variação geográfica a questões de prosódia e léxico, e não se observa o edital do PNLEM quanto ao “tratamento da variação lingüística que não se limite a fenômenos de prosódia ou de léxico, mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variabilidade em todos os níveis” (p. 32).

Apresenta-se um texto da autoria de Fernão de Oliveira, do ano de 1536 e sua versão atualizada, como mostramos abaixo (p. 332), para os alunos visualizarem as modificações na grafia e no sentido das palavras. Entretanto, os autores não mencionam que as variações que ocorrem de uma geração para outra, nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e estilístico-pragmático também são variação histórica. Ou as formas que, embora ainda constem nas gramáticas normativas, não existem mais no uso freqüente no país, como por exemplo, a segunda pessoa do plural, “vós”, (vós fostes, vós iríeis etc.) e o pronome possessivo correspondente, “vosso”. Os autores só mostram diferenças na grafia das palavras sem apontar nenhum caso de mudança lingüística de lá para cá.

Variação histórica

Leia um pequeno fragmento de um texto de 1536 e compare-o com sua forma atualizada:

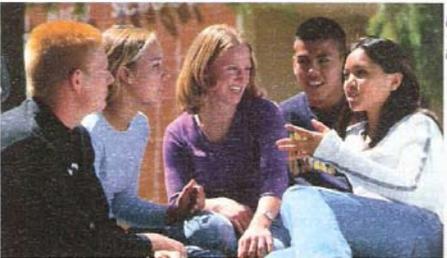
Texto original (1536)

“A Lingoagem e figura do entendimento [...] os bos falão virtudes e os maliciosos maldades [...] sabê falar os q̄ etêdê as cousas: porq̄ das cousas naçê as palauras e não das palauras as cousas.”

Fernão de Oliveira



Capta de Grammatica da Língua Portuguesa. Lisboa, 1536.



PhotoDisc

Texto atualizado

A linguagem é figura do entendimento [...] os bons falam virtudes e os maliciosos, maldades [...] sabem falar os que entendem as coisas: porque das coisas nascem as palavras e não das palavras as coisas.

Para finalizar, explica-se a questão da adequação e inadequação lingüística, como “o modo como o falante ajusta sua linguagem às circunstâncias do ato de comunicação” (p. 333) e citam-se alguns fatores que influenciam o modo de falar (interlocutor, assunto, ambiente, relação falante-ouvinte).

As explicações relacionadas à VL são reduzidas e superficiais, como também ressaltaram os pareceristas no Catálogo do PNLEM, a respeito desse primeiro capítulo, “Introdução à gramática e noções de variação lingüística”: “dá uma visão correta, ainda que rápida, das variedades lingüísticas e seus fatores” (p. 32).

Porém, os exercícios para estudar o tema, em geral, aproveitam textos interessantes para fazer interpretação e constatar a importância da VL, como, por exemplo, no exercício 2, da p. 334. Apresenta-se o poema “Vício na fala”, de Oswald de Andrade (2003), e pergunta-se se o autor está criticando as pessoas a quem ele se refere ou se revela respeito por elas. Na resposta para o professor, afirma-se que “o autor respeita os falantes valorizando sua função social. [...] Fica claro que a maneira que eles têm de falar é irrelevante – o importante é a função – indispensável – que exercem na sociedade”.

Vício na fala

Para dizerem milho dizem mio
 Para melhor dizem mió
 Para pior pió
 Para telha dizem teia
 Para telhado dizem teiado
 E vão fazendo telhados.



O autor está censurando, isto é, criticando as pessoas a quem ele se refere ou revela respeito por elas? Justifique. Ao afirmar “vão fazendo telhados”, ele revela respeito por esses falantes, valorizando-os pela importância de sua função social (construir casas). Fica claro que a maneira que eles têm de falar é irrelevante; o importante é a função — indispensável — que exercem na sociedade.

Mas, no próprio capítulo destinado à VL, o tema é abordado de forma inadequada, no exercício 10, da p. 338. Expõe-se um abaixo-assinado enviado por eleitores a um prefeito.

10. O texto a seguir é parte de um abaixo-assinado enviado a um prefeito. Leia-o com atenção.

Ex.^{mo} Senhor
Evanildo Beraldini
DD. Prefeito Municipal
de Nova Cruzeiro/MG

Nós, abaixo-assinados, moradores da Vila Sta. Lúcia, solicitamos a Vossa Senhoria providências no sentido de iniciar, o mais breve possível, a construção da nova ponte sobre o Córrego Água Limpa.

Essa obra é uma antiga reivindicação dos moradores, pois na época das chuvas o nível das águas sobe muito, impedindo a utilização segura da ponte atual e pondo em risco a vida dos usuários, principalmente das crianças que a atravessam diariamente para ir à escola.

Além do mais, é bom relembrar também que essa foi uma das promessas que você nos fez, quando, em campanha para sua eleição, foi à nossa vila fazer comício e implorar o voto dos moradores.

Por enquanto, está tudo na promessa, não é? Continuamos esperando.

Você identifica, nesse texto, algum problema relacionado à adequação da linguagem? Justifique sua resposta.

Espera-se que os alunos apontem inadequações no 3.^o e 4.^o parágrafos. Os termos “Além do mais”, “é bom”, “você”, “implorar”, “está tudo na promessa, não é?” e “Continuamos esperando” fogem ao tratamento respeitoso e formal recomendável quando o interlocutor/destinatário é uma autoridade constituída.

O texto inicia-se em tom formal, mas, em determinado momento, torna-se informal e um tanto agressivo, como se os emissores “perdessem a paciência”. Entretanto, Amaral *et alii*. não o interpretam dessa forma. Na resposta para o professor, dizem que o texto está inadequado ao interlocutor porque o emissor utiliza os termos “além do mais”, “é bom”,

“você”, “implorar”, “continuamos esperando”, que “fogem ao tratamento respeitoso e formal recomendável quando o interlocutor/destinatário é uma autoridade constituída” (p. 338). Para fazer esse julgamento de que a carta está inapropriada ao destinatário, Amaral *et alii* não consideraram o contexto de produção da carta.

4.3.4. Terminologia empregada

Como os autores não aprofundam muito o tema da VL, mencionando apenas a variação sociocultural, geográfica e histórica, de forma superficial, não confundem a terminologia para tratar das variantes e das variedades, como fazem muitos autores de LD.

A única ocorrência de inadequação terminológica que encontramos está no exercício 7, da p. 504, em que se afirma que “nos enunciados ocorrem construções sintáticas muito comuns na variante coloquial”. No caso, os autores deveriam ter mencionado que estas *variantes* são muito comuns nas *variedades coloquiais*. Além disso, pede-se para os alunos reescreverem as frases de acordo com o “padrão culto do idioma”. Como constatamos no exercício, as frases pertencem às variedades de prestígio, embora não obedeçam à *norma-padrão*.

7. Nos enunciados a seguir ocorrem construções sintáticas muito comuns na variante coloquial da língua. Reescreva-os de acordo com o padrão culto do idioma.
- Há pessoas que preferem muito mais fechar os olhos do que enfrentar os problemas sociais.
Há pessoas que **preferem** fechar os olhos a enfrentar os problemas sociais.
 - O terreno que os manifestantes acamparam pertence à prefeitura.
O terreno **em que/ no qual/ onde** os manifestantes **acamparam** pertence à prefeitura.
 - Minha mãe é uma pessoa que eu ainda vou fazer uma poesia para ela.
Minha mãe é uma pessoa **para quem/ para a qual** eu ainda vou **fazer uma poesia**.
 - Fui atendido por aquela funcionária que eu gosto dos olhos azuis dela.
Fui atendido por aquela funcionária **de cujos** olhos azuis eu **gosto**.

Como vemos, confunde-se “norma culta” com a *norma-padrão*, não há, portanto, distinção entre elas. Assim como no exercício 8, ainda na p. 504, em que há a frase “Disco: o presente que todos gostam”, para os alunos reescreverem “segundo os padrões da norma culta”. Esperava-se que os alunos reescrevessem a frase para “Disco: o presente de que todos gostam”.

8. Considere a frase a seguir, extraída de uma campanha publicitária que incentivava a compra de discos:

Disco: o presente que todos gostam.

Esse enunciado utiliza uma construção sintática característica da língua coloquial.

- a. Reescreva-o segundo os padrões da norma culta.

Disco: o presente **de** que (ou: do qual) todos gostam.

- b. Faça uma hipótese para explicar qual teria sido a intenção do autor da frase, ao optar pelo uso da variante coloquial.

O emprego da variante coloquial nessa frase (e também em outras de publicidade) busca um maior grau de empatia, isto é, uma "afinidade" maior com o público consumidor, objetivando com isso obter receptividade em relação ao produto anunciado.

4.3.5. Relação fala/escrita

A única menção à relação fala/escrita é feita na última página teórica do LD, na parte de "Redação e leitura", no capítulo denominado "A linguagem dissertativa". Apresenta-se o seguinte texto (p. 620):

ATENÇÃO.

ENVERNIZA-SE MÓVEIS USADOS.
 PROFISSIONAL Á MAIS DE TRINTA
 ANOS DE EXPERIÊNCIA NO RAMO.
 SE SEUS MÓVEIS ESTÃO VELHOS COM
 O VERNIZ SEM BRILHO MANCHADO OU
 ARRANHADO. NÃO SE PREOCUPE NEM
 OS VENDA BARATO NEM OS TROQUE.
 NÓS OS DEIXAMOS COMO SE FOSSEM NO-
 VOS. MUDA-SE A CÔR DE CLARO PARA
 ESCURO OU VICE-VERSA. ENVERNIZA-
 SE OU ENCERA-SE TAMBÉM DOR-
 MITÓRIO DE QUALQUER ESTILO. E TAM-
 BEM PORTA DE ÁREA, ESTANTE, GABI-
 NETE DE MÁQUINA DE COSTURA FAÇO
 SERVIÇO GERAL DE COLAGEM COMO
 POR EXEMPLO CADEIRAS, MESAS, ETC.
 RESTAURA-SE MÓVEIS ANTIGOS NA-
 TA-SE CUPIM, MONTA-SE DORMITÓ-
 RIO.
 SERVIÇOS À DOMICÍLIO.

E comenta-se que

O texto foi redigido utilizando-se a linguagem oral, isto é, ele foi escrito da forma como se fala, e consegue cumprir sua função: anunciar serviços de reforma de móveis [...]. No entanto, percebemos vários problemas com a chamada norma culta escrita: incorreções ortográficas, repetições desnecessárias, informações desorganizadas, perda da seqüência lógica do raciocínio etc. Esse texto pertence ao mundo da oralidade, não ao da escrita (p. 620).

Entretanto, como vemos no texto, algumas palavras e concordâncias estão em desacordo com as regras da gramática normativa, mas não devemos afirmar que o texto “não pertence ao mundo da escrita”, pelo contrário, no “mundo da oralidade”, não falamos “enverniza-se”, “muda-se”, “encera-se”, “restaura-se”, “mata-se”, “monta-se”. Provavelmente, se usaria “envernizamos” ou “envernizo”, “mudamos” ou “mudo”, “enceramos” ou “encero” etc. Raramente, se diria “Não se preocupe nem *os* venda barato, nem *os* troque”, quando se poderia dizer “... nem venda eles barato, nem troque (eles)”.

Assim, constatamos que Amaral *et alii* consideram o texto com alguns fenômenos gramaticais fora do padrão estipulado pela gramática normativa como um texto próprio da linguagem oral, ou seja, para os autores o lugar do “erro” é a oralidade e o lugar da correção, a escrita. Não se reconhece, portanto, a variação estilística que é inerente a qualquer ato de fala e a qualquer produção escrita.

4.3.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

O LD não faz nenhuma menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.3.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

O LD de Amaral *et alii* na parte de “Gramática” parece-se com uma gramática normativa, ditando regras e exceções, como mencionam também os pareceristas no Catálogo do PNLEM, em relação a essa parte do livro: “há um forte apego à tradição normativa, não se recuperando o conceito de gramática natural apresentado no primeiro capítulo, nem se explorando os aspectos discursivos e textuais da língua” (p. 32).

A variação nos fenômenos gramaticais não é considerada ou, se é citada, é para dizer aos alunos que “está incorreto”, como, por exemplo, na explicação sobre o emprego dos pronomes pessoais. Expõe-se a frase: “Eles pediram para mim ajudar na festa”, com a seguinte explicação: “essa frase está incorreta porque o pronome *mim* é sempre oblíquo, não podendo, portanto, funcionar como sujeito” (p. 392). Nesse momento, mais que expor regras, os autores poderiam explicar que, embora a variante “para mim ajudar” comunique tão bem quanto “para eu ajudar”, a primeira é uma forma estigmatizada por determinado grupo de falantes (urbanos altamente escolarizados), alertando, assim, o aluno para as questões sociais envolvidas no uso daquela variante.

Na p. 423, os autores apresentam um texto da *Folha de S. Paulo* (exposto abaixo), para os alunos explicarem o que o redator quis dizer com “não maltratar o português”. Bagno (2007:72) inclui essa expressão e outras — como “atentado ao idioma”, “pecado contra a língua” etc., — naquilo que chama (citando James e Lesley Milroy) de “tradição da queixa”, ou seja, “manifestações daqueles que lamentam e deploram a ‘ruína da língua’”. Segundo Bagno, para aqueles que adotam essas expressões, “a língua está fora de nós, ela é um objeto externo, alguma coisa que não nos pertence e que para piorar é de difícil acesso – uma espécie de saber esotérico que só alguns poucos iluminados conseguem atingir” (p. 72).

O trecho retirado do jornal só citava a frase “Olho vivo para não maltratar o português”, mas não mencionava o que significa “maltratar o português”. A conclusão sobre “o que o redator quis dizer” deveria ser do aluno, para responder ao exercício proposto por Amaral *et alii*. Na resposta, os autores sugerem que “‘não’ maltratar o português’ significa respeitar as regras da norma culta, não escrever em desacordo com as regras gramaticais”.

21. Certa ocasião, um jornal deu a seguinte recomendação aos estudantes que, em um vestibular, deveriam produzir um texto dissertativo na prova de redação:

Como escrever

Olho vivo para não maltratar o português. Preste atenção ao enunciado. Se fugir do tema, copiar o texto apresentado ou fazer uma narração (relato de uma história), a redação será anulada.

Folha de S. Paulo, 28/11/1991.

a. O que o redator quis dizer com “não maltratar o português”?
 “Não maltratar o português” significa respeitar as regras da norma culta, não escrever em desacordo com as regras gramaticais.

b. Identifique a passagem do texto em que o próprio autor “maltrata o português”.
 “...ou fazer uma narração...”

c. Como ele deveria ter escrito a passagem referida em **b**, se seguisse a orientação que estava dando aos estudantes?
 ... ou fizer uma narração

d. Faça uma hipótese para explicar o que teria levado o redator a cometer o engano.

Os verbos anteriores a “fazer” (“fugir” e “copiar”) têm a mesma forma no infinitivo e na 3ª pessoa do singular do futuro do subjuntivo (fugir — se você fugir; copiar — se você copiar). Isso induziu o redator a flexionar da mesma maneira o verbo “fazer”, que não apresenta essa coincidência (fazer — se você fizer).

Para completar, pede-se que o aluno identifique a passagem do texto em que “o próprio autor ‘maltrata o português’”. Os autores julgaram a variante utilizada pelo jornalista, construída com o verbo “fazer”, irregular no futuro subjuntivo como “se fazer uma narração”, em vez de “se fizer uma narração”, como forma de “maltratar o português”. Em vez disso, poderiam ter ressaltado que esse fenômeno é variável inclusive na escrita dos falantes cultos, como atesta o texto do jornalista da *Folha de S. Paulo*, destinado a falantes cultos.

A própria hipótese sugerida por Amaral *et alii*, na resposta para o professor — “os verbos anteriores têm a mesma forma no infinitivo e na 3ª pessoa do singular do futuro do subjuntivo (fugir, copiar). Isso induziu o redator a flexionar da mesma maneira o verbo ‘fazer’, que não apresenta essa coincidência” — mostra que o uso da variante, embora não obedeça ao estabelecido pela gramática normativa, tem uma lógica própria.

No exercício 7, da p. 442 (citado abaixo), novamente a variação nos fenômenos gramaticais não é considerada de forma adequada. Apresenta-se um texto do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual o jornalista critica a frase “Na minha opinião não houveram tumultos”. Na letra *a*, questiona-se o “tipo de erro gramatical que o falante cometeu”, para o aluno concluir que o “erro” está na flexão do verbo *haver*, que no sentido de “existir” deve ser impessoal, conforme reza a gramática normativa. Os autores perderam a chance, portanto, de comentar sobre o fenômeno da *hipercorreção*.

Na letra *b*, pede-se que se faça uma hipótese para explicar “o que teria levado o falante a cometer o erro”. Como existe tal hipótese — coerente, por sinal: “ele deve ter suposto que o sujeito do verbo ‘haver’ fosse a palavra *tumultos* e fez a concordância com esse

termo” — Amaral *et alii* deveriam ter aproveitado para ressaltar que existe uma lógica para o falante culto utilizar tal variante, mostrando-se, assim, a variação nessa concordância verbal.

Por fim, pergunta-se, na letra c, “como o presidente da UNE deveria ter falado”. Os autores dão como resposta as formas “não houve tumultos”, “não houve tumulto” “não aconteceram/ocorreram tumulto”, ressaltando que as forma admissíveis são apenas as propostas pela gramática normativa.

7. Leia este texto de jornal:

Nota zero

Depois de liderar as manifestações contrárias à realização do provão do MEC para avaliar a qualidade dos cursos superiores, o presidente da UNE, [...], explicou o protesto às câmaras de TV:

— *Na minha opinião não houveram tumultos.*

Agora sim dá para entender por que a UNE queria que os estudantes entregassem a prova em branco...

O Estado de S. Paulo, 12/11/1996.

a. Que tipo de erro gramatical o falante cometeu, motivando o jornal a lhe dar “nota zero”?

Erro de concordância verbal (“houveram”).

b. Baseando-se na estrutura sintática da frase, faça uma hipótese para explicar o que teria levado o falante a cometer o erro. Ele deve ter suposto — erradamente — que o sujeito do verbo **haver** fosse a palavra **tumultos** e fez a concordância do verbo com esse termo.

c. Como o presidente da UNE deveria ter falado, para não receber “nota zero”? *Sugestões:* “1. Na minha opinião não houve tumultos.”; 2. “Na minha opinião não houve tumulto.”; 3. “Na minha opinião não aconteceram/ocorreram tumultos.”

d. A UNE, na ocasião, orientou os estudantes a entregarem a prova em branco, como forma de protesto contra a realização do provão. O jornal, de maneira irônica, insinua que as provas seriam entregues em branco por outro motivo. Qual? *O jornal insinua que os estudantes entregariam a prova em branco porque não têm capacidade de se expressar adequadamente; não conseguem dizer o que pensam.*

No exercício 6, da p. 467, os autores tratam como “hipercorreção” uma variação na regência do verbo *informar*, muito comum nas variedades cultas, e pedem para o aluno adequar a frase ao “padrão culto do idioma”.

6. Lembrando que um verbo não pode apresentar dois complementos (objetos) iguais, considere este período:

A empresa informou aos acionistas de que os lucros seriam pequenos.

- a. Comente a incorreção sintática que ele apresenta.
O verbo **informar** apresenta dois objetos do mesmo tipo: "aos acionistas" (objeto indireto) e "de que os lucros seriam pequenos" (oração objetiva indireta).
- b. Faça, na oração subordinada, a menor alteração possível, de modo a adequar a frase ao padrão culto do idioma.
A empresa informou aos acionistas que os lucros seriam pequenos.
- c. Sem modificar a oração subordinada original, faça, no período, a menor alteração possível, de modo a adequá-lo ao padrão culto.
... informou os acionistas de que os lucros seriam pequenos.

Novamente, no exercício 4, da p. 492, toma-se como “erro” a variação nos fenômenos gramaticais muito comuns a falantes cultos, citados no trabalho de Scherre (2006). Aqui, é o caso da concordância com o sintagma plural mais próximo do verbo. Mais uma vez, após o aluno adequar a frase à “norma culta”, este deve formular uma hipótese para explicar o fenômeno ocorrido.

4. Considere estas duas frases:

1. O comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai quadruplicaram nos últimos anos — e faz negócios melhores quem se comunica melhor.

Revista *Veja*, 9/9/1998.

2. O péssimo estado de conservação de muitas rodovias brasileiras causam prejuízos de milhões de reais ao país.

Frase de noticiário de TV.

Ambas apresentam o mesmo problema de uso da norma culta.

- a. Aponte-o nas duas frases.

Em 1, **quadruplicaram**; em 2, **causam**

- b. Reescreva as passagens incorretas, adequando-as à norma culta.

Em 1, “O comércio ... quadruplicou...”. Em 2, “O péssimo estado de conservação ... causa...”.

- c. Faça uma hipótese para explicar, em cada frase, o que poderia ter levado o redator a cometer o erro.
Em 1, o redator supôs erradamente que se tratasse de um sujeito composto, cujos núcleos seriam “Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai” e flexionou o verbo no plural. Em 2, o redator deve ter suposto que o núcleo fosse a palavra **rodovias** (plural) e concordou o verbo com ela.

4.3.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 8. Quadro-resumo da análise do LD de Amaral *et alii*

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

4.3.9. Conclusões

Na fundamentação teórica apresentada no livro do professor, os autores propõem adotar ora o ensino prescritivo, ora o descritivo, ora o produtivo. Entretanto, o que vemos no LD, na parte de “Gramática” são apenas as regras prescritas pela norma-padrão. Há exercícios interessantes que pedem para os alunos formularem hipóteses para o uso de determinada variante no lugar de outra, entretanto, não se fala, nesse momento, em variação, mas em inadequação às regras gramaticais.

A única exposição a respeito da relação fala/escrita é feita de maneira inadequada, tratando a escrita como lugar da correção e a fala como lugar do “erro”. Não há, portanto, coerência entre o tratamento da VL e dos fatos gramaticais.

Não há muita confusão terminológica relacionada à variação, mas também não há muita abordagem de questões relativas ao tema. Mas, permanece a confusão feita pela maioria dos autores: “norma culta”, como sinônimo da *norma-padrão*.

Não há, no LD, nenhuma referência à pluralidade de línguas existentes no Brasil, assim como só se menciona a variação nos fenômenos gramaticais para classificá-la como “erro”.

4.4. *Português: de Olho no Mundo do Trabalho* – Terra e Nicola Neto

4.4.1. Descrição da estrutura e organização da obra

Português: de olho no mundo do trabalho, publicado pela editora Scipione, da autoria de Ernani Terra e José de Nicola Neto, da Editora Scipione Ltda., é dividido em três partes: “Produção de textos” (24 capítulos), “Gramática” (17 capítulos) — subdividida em fonologia, morfologia e sintaxe, além de um apêndice que aborda a crase e a gramática nos exames de vestibular — e “Literatura” (19 capítulos). A VL é tratada na parte de “Produção de textos”.

“Produção de Textos” tem três partes que se repetem em todos os capítulos: “O texto: leitura e reflexão”, “A teoria na prática” e “Produzindo texto”, exceto nos capítulos 5, 18 e 19, que não trazem “A teoria na prática”. “Gramática” também tem duas partes comuns a todos os capítulos chamadas “A gramática no texto” e “A teoria na prática”.

4.4.1.1. Manual do professor

O manual do professor de Terra e Nicola Neto, chamado “Assessoria Pedagógica” — como o de Infante, que é da mesma editora (Scipione) —, é dividido em “Gramática, leitura e produção de textos”.

A parte teórica do manual do professor, apresentada inicialmente, cita “um novo enfoque para o ensino de gramática e produção de textos”, e um texto sobre “contexto e níveis de linguagem”, no qual se abordam as teorias do discurso introduzidas por Bakhtin. Expõe-se também sobre a avaliação dos textos produzidos e apresentam-se sugestões para o trabalho com textos. Por fim, são apresentadas as respostas aos exercícios do livro. Não há, como vemos, explicações quanto aos conteúdos e aos objetivos dos capítulos.

4.4.2. Fundamentação teórico-metodológica

Na primeira parte do manual do professor, os autores apresentam “um novo enfoque para o ensino de gramática e produção de textos” (p. 6) e questionam: “De que adianta o aluno dominar toda a nomenclatura gramatical, se é incapaz de produzir um texto com clareza, coerência e coesão?” (p. 6). E completam: “Se entendemos a gramática como um

sistema de relações internalizadas na mente dos falantes de uma língua, podemos afirmar que o aluno, ao chegar à escola, já conhece a gramática, pois se comunica perfeitamente em sua língua materna” (p. 6).

Entretanto, o que vemos ao longo do livro não condiz com essas afirmações. Embora defendam que “o papel da escola, no ensino da gramática, é aprimorar a capacidade de articulação do pensamento do aluno, discutir e evidenciar as relações gramaticais, oferecendo novas possibilidades de expressão” (p. 6), a metodologia apresentada no livro não atende a essas expectativas: trabalha análise gramatical descontextualizada e utiliza o texto como pretexto para que o aluno aponte a nomenclatura gramatical de termos destacados.

4.4.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

A VL é tratada de maneira pouco expressiva, na parte de “Produção de Textos”. No capítulo 2, denominado “Linguagem e Comunicação”, quando conceituam a língua, os autores afirmam que “o uso que cada indivíduo faz da língua depende de várias circunstâncias: do que vai ser falado e de que forma, do contexto, do nível social e cultural de quem fala e de para quem se está falando [...] sem menosprezar a criatividade e sem esquecer a intencionalidade” (p. 18 e 19). Mas essa teoria não é aplicada nos exercícios propostos nos demais capítulos do LD.

Nos exercícios do capítulo 2, os autores apresentam uma atividade em grupo na qual os alunos devem analisar “o cruzamento verbo-visual” de cantores, duplas, conjuntos, bandas e representativos dos mais variados gêneros musicais que se apresentam nos programas de variedades da televisão. Em seguida, os grupos devem fazer uma exposição oral, comentando a linguagem de cada estilo, observando sua função, as informações que ela passa e a relação que se estabelece entre essa linguagem e o público-alvo de cada estilo. Dessa maneira os autores pretendem trabalhar a VL em diferentes grupos musicais. Pode ser uma atividade interessante, mas, se não for bem orientada, as variedades lingüísticas escolhidas para serem representadas pelos alunos podem se tornar fonte de estigma e zombaria. E o manual do professor não apresenta nenhuma orientação para o trabalho.

Proposta 1

Atividade em grupo

Nos programas de variedades da televisão, apresentam-se cantores, duplas, conjuntos, bandas, representativos dos mais variados gêneros musicais: são pagodeiros, *rappers*, sertanejos *pop-românticos*, sertanejos *country*s, funkeiros, forrozeiros, cantores de MPB, de *axé-music*, de *axé-afro*, timbaleiros, sambistas tradicionais, roqueiros, etc. O estilo não se limita ao tipo de música: roupas, corte de

cabelo, vocabulário e acessórios (pulseiras, colares, brincos, bonés e chapéus, tiaras, etc.) compõem um todo que pretende ser homogêneo, num cruzamento de linguagens verbal e não-verbal.

Organizem-se em grupos e escolham um gênero musical. Após analisar o cruzamento verbo-visual, façam uma exposição oral comentando a **linguagem** de cada estilo: qual a sua função? Que informações ela nos passa? Que relação se estabelece entre essa linguagem e o público-alvo (consumidor) de cada estilo?

p. 20

No capítulo 2, “Níveis de Linguagem”, Terra e Nicola Neto afirmam que

a primeira gramática da língua portuguesa [...] apresentava um conceito clássico de gramática: ‘a arte de falar e escrever corretamente’. Em outras palavras, só falava e escrevia bem quem seguisse o padrão imposto pela gramática normativa, o chamado nível ou padrão formal culto. Quem fugisse desse padrão incorria em erro, não importando o que, para quem e para que se estava falando (p. 22).

E em seguida, concordam que, hoje, se reconhece a importância “do contexto, do nível social e cultural de quem fala e para quem se está falando” (p. 22).

Para finalizar, os autores completam que “o desafio que os dias de hoje impõem é você estar preparado para utilizar o nível de linguagem adequado à situação, ao(s) interlocutor(es)” (p. 23). Mas afirmam, por fim, que o que vale é a norma-padrão e encerram o assunto da VL, que não será mais abordado no LD:

No entanto, é inegável que o padrão formal culto é o registro de prestígio social, via de regra exigido nas relações sociais de caráter profissional ou oficial. É também a linguagem utilizada em editoriais de jornais e revistas; contratos; livros didáticos, científicos, de filosofia, sociologia etc. (p. 23).

4.4.4. Terminologia empregada

Terra e Nicola Neto utilizam as terminologias “nível ou padrão formal culto” e “padrão coloquial”. Este

faz referência à utilização da linguagem em contextos informais, íntimos e familiares [...]. Esse padrão mais informal é também mais encontrado em programas de televisão ou de rádio, etc. (p. 23).

Por sua vez, o “nível ou padrão formal culto”

é a modalidade de linguagem que deve ser utilizada em situações que exigem maior formalidade, sempre tendo em conta o contexto e o interlocutor. Caracteriza-se [...] pela adequação a um conjunto de normas, entre elas, a concordância, a regência, a pontuação, o emprego correto das palavras quanto ao significado (p. 23).

Como vemos pelas definições, os autores empregam as expressões “nível formal culto” ou “padrão formal culto”, para fazer referência à *norma-padrão*, e “padrão coloquial”, para se referirem às demais variedades da língua, reduzindo-se a ampla gama de variedades lingüísticas a um conjunto denominado apenas “padrão coloquial”.

O maior problema é em relação à expressão “nível ou padrão formal culto”, já que os autores não separam a *norma-padrão* das variedades cultas, como se fossem a mesma coisa. Ou seja, Terra e Nicola Neto estabelecem, na segunda parte do conceito, que o “nível ou padrão formal culto” “caracteriza-se pela adequação a um conjunto de normas” enquanto, na primeira parte do conceito, afirmam que o “padrão formal culto” “deve ser utilizado em situações que exigem maior formalidade”. Entretanto, sabemos que as variedades cultas não obedecem sempre às normas prescritivas, como sugerem os autores.

Como sabemos também que não existe apenas um “padrão coloquial” e um “padrão formal culto”, mas um amplo contínuo que vai da fala/escrita mais espontânea à mais monitorada, não concordamos com essa classificação estanque em apenas dois tipos de “padrão”.

Outro problema também se refere ao que os autores chamam de “o emprego correto das palavras quanto ao significado”. Não existe esse “emprego correto”, porque as palavras não têm um significado fixo, estanque: o tipo e o gênero do texto, o contexto de interação verbal (com as condições de produção e de recepção do texto) é que determinarão o sentido que as palavras vão assumir em cada situação de fala e/ou escrita.

4.4.5. Relação fala/escrita

Na p. 24, os autores apresentam uma tira e pedem para os alunos apontarem as “marcas da oralidade”. No manual do professor, apresentam a seguinte orientação:

comentar que as marcas da oralidade relacionam-se à escolha vocabular, às expressões genéricas ou vazias de significado, ao emprego de muletadas, à recorrência à função fática, às frases quebradas, à preferência pela coordenação, ao tipo de conector empregado, às repetições e reiterações (p. 25 do manual do professor).

Essa sugestão dos autores ressalta a fala como lugar do erro, em vez de apresentar o amplo contínuo entre a fala mais informal e a mais monitorada.

Essa idéia é ligeiramente alterada quando os autores apresentam o gênero carta e explicam que “não se pode falar em linguagem correta, mas em linguagem adequada” (p. 114). E exemplificam dizendo que

uma carta a um parente distante comunicando fato grave apresentará, evidentemente, uma linguagem mais formal. Já uma carta ao melhor amigo comunicando a aprovação no vestibular terá uma linguagem mais simples e descontraída, sem formalismos (p. 114).

Mas essa idéia será modificada em seguida: ao apresentarem o gênero bilhete, os autores caracterizam-no como uma linguagem informal. Entretanto, sabemos que um bilhete profissional, de um subordinado para o chefe ou vice-versa, poderá ter uma linguagem formal.

Portanto, concluímos que os autores separam dicotomicamente a fala e a escrita sem considerar o contínuo de variação estilística entre elas.

4.4.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Terra e Nicola Neto, ao definirem a língua como “sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em unidades portadoras de sentido, comum a todos os membros de uma determinada sociedade” (p. 17), completam que: “isso significa que a língua pertence a toda uma comunidade, como é o caso daquela que você fala – a **língua portuguesa**” (grifos dos autores, p. 17).

Dessa maneira, os autores reforçam a idéia da língua portuguesa como a língua de “toda uma comunidade”, “comum a todos os membros de uma sociedade”, no caso a brasileira. Com isso, deixam de mencionar e de explorar a pluralidade de línguas existentes no Brasil, tais como as línguas indígenas e as línguas dos imigrantes.

4.4.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

Em geral, na parte de “Gramática”, os autores propõem um texto, e pedem para os alunos destacarem deste texto o fenômeno gramatical a ser tratado no capítulo (substantivo,

artigo, pronome etc.). Em seguida, apresentam diversas regras gramaticais como aparecem em uma gramática normativa, sem discussão ou reflexão, e finalizam com exercícios sobre o tema do capítulo.

Esse excessivo apego ao ensino de regras gramaticais normatizadas — sem reflexão — ocorre, por exemplo, nos exercícios 1 e 2, da p. 287, em que os autores apresentam um texto interessante sobre o fim do livro de papel, publicado na *Folha de S. Paulo*. Em vez de aproveitarem o tema para propor discussão entre os alunos, os autores se restringem à análise sintática de trechos do texto, como mostram alguns exercícios abaixo (citamos apenas dois exercícios, mas todos os exercícios da página são referentes a análise gramatical de trechos do texto):

1. Analise as duas frases seguintes, extraídas do texto, e destaque as orações que compõem os períodos. Considerando os conceitos de coordenação e subordinação, responda e justifique: todas as orações são independentes? Que tipo de relação é evidenciado nos dois casos?

- a) “Desde os anos 70, está no ar a idéia de papel eletrônico, mas as últimas novidades são de duas semanas atrás.”
 b) “A expectativa é que um papel eletrônico mais ou menos convincente apareça só daqui a cinco anos.”

4. Algumas orações subordinadas desempenham função de adjunto adverbial e, por isso, são chamadas **subordinadas adverbiais**. Observe a construção do seguinte trecho e, em seguida, destaque as orações do período e comente o tipo de relação que se estabelece entre elas.
 “Alguns pesquisadores já estão trabalhando para que esse dia chegue logo.”

Encontram-se no LD, também, diversos exercícios em que as frases apresentam “erros” para os alunos reescreverem passando para a “modalidade culta”, como exemplificamos abaixo, dentre muitos outros.

1. “Líderes asseguram vaga, e Corinthians reavê 2º lugar” (*Folha de S.Paulo*, 10 maio 1999, p. 5-1.)
 Na manchete acima, há um erro no emprego de forma verbal.
 a) Identifique o erro.
 b) Reescreva a manchete, corrigindo o erro.

5. Reescreva as seguintes frases, corrigindo-as segundo as regras da norma culta.
- Convidei ela para a festa de aniversário.
 - Vi ele no cinema.
 - Deram o livro para eu.
 - Emprestaram o caderno para tu.
 - Receberam nós com muita atenção.

p. 244

A única referência que os autores fazem à variação nos fenômenos gramaticais é em relação à variação lexical e, mesmo assim, “com ambas as palavras aceitas pela norma culta” (p. 197), tais como *assobiar X assoviar, catorze X quatorze, cociente X quociente*.

Quando os autores apresentam alguma variação em fenômenos gramaticais é para dizer que não é “correta”. Citam, na p. 241, por exemplo, que, na função de complemento verbal, deve-se usar os pronomes oblíquos, e não os pronomes retos, afirmando que “convidei ele” é uma construção “não aceita pela norma culta”. E que as formas oblíquas “o, os, a, as” são sempre empregadas como complemento de verbos transitivos diretos e as formas “lhe, lhes”, como complementos de verbos transitivos indiretos. Assim, frases como “eu lhe vi ontem” e “nunca o obedeci” não são “aceitas” pela “norma culta”.

4.4.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 9. Quadro-resumo da análise do LD de Terra e Nicola Neto

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

4.4.9. Conclusões

O LD *Português - De Olho no Mundo do Trabalho*, da autoria de Ernani Terra e José de Nicola Neto, da Editora Scipione Ltda., é visivelmente um livro de tradição gramatical: há citação de regras gramaticais como dispostas em uma gramática normativa, sem nenhuma reflexão; há prática tradicional de exercícios gramaticais descontextualizados, há utilização do texto como pretexto para abordagem dos fenômenos gramaticais, em todo o livro.

A VL é tratada apenas no capítulo destinado ao tema (capítulo 2, de “Produção de textos”), depois disso, toda a teoria apresentada é esquecida pelos autores. Além disso, comete-se o equívoco de classificar o “nível formal culto” ou o “padrão formal culto”, como sinônimo de *norma-padrão*.

Além de não se mencionar a pluralidade de línguas existentes no Brasil, apresenta-se o português como único idioma existente no país.

No LD, a abordagem da variação nos fenômenos gramaticais é feita apenas para os alunos “corrigirem os erros” e passarem para a norma culta.

Por fim, a fala e a escrita são separadas rigidamente, e não verificamos sequer a pretensão de se abordar o amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada.

4.5. Português: língua, literatura, produção de textos –Abaurre et alii

4.5.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Português: língua, literatura, produção de textos*, publicado pela Editora Moderna Ltda., da autoria de Maria Luiza Marques Abaurre, Marcela Regina Nogueira Pontara e Tatiana Fadel, é dividido em três unidades. A unidade I, “A arte como representação do mundo”, trata sobre literatura; a unidade II, “Da análise da forma à construção do sentido”, traz capítulos sobre língua e linguagem, variação e norma, relação

oralidade e escrita e gramática; e a unidade III, “Prática de leitura e produção de textos”, aborda alguns gêneros textuais.

Trata-se, portanto, de um compêndio, ou seja, o professor pode selecionar o conteúdo a ser ministrado em cada série e em cada aula. Para facilitar, o manual do professor apresenta proposta para organizar o conteúdo por unidade, nas três séries do Ensino Médio. Nessas sugestões, a linguagem seria abordada no primeiro bimestre da 1ª série.

Um dos destaques da obra é a apresentação de textos com conteúdo relevante para o ensino de língua (textos de lingüistas como Bagno, Possenti, Gnerre etc.) além da utilização de diversos textos interessantes, retirados de jornais, revistas e propagandas, que propiciam aos alunos fazer interpretação não só da “leitura denotativa”, isto é, daquilo que está explícito no texto, mas também da leitura de mundo, da interpretação de imagens, de palavras com duplo sentido, etc.

As autoras utilizam os textos também para mostrar aos alunos a importância do fenômeno gramatical abordado, para a compreensão do sentido do texto. Em “Inimigos” (p. 220), por exemplo, o pronome adotado pelo marido para se referir à mulher faz toda a diferença na compreensão das mudanças ocorridas no relacionamento do casal. Ressaltando esse aspecto, Abaurre *et alii* conseguem mostrar, na prática, aspectos gramaticais aliados à compreensão textual.

<p style="text-align: center;">Inimigos</p> <p>“O apelido de Maria Teresa, para o Norberto, era ‘Quequinha’. Depois do casamento, sempre que queria contar para os <i>outros</i> uma de sua mulher, o Norberto pegava sua mão, carinhosamente, e começava:</p> <p>— Pois a Quequinha...</p> <p>E a Quequinha, dengosa, protestava:</p> <p>— Ora, Beto!</p> <p>Com o passar do tempo, o Norberto deixou de chamar a Maria Teresa de Quequinha. Se ela estivesse ao seu lado e ele quisesse se referir a ela, dizia:</p> <p>— A mulher aqui...</p> <p>Ou, às vezes:</p> <p>— <i>Esta</i> mulherzinha...</p> <p>Mas nunca mais Quequinha.</p> <p>(O tempo, o tempo. O amor tem mil inimigos, mas o pior deles é o tempo. O tempo ataca em silêncio. O tempo usa armas químicas.)</p>	<p>Com o tempo, Norberto passou a tratar a mulher por ‘<i>Ela</i>’.</p> <p>— <i>Ela</i> odeia o Charles Bronson.</p> <p>— Ah, não gosto mesmo.</p> <p>Deve-se dizer que o Norberto, a esta altura, embora a chamasse de <i>Ela</i>, ainda usava um vago gesto de mão para indicá-la. Pior foi quando passou a dizer ‘essa aí’ e a apontar com o queixo.</p> <p>— Essa aí...</p> <p>E apontava com o queixo, até curvando a boca com um certo desdém.</p> <p>(O tempo, o tempo. O tempo captura o amor e não o mata na hora. Vai tirando uma asa, depois outra...)</p> <p>Hoje, quando quer contar alguma coisa da mulher, o Norberto nem olha na sua direção. Faz um meneio de lado com a cabeça e diz:</p> <p>— <i>Aquilo...</i>”</p> <p style="text-align: right;">VERISSIMO, Luis Fernando. <i>Novas comédias da vida privada</i>. Porto Alegre: L&PM, 1996.</p>
--	---

- 4 O texto fala sobre as transformações no relacionamento de um casal com o passar do tempo.
- a) Como Norberto trata Maria Teresa ao longo do casamento?
 - b) De que maneira o uso dos pronomes contribui para a construção do efeito de humor que se pode observar nesse texto?

Essa estratégia de utilização de textos para ressaltar aspectos relevantes para a compreensão textual é adotada em diversos momentos da obra. Na unidade III, por exemplo, em “A arte de ‘ler’ o que não foi dito” (p. 315), as autoras trabalham temas importantes para a leitura e produção de textos, tais como os pressupostos, os implícitos, a ambigüidade, a intertextualidade.

4.5.1.1. Manual do professor

No manual do professor, as autoras explicitam a perspectiva pedagógica que norteou a elaboração do livro, em cada uma de suas partes: no trabalho com os textos literários, na análise das estruturas da língua e na prática de leitura e produção de textos. (Apresentaremos a perspectiva para a unidade II, que nos interessa neste trabalho, no próximo tópico “4.5.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica”).

Em seguida, explicam a organização dos capítulos do livro, apresentam orientações para o desenvolvimento dos conteúdos e sugestões de atividades extras. Tudo para auxiliar o trabalho do professor. Por fim, sugerem respostas aos exercícios.

Essas respostas não se limitam a “sim” ou “não” ou a respostas extraídas do texto — mesmo porque os exercícios do livro, em geral, exigem reflexão —, elas permitem aprofundar o assunto levantado pelas autoras, como ocorre, por exemplo, no exercício 17, da p. 164. A pergunta do exercício foi: “Qual é a imagem que a remetente faz de Aline e da avaliação que fará sobre seus ‘erros de português’ no seu texto?”. No manual do professor, as autoras respondem à pergunta: “A remetente da carta constrói a imagem de Aline como alguém que se chocará com os problemas ortográficos presentes na carta e que, em função deles, fará uma avaliação negativa de sua autora” e complementam: “Poderíamos afirmar que

a autora da carta prevê o preconceito lingüístico de que pode ser vítima em razão da sua inadequação às regras ortográficas do padrão culto” (manual do professor, p. 37).

17 Observe atentamente a tira.

Panel 1: QERIDA ALINE-ESTOU COM UM POBREMA! MEU NAMORADO MI DEICHOU...

Panel 2: PRICIZO DOS TEU CÑSELHOI EZPERO QUE VOCE NÃO SSE ACUS-TE COM MEU ERO DE PORTUGUEZI

Panel 3: IMAGINA!

ITURRUSGARAI, Adão. Aline — Cama, mesa e banho. São Paulo: Devir, 2000.

Aline recebe uma carta de alguém que lhe pede conselhos sobre um relacionamento amoroso. A pessoa que escreve tem consciência dos vários problemas de ortografia do seu texto e se desculpa por isso.

- Qual é a imagem que a remetente faz de Aline e da avaliação que fará sobre os “erros de português” no seu texto, para se desculpar pela maneira que escreve? Justifique sua resposta.
- O último quadrinho indica a reação de Aline aos problemas ortográficos presentes na carta. O que essa reação revela sobre os falantes em geral quando se deparam com problemas dessa natureza?

Para responder à pergunta *b*, registra-se a questão social, quanto ao preconceito lingüístico e esclarece-se o professor sobre o assunto. A partir da questão: “O que essa reação revela sobre os falantes em geral quando se deparam com problemas dessa natureza?” (p. 164), as autoras explicam que

essa reação é muito comum entre os falantes da chamada variante de prestígio e, em geral, vem acompanhada de uma avaliação negativa das pessoas que escrevem ‘de maneira tão errada’. Aline, nessa tira, simboliza a reação preconceituosa, do ponto de vista lingüístico, que os falantes da norma culta têm diante de variantes que infringem a dita ‘norma culta’ (manual do professor, p. 37).

4.5.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica

Abaurre *et alii*. expõem, no manual do professor, que

o estudo de Gramática não se pode limitar a uma apresentação sistemática dos conteúdos previstos nos programas das séries do ensino médio. Por outro lado, os alunos devem tomar conhecimento de tais conteúdos de forma a atribuir-lhes significado prático. Assim, para que as aulas façam sentido tanto para os alunos como para seus professores, [...] a linguagem deve ser entendida como uma atividade que modifica e constitui os interlocutores, e que é por eles constantemente modificada e manipulada (manual do professor, p. 5).

E as autoras continuam:

o que se propõe é que a Gramática seja ensinada de tal forma que os alunos possam perceber que a linguagem é parte integrante de suas vidas, dentro e sobretudo fora da

escola; que ela é instrumento indispensável [...] para a participação dos indivíduos nos mais diversos contextos sociais de interlocução. E os estudos gramaticais devem ser vistos, nesse contexto, como instrumento que facilita a obtenção de um conhecimento sobre a linguagem e seus usos em situações reais, e não como objetivo final das aulas (manual do professor, p. 5).

Essa proposta é confirmada nos exercícios propostos no LD. Para exemplificar, citaremos o exercício 13, da p. 213, utilizado para estudo dos artigos definidos e indefinidos. As autoras citam um texto no qual a mudança do artigo definido para o indefinido provoca alteração do sentido e gera efeito humorístico.

ATIVIDADES	
<p>Como você sabe, muitas piadas baseiam-se em visões preconceituosas ou estereotipadas sobre determinadas minorias ou habitantes de outros países. Uma boa maneira de combatermos o preconceito é identificar como a linguagem pode ser usada para reforçá-lo e evitar fazer a mesma coisa. Apresentamos, a seguir, uma piada em que a maneira como uma construção lingüística é interpretada contribui para reforçar o estereótipo do “português ignorante”.</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sabias, Joaquim, que aqui em Portugal uma mulher dá à luz uma criança a cada cinco minutos? — Neste país tão pequeno, Manoel? — Exatamente Joaquim. — Então é melhor encontrar esta mulher logo, senão, daqui a pouco, não vai caber ninguém em Portugal. 	<p>Vamos analisar o texto da piada com o auxílio das questões 13 e 14.</p> <p>13 O efeito de humor obtido na piada é construído com base em aspectos morfológicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Para se compreender o raciocínio feito por Joaquim, como temos de interpretar o termo “uma”? b) Para que Joaquim não fizesse tal confusão, como ele deveria ter interpretado o termo? c) Que elementos, no texto da piada, evidenciam a confusão feita por Joaquim? <p>14 Qual é a diferença de sentido que se verifica entre a interpretação do termo “uma” feita por Joaquim e a outra possível?</p>

Exercícios como esse e muitos outros apresentados no LD favorecem a reflexão sobre o assunto tratado e, como as autoras esperam, permitem aos alunos perceber o conteúdo “de forma a atribuir-lhe significado prático” (manual do professor, p. 5).

4.5.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

O tratamento da VL no LD de Abaurre *et alii* mereceu destaque no Catálogo do PNLEM. Para os pareceristas, “a VL é abordada corretamente, o que, sem dúvida, contribui para a formação de um leitor vigilante quanto aos vários tipos de preconceito e de exclusão pela linguagem” (p. 41).

As autoras destinam o primeiro capítulo da unidade II à VL. Definem linguagem como “um sistema de signos que permite construir uma interpretação da realidade através de sons, letras, cores, imagens, gestos etc.” (p. 152). Fazem uma exposição do conceito de signo lingüístico, com as noções de significado e significante, para então chegar à idéia de variação

e norma. Citam a região geográfica, o sexo, a idade, a classe social dos falantes e o grau de formalidade do contexto, como alguns fatores que influenciam a linguagem.

O LD aborda o componente social da linguagem, explicando que:

os falantes das variedades lingüísticas socialmente valorizadas tendem a considerar ‘erradas’ as variedades que desconhecem e que são usadas por outros falantes. Essa avaliação é equivocada. Do ponto de vista estritamente lingüístico, não há nada nas variedades lingüísticas que permita considerá-las boas ou ruins, melhores ou piores, feias ou bonitas, primitivas ou elaboradas, e assim por diante (p. 153).

Aborda-se, na p. 153, a variação regional, enfatizando que estas podem revelar diferenças entre os vários estados do país, entre regiões e cidades dos estados, entre o espaço urbano e o rural. Faltou mencionar somente a variação social existente dentro de uma mesma cidade, sobretudo os grandes centros urbanos, com espaços delimitados para as distintas classes sociais.

Afirma-se também que a variação de natureza social costuma apresentar diferenças “em termos fonológicos, (‘craro’ por ‘claro’, ‘muié’, por ‘mulher’ etc.), e termos morfossintáticos (‘nós fumo’, por ‘nós fomos’, ‘os menino’, por ‘os meninos’)” (p. 153). Cabe, pois, ressaltar que as autoras não restringiram a variação social apenas à variação lexical.

Em seguida, complementa-se essa explicação com comentários sobre a variação diafásica, ou seja, a importância do grau de monitoramento do indivíduo, em determinada situação, adotando uma linguagem “coloquial” ou “formal”. Cita-se também a variação diamésica, explicando a relação entre a oralidade e a escrita, ressaltando: “não se conclua que a escrita é ‘melhor’ do que a oralidade ou – pior ainda – que os indivíduos que escrevem são mais inteligentes ou ‘pensam melhor’ do que os que não escrevem. Trata-se de diferentes modos de cognição e de expressão da realidade” (p. 161).

Neste capítulo, Abaurre *et alii* utilizam dois textos interessantes para enriquecer a discussão sobre os assuntos apresentados: “Preconceito lingüístico? Tô fora”, de Marcos Bagno (p. 154), e “As crenças sobre a escrita”, de Maurizio Gnerre (p. 160), seguidos de exercícios que favorecem a reflexão sobre os textos apresentados.

Gostaríamos de destacar a atividade proposta a partir do texto de Bagno e fazer algumas observações:

Agora que você leu o texto acima, faça o que se pede.

1. Procure gravar pessoas de diferentes classes sociais falando em situação espontânea (conversa entre amigos na escola, conversa entre pessoas da família, feirantes anunciando seus produtos, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas etc.). Uma vez conseguidos os diferentes exemplos de fala, analise o grau de “correção” de cada um deles em relação ao português padrão. Veja se é possível confirmar a hipótese explicativa de M. Bagno, para quem uma variante lingüística de menor prestígio corresponde a falantes de classes sociais menos favorecidas.

p. 154

A proposta sugere que os alunos analisem o grau de “correção” da fala em relação ao português padrão. Esse exercício corre o risco de se transformar em fonte de preconceito contra as variantes que não estiverem adequadas “ao português padrão”, algo completamente diferente do que Bagno propõe em seu texto. Em vez disso, as autoras poderiam ter proposto que os alunos comparassem as formas variantes de determinada variável para constatarem a variação lingüística.

Ainda tomando o texto de Bagno como referência, o último exercício é mais bem elaborado, já que exige reflexão dos alunos a respeito do texto e da realidade em que vivem. A única crítica é quanto à falta de orientação para o professor, frente a este assunto tão polêmico.

2. Com base nos dados obtidos, explique a seguinte afirmação: “o problema não está *naquilo* que se fala, mas em *quem* fala o quê.”

p. 154

Destacamos também os exercícios 6 e 7, da p. 157

<p>O texto a seguir circulou pela internet como uma piada. Utilize-o como base para responder às questões 6 e 7.</p> <p style="text-align: center;">Correção ortográfica</p> <p>“O gerente de vendas recebeu o seguinte fax de um dos seus novos vendedores: Seo Gomis, o criento de belzonte pediu mais cuatrucenta pessa. Faz favor toma as providenssa. Abrasso, Nirso</p> <p>Aproximadamente uma hora depois recebeu outro. Seo Gomis, os relatorio di venda vai xega atrazado proque to fexando umas venda. Temo que manda treiz miu pessa. Amanha to xegando. Abrasso, Nirso</p> <p>No dia seguinte: Seo Gomis, num xeguei pucausa de que vendi maiz deis miu em Beraba. To indo pra Brazilha. Seo Gomis, Brazilha fexo 20 miu. Vo pra Frolinoplis e de lá pra Sum Paulo no vinhão das cete hora. E assim foi o mês inteiro. O gerente, muito preocupado com a imagem da empresa, levou ao presidente as mensagens que recebeu do vendedor. O presidente, um homem muito preocupado com o desenvolvimento da empresa e com a cultura dos funcionários, escutou atentamente o gerente e disse: — Deixa comigo que eu tomarei as providências necessárias. E tomou. Redigiu de próprio punho um aviso que afixou no mural da empresa, juntamente com os faxes do vendedor: ‘A parti de oje nois tudo vamo fazê feito o Nirso. Si preocupá menos em iscrevê serto mod a vendê maiz. Acinado, O Prezidenti!’ Autoria desconhecida, set. 2001.</p>	<p>6 // Geralmente, as piadas manifestam uma postura preconceituosa e nos permitem refletir sobre como são avaliadas as pessoas a partir do uso que fazem da língua, seja na sua forma oral ou escrita. Embora os “erros” ortográficos chamem imediatamente a atenção de quem lê o texto, o problema percebido pelo gerente nos textos do “Nirso” pode ser entendido de outra maneira. Explique.</p> <p>7 // O comportamento do gerente deixa implícita sua opinião sobre diferentes variedades da Língua Portuguesa.</p> <p>a) Que opinião é essa?</p> <p>b) De que maneira a atitude tomada pelo presidente da empresa demonstra que o uso de uma variedade não pode ser associado ao modo de avaliar o falante que a utiliza?</p>
--	--

Em relação ao exercício 6, o “problema percebido pelo gerente nos textos do ‘Nirso’”, ou seja, a inadequação da escrita do vendedor ao contexto, as autoras, na resposta para o professor dizem que

Trata-se de uma discrepância entre o uso de uma determinada variante lingüística e o contexto a que ela normalmente é associada. As marcas do texto do Nirso permitem-nos identificar que ele usa uma variante regional, conhecida como o “falar caipira”, freqüentemente utilizada de modo estereotipado para caracterizar personagens de baixo estrato social (livro do professor, p. 37).

Consideramos a resposta completa e adequada porque, além de responder à pergunta proposta, esclarece a importância do contexto e do estrato social, na língua, e acrescenta que, “se as regras ortográficas do Português determinassem que devemos escrever como falamos, a representação escrita da língua seria semelhante à utilizada por Nirso” (livro do professor, p. 37).

Em relação à letra *b*, do exercício 7, “de que maneira a atitude tomada pelo presidente da empresa demonstra que o uso de uma variedade não pode ser associado ao modo de avaliar o falante que a utiliza?”, a resposta no livro do professor é ainda mais enriquecedora:

A atitude do presidente revela que o mais importante para a empresa é o resultado que o vendedor apresenta e não a sua linguagem. Podemos inferir, portanto, que a variedade utilizada por um falante não pode estar associada à avaliação de sua inteligência ou competência profissional, ou seja, não se deve permitir a manifestação do preconceito lingüístico (livro do professor, p. 37).

Ao final, leva-se a questão à realidade, voltando-se à influência da linguagem na forma de a sociedade enxergar o falante: “não podemos afirmar, porém, que o presidente não manifestaria o mesmo preconceito revelado pelo gerente, caso Nirso não vendesse tanto” (livro do professor, p. 37).

No exercício 29, da p. 167, as autoras mostram que também é inadequado utilizar uma fala muito formal em um ambiente informal. Para isso, utilizam o seguinte texto:

Leia o texto a seguir e responda às questões de 28 a 30.

Quem não se comunica...

“Havia no Rio de Janeiro nos anos 1920 um gramático famoso, professor do Pedro II, inimigo dos galicismos, dos pronomes malcolocados e da linguagem descuidada. Falava empolado e exigia correção de linguagem até em casa com a família. Uma vez, esse gramático [...] foi passar férias em um hotel-fazenda de Teresópolis. Lá, um dia, decidiu dar um passeio a cavalo pelos terrenos da fazenda. Por segurança, ia acompanhado de um cavaleiro montado em um burrinho. Pelas tantas, o cavalo do gramático disparou. O cavaleiro foi atrás em seu burrinho, gritando: ‘Doutor, puxe a rédea! Doutor, puxe a rédea!’

Nada aconteceu, até que o cavalo saltou um valado e jogou o gramático numa moita de urtiga. Finalmente o cavaleiro o alcançou, levantou-o e ajudou-o a se livrar de uns espinhos que se grudaram nele. ‘Doutor, por que o senhor não puxou a rédea? Eu vinha gritando atrás, doutor, puxe a rédea, doutor, puxe a rédea!’

O gramático, já senhor de si, perguntou: ‘E o que é puxar a rédea?’

‘É fazer isso, ó’, e fez o gesto explicativo.

‘Ah! Dissesses sofria o corcel, eu teria entendido.’”

VEIGA, José J. *O Almanach de Piumhy*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

30 Você considera que a postura rígida do gramático em relação à “correção de linguagem” a ser utilizada pelos falantes é adequada? Justifique sua resposta.

As autoras apresentam uma pergunta com resposta pessoal, mas sugerem ao professor que o aluno “deve perceber que uma postura como a do gramático, purista e rígida, é inadequada porque considera ‘errada’ todas as outras variedades lingüísticas” (livro do professor, p. 38).

4.5.4. Terminologia empregada

No capítulo 13, unidade II, as autoras afirmam que “as chamadas variedades populares são aquelas faladas pelas classes sociais menos favorecidas, enquanto as variedades cultas são normalmente associadas às classes de maior prestígio social, constituindo a referência para a norma escrita” (p. 153). É interessante notar que as autoras falam em “variedades”, no plural, para fazer referência às variedades populares ou cultas, estas definidas como associadas às classes de maior prestígio social.

Entretanto, as autoras explicitaram que essas variedades de prestígio são “referência para a norma escrita”, sem fazer distinção entre essas variedades cultas, ou de prestígio, e a *norma-padrão*, um construto idealizado.

Na p. 37 do livro do professor, há a seguinte resposta ao exercício 17 - a: “a autora da carta prevê o preconceito lingüístico de que pode ser vítima em razão da sua inadequação às regras ortográficas do padrão culto”. Novamente, o termo adequado seria a norma-padrão, já que se tratava, naquele momento, de regras de ortografia.

4.5.5. Relação fala/escrita

O LD fala de linguagem coloquial, de linguagem formal, mas não expõe a fala como lugar do erro e a escrita como o lugar de se utilizar o padrão. Pelo contrário, na p. 155, apresenta um exemplo no qual um texto escrito representa características típicas da fala, perfeitamente adequado ao contexto, já que se trata de um e-mail informal para a família da emissora, contando sobre sua experiência em um programa de intercâmbio. Cita-se também o exemplo de um palestrante falando para uma platéia desconhecida sobre matéria científica: a linguagem utilizada será formal, embora em uma apresentação oral, falada.

4.5.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

O LD não faz nenhuma menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.5.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

Abaurre *et alii* fazem uma excelente abordagem da variação lingüística no capítulo destinado ao tema, mas cometem algumas incoerências nos fatos gramaticais tratados nos demais capítulos do livro. Por exemplo, no livro do professor, p. 37, sugere-se que os alunos “coletem **erros** em placas e anúncios pela cidade” e montem um painel com os “**desvios mais freqüentes**”. Ou seja, nesse momento, as formas variantes serão tratadas como “erros” e “desvios”, diferente dos exercícios referentes ao texto *Correção ortográfica*, do “Nirso”, apresentados anteriormente, (exercícios 6 e 7, p. 157), no capítulo destinado à VL.

No exercício 4, da p. 282, sobre concordância nominal, apresentam-se frases com “problemas”, para os alunos corrigirem. São questões correntes na língua, mas em que as autoras se limitaram a dar a resposta de acordo com a norma gramatical, sem refletir sobre tais questões.

- 4 Todas as frases seguintes apresentam problemas quanto à concordância nominal. Corrija-as.
- a) Ela mesmo confirmou a realização do encontro.
 - b) Foi muito criticado pelos jornais a reedição da obra.
 - c) Ela ficou meia preocupada com a notícia.
 - d) Anexo, remeto-lhes nossas últimas fotografias.

Na questão (c), sobre o advérbio “meio”, convém lembrar que ele é flexionado na melhor língua literária, de Camões a Machado de Assis, com feminino e plural. Trata-se, portanto, de um uso erudito, culto. O dicionário Aurélio explica que

Há muitos exemplos, no português antigo como no moderno, desse advérbio flexionado (caso de concordância por atração): “a cabeça do Rubião meia inclinada” (Machado de Assis, *Quincas Borba*, p. 67); “casou meia defunta” (Id., *Várias Histórias*, p. 97); “a mesma mulher, sempre nua ou meia despida” (Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p. 366); “Uns caem meios mortos, e outros vão / A ajuda convocando do Alcorão.” (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, III, 50); “cinzeiros com cigarros meios fumados” (José Régio, *Histórias de Mulheres*, pp. 45-46).

A maioria dos exercícios a respeito da concordância verbal tem o objetivo de identificar “o problema”, “o equívoco” ou “a inadequação” nos trechos apresentados.

5 Em uma seção de frases, publicada em revista de grande circulação, apareceu a seguinte declaração de um cantor:

"A gente não está sozinha no universo, e os seres humanos não são o *top* de linha da civilização."
Época. n. 213, 17 jun. 2002.

a) É possível identificar, na fala do cantor, um problema de concordância nominal. Qual é ele?
 b) Reescreva o trecho de modo a corrigir o problema identificado.
 c) Faça uma hipótese explicativa para o *deslize* cometido pelo cantor.

O desafio

"Leitor assíduo da coluna manda o desafio a seguir. Onde está a inadequação nesta propaganda de um shopping:
 'Ainda nem inaugurou e não pára de chegar mais lojistas. Imaginem quando vierem os consumidores'.
 Adaptado de DUARTE, Sérgio Nogueira.
Língua viva III — Uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro.

Explique, do ponto de vista gramatical, qual é o equívoco cometido na propaganda, e refaça a oração.

17 Frequentemente, encontramos, em jornais e revistas de circulação nacional, textos que contêm inadequações de regência. Leia o texto e faça o que se pede.

- a) Transcreva o trecho que apresenta inadequação na regência verbal.
 b) Redija-o adequadamente, justificando sua resposta.

Mas as autoras já abordam a variação de forma adequada em alguns fenômenos gramaticais, tais como o uso da mesóclise, por exemplo, em que afirmam: "Essa forma de colocação pronominal está em desuso, na língua, ficando hoje restrita a apenas alguns contextos da escrita. Na linguagem oral, o uso da mesóclise vem sempre associado à busca de um efeito de humor ou de ironia" (p. 223). E apresentam-se exercícios que tratam o assunto de forma bem humorada, na p. 229:

<p>Leia o texto para responder às questões de 26 a 29.</p> <p style="text-align: center;">Papos</p> <p>"— Me disseram... — Disseram-me. — Hein? — O correto é 'disseram-me'. Não 'me disseram'. — Eu falo como quero. E te digo mais... ou é 'digo-te'? — O quê? — Digo-te que você... — O 'te' e o 'você' não combinam. — Lhe digo? — Também não. O que você ia me dizer? — Que você está sendo grosseiro, pedante e chato. E que vou te partir a cara. Lhe partir a cara. Partir a sua cara. Como é que se diz? — Partir-te a cara. — Pois é. Partir-la hei de, se você não parar de me corrigir. Ou corrigir-me. — É para o seu bem. — Dispensó as suas correções. Vê se esquece-me. Falo como bem entender. Mais uma correção e eu... — O quê? — O mato. — Que mato? — Mato-o. Mato-lhe. Matar-lhe-ei-te. Ouviu bem? — Eu só estava querendo... — Pois esqueça-o e pára-te. Pronome no lugar certo é elitismo!</p>	<p>— Se você prefere falar errado... — Falo como todo mundo fala. O importante é me entenderem. Ou entenderem-me? — No caso... não sei. — Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não? — Esquece.</p> <p>— Não. Como 'esquece'? Você prefere falar errado? E o certo é 'esquece' ou 'esqueça'? Ilumine-me. Mo diga. Ensine-lo-me, vamos. — Depende. — Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o. — Está bem, está bem. Desculpe. Fale como quiser. — Agradeço-lhe a permissão para falar errado que me dá. Mas não posso mais dizer-lo-te o que dizer-te-ia. — Por quê? — Porque, com todo esse papo, esqueci-lo."</p> <p style="text-align: right;">VERISSIMO, Luis Fernando. <i>Novas comédias da vida pública — A versão dos afogados</i>. Porto Alegre: L&PM, 1997.</p>
--	--

<p>26 Esse texto de Luis Fernando Verissimo trata, de forma humorística, da adequação ou não, por parte dos falantes, no uso da colocação pronominal. Qual parece ser a intenção do cronista ao tratar do assunto?</p> <p>27 Quando um dos interlocutores do texto afirma que o correto é “disseram-me” e não “me disseram”, está fazendo referência a uma das regras da gramática normativa para a colocação pronominal.</p> <p>a) De que regra trata a correção feita no texto?</p> <p>b) Em uma conversa informal, como é o caso do texto transcrito, essa correção é adequada? Justifique sua resposta.</p>	<p>28 O interlocutor que é corrigido, ao tentar, ironicamente, utilizar a colocação pronominal de forma adequada, comete alguns equívocos. Quais as incorreções presentes nos trechos “vê se esquece-me” e “não sabes-o”?</p> <p>29 Quando um dos interlocutores afirma que “pronomes no lugar certo é elitismo”, traz à tona uma interessante discussão sobre o uso da colocação pronominal segundo as regras da norma culta. Se observarmos atentamente o texto, perceberemos que, ao tentar adequar-se a essas regras, o falante passa a adotar, preferencialmente, a colocação enclítica e a mesoclítica. De que forma a opção por essas duas posições do pronome na frase confirmaria o “elitismo” a que se refere o texto?</p>
---	--

No livro do professor, as respostas estão coerentes com a proposta apresentada no capítulo destinado à VL. Ressaltamos a resposta à questão 27 b, em que se afirma que “embora a gramática classifique como incorreta a colocação proclítica do pronome, em uma situação de informalidade, como é o caso do diálogo transcrito, ela é mais adequada e usual”, mostrando-se a importância do contexto na determinação da variante a ser utilizada.

Apresenta-se, na p. 291, o texto “Cadê os plural”, de Ricardo Freire, do *Jornal da Tarde*, no qual o autor cobra o uso do “s” final das palavras. É um texto preconceituoso em relação ao não uso das marcas morfológicas de plural, mas as autoras fazem dele uma excelente abordagem, conscientizando os alunos para a questão do preconceito linguístico. Esse trabalho mereceu destaque também no Catálogo do PNLEM, p. 45: “As atividades [...] contribuem para a construção da cidadania: nos casos em que os textos veiculam algum tipo de preconceito ou estereótipo, leva-se o aluno a refletir sobre o problema, no sentido de sua superação”.

Ainda na p. 291, exercício 21, questiona-se o que explicaria “o fenômeno da despluralização”, comentado pelo autor do texto. Na resposta para o professor (p. 49), afirma-se que “os falantes utilizam um princípio de economia linguística, que marca o plural em apenas um dos termos da expressão nominal”, mostrando-se a possibilidade de utilizar a variante não-marcada para o plural.

Ao tratar dos pronomes pessoais, na p. 217, afirma-se que “na linguagem coloquial, já está bastante generalizado o uso da expressão *a gente* em lugar do pronome *nós*”.

Na mesma p., observa-se também, que “são formas de tratamento ‘o senhor’, ‘a senhora’, ‘você’, ‘vocês’, empregados freqüentemente na linguagem cotidiana”. Dessa forma, acrescentam-se pronomes correntes não apresentados em muitas gramáticas como a *Nova gramática do Português contemporâneo*, de Cunha e Cintra, de onde é retirado o quadro de pronomes de tratamento utilizado por Abaurre *et alii*

4.5.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 10. Quadro-resumo da análise do LD de Abaurre *et alii*

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

Em relação à abordagem da VL, encontramos alguns exercícios com objetivo de identificar “o problema”, “o equívoco” ou “a inadequação” em fatos gramaticais. Entretanto, encontramos também muitos exercícios coerentes com a proposta apresentada no capítulo destinado à VL. Decidimos, portanto, julgar como coerentes com o tratamento da VL e dos fatos gramaticais.

4.5.8. Conclusões

A partir da análise do LD de Abaurre *et alii*, podemos concluir que o tratamento da VL é feito de maneira adequada. O capítulo destinado à VL é bem completo. Tratam-se as variações regional, social, diafásica e díamésica. Cita-se o sexo, a idade, o grau de formalidade do contexto etc., como fatores que influenciam a linguagem.

Em geral, consideramos que há coerência com o tratamento da VL, nos exercícios em que os fatos gramaticais são abordados porque, apesar de encontrarmos alguns exercícios com objetivo de identificar “o problema”, “o equívoco” ou “a inadequação” em fatos gramaticais, as orientações ao professor em outros exercícios do livro dissertam sobre a importância do componente social da linguagem.

Além disso, as autoras já apresentam a variabilidade em alguns fenômenos gramaticais, tais como no uso da “mesóclise”, no pronome “a gente” e na marca do plural em apenas um dos termos da expressão nominal.

Quanto à terminologia, empregam-se adequadamente as expressões *variante* e *variedade*. Entretanto, confunde-se norma culta com a *norma-padrão*.

Infelizmente, não há, na obra, nenhuma referência à pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.6. Português: literatura, gramática, produção de texto – Sarmiento e Tufano

4.6.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Português: literatura, gramática, produção de textos*, de Leila Lauer Sarmiento e Douglas Tufano, publicado pela Editora Moderna Ltda., é dividido em três blocos: “Literatura” (capítulos 1 a 21), “Gramática” (capítulos 22 a 39) e “Produção de Textos” (capítulo 40 a 58). Organizada dessa forma, a obra possibilita a utilização das atividades na seqüência desejada pelo professor, ou seja, o livro é um compêndio. Entretanto, os autores sugerem algumas propostas de integração de conteúdos e a repetição de alguns conteúdos nas três séries (especialmente de literatura).

Os exercícios de gramática aparecem nas seções “Aplicando” e “Praticando”. Em ambas, são explorados os temas do capítulo, sendo que, na segunda, utilizam-se questões do Enem e de vestibulares. Na parte de “Produção de Textos”, há a seção “Produzindo”, que traz propostas de redação.

4.6.1.1. Manual do professor

O manual do professor, chamado “Suplemento para o professor”, traz uma breve apresentação da obra, seguida de pequenos comentários sobre cada capítulo, como se vê abaixo (citado integralmente), que descrevem o capítulo e fazem sugestões de atividades. Por fim, apresentam-se as respostas dos exercícios, tudo de forma muito resumida.

Capítulo 23 – Ortografia

Este é um capítulo basicamente de consulta. Constatados problemas de ortografia nas produções dos alunos, recomendar que consultem o capítulo. Se necessário, ajudá-los a tirar as dúvidas.

Livro do professor, p. 11

Capítulo 38 – Sintaxe de concordância

(Ver também: Capítulo 42.)

Sugerimos explicitar cuidadosamente as relações entre os elementos concordantes, assim como o conceito de nome. As explicações devem ser entremeadas por exercícios individuais ou em classe para facilitar o entendimento dos conceitos.

Livro do professor, p. 12

4.6.2. Fundamentação teórico-metodológica

Sarmiento e Tufano não explicitam os pressupostos teórico-metodológicos adotados, nem no livro do aluno nem no suplemento para o professor. Não há, sequer, a concepção de língua e linguagem adotada pelos autores. O que verificamos, na análise do LD, foi um apego à tradição gramatical.

4.6.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

O primeiro capítulo de gramática logo de início trata da variação lingüística. O tema se resume a quatro páginas, sendo que, dessas, duas e meia são destinadas a exercícios. Retirando-se textos literários, utilizados para mostrar a linguagem utilizada por seu(s) autor(es), restam poucas linhas efetivamente redigidas sobre o tema. Os autores tratam de forma tão breve dos tipos de variação que é possível transcrever, aqui, o texto na íntegra:

- **variações geográfica** ou **regional** – maneira própria de falar de determinada região. Comparando-se a linguagem do norte e a do sul do Brasil, percebem-se claramente as diferenças existentes entre elas.

p. 178

- **variação popular** – tem uma gramática própria. A concordância, por exemplo, é estabelecida de acordo com regras diferentes das que estabelecem a concordância na norma culta. Temos, por exemplo, “as bala” e não as balas etc.
- **variação histórica** – imposta pelos acontecimentos e mudanças comportamentais da sociedade ao longo dos tempos, sofre variações constantes. As palavras sofrem alterações na grafia ou mudam de sentido.

p. 179

Como vemos, os autores classificaram a variação em apenas três tipos: regional, popular e histórica. O trecho que se refere à variação geográfica parece reduzi-la a diferenças entre as regiões Norte e Sul do Brasil, devido à forma resumida e incompleta, como o texto foi redigido. A “variação popular”, segundo os autores, tem uma gramática própria, enquanto a histórica se reduz a alterações na grafia ou no sentido das palavras, ao longo do tempo, negligenciando a mudança fonológica e morfossintática. Consultamos o suplemento para o professor e não encontramos nenhuma outra informação sobre os tipos de variação existentes.

Além da maneira muito simplista de abordar o tema, os autores cometem algumas falhas. Confundem, por exemplo, variação com variedade, ao definir a variação geográfica como a “maneira própria de falar de determinada região” (p.178). Esta, entendemos como *variedade* geográfica, já que a variação geográfica é a variação existente entre diferentes países falantes da língua, entre diferentes regiões e estados de um país, ou entre as zonas urbana e rural de um país ou de áreas socialmente demarcadas nas grandes cidades.

Em seguida, distingue-se “linguagem culta” de “linguagem coloquial”, novamente em poucas linhas:

Linguagem culta e linguagem coloquial

A **linguagem culta** obedece radicalmente à norma culta, é preconizada pela escola, e apresenta maior prestígio social. A **linguagem coloquial** é usada nas relações informais, na vida cotidiana, sem a preocupação de obedecer à norma culta. São comuns, nesse tipo de linguagem, o uso de gírias e de expressões populares.

p. 179

Os autores dizem que “a linguagem culta obedece **radicalmente** à norma culta”, sem definir o que é a “norma culta”. Afirma-se apenas que ela “é preconizada pela escola e apresenta maior prestígio social”. Como nos demais capítulos do livro os autores abordam apenas a gramática normativa, deduzimos que, quando os autores se referem à “norma culta”, “linguagem preconizada pela escola”, a terminologia adequada a essa definição seria *norma-padrão*.

Além disso, eles identificam “norma culta” com “norma-padrão”, deixam de considerar, de novo, que a realidade sociolinguística do português brasileiro é tripla e não dupla. É inadequado também opor culto X coloquial, misturando critérios e conceitos. Falar de variedades “cultas” é tratar da variação social; falar de linguagem “coloquial” é tratar de variação estilística, de modo que não se podem opor duas entidades sociolinguísticas diferentes.

Logo após diferenciarem a “linguagem culta” da “linguagem coloquial”, os autores estabelecem quatro níveis de linguagem, com a seguinte gradação: popular, médio, elevado e técnico, quase todos com algumas ressalvas.

Níveis de linguagem

Entre os níveis de linguagem é importante destacar: o médio, o popular, o elevado e o técnico.

O **nível médio** constitui a linguagem **culta informal**, bastante usada no cotidiano, que se caracteriza pela obediência à norma culta e pelo uso de uma linguagem-padrão.

O **nível popular** caracteriza-se pelo uso da chamada **linguagem coloquial** ou **informal**, que emprega estruturas simples e, às vezes, apresenta desvios da norma culta e gírias.

O **nível elevado** e o **técnico** caracterizam-se por uma linguagem mais bem cuidada do que a linguagem empregada nos outros níveis. Incluem-se, nesse caso: a **linguagem culta**, que revela bom conhecimento léxico e gramatical da norma culta, como no caso da linguagem empregada por um palestrante, e a **linguagem literária**, que apresenta características próprias de expressão, e termos empregados em sentido figurado.

O **nível técnico** caracteriza-se pelo emprego de um léxico próprio, ou seja, de termos técnicos, com conceitos específicos.

p. 179

Novamente, os autores misturam variação social e variação estilística. Essa terminologia que classifica a linguagem como “nível médio” é invenção dos autores, já que

essa terminologia não é usada na literatura sociolinguística. Um preconceito disfarçado aqui é o que se vê no uso de “popular”: se existe um nível “elevado” e um “médio”, então o “popular” aqui é sinônimo de “baixo”. Ocorre aqui um equívoco muito comum: considerar que o “povo” fala sempre de modo informal, descontraído e “coloquial”, quando isso não é verdade: todas as variedades apresentam, também, alternância estilística.

Como vemos, as definições incompletas são ineficientes para esclarecer ao aluno importantes questões sobre a linguagem. Os autores se preocuparam com a classificação e denominação dos tipos de linguagem, sem recorrer a uma terminologia adequada e cientificamente embasada, em vez de tentar mostrar ao aluno o lado social da linguagem e os diversos aspectos que a influenciam.

Esses três trechos citados acima condensam a explicação dos autores sobre a VL. Depois disso, nos exercícios, apresentam-se textos, em sua maioria literários, de Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Carlos Eduardo Novaes, Machado de Assis e José Carlos Leal, e um último texto retirado da revista *Superinteressante*.

Em trecho de *Grande sertão: veredas*, os alunos devem apontar o tipo de VL empregada no texto, identificar os elementos próprios da fala regional e interpretá-los de acordo com a linguagem culta informal. Quanto ao trecho de *Vidas secas*, questiona-se por que é importante o exercício da fala entre as pessoas. Nos demais, os alunos devem identificar os níveis de linguagem nos trechos citados.

Os demais capítulos da parte denominada “Gramática” se parecem com uma gramática normativa: os autores citam inúmeras regras gramaticais sem discuti-las, interpretá-las ou comentar a respeito de seu uso na prática. Dão exemplos, em geral, retirados de textos literários e, como exercício, apresentam textos para os alunos identificarem o elemento gramatical abordado. Na grande maioria dos casos, não há interpretação textual, somente identificação de elementos gramaticais descontextualizados, como nos exemplos abaixo, retirados de capítulos diversos:

1 Transcreva os objetos diretos do texto a seguir.

Emagreça sentado

“Incrível, mas é possível queimar calorias sentado. Basta ter uma boa postura. Isso faz com que os músculos trabalhem mais, obrigando o corpo a gastar mais energia.”

Revista *IstoÉ*, 31 mar. 1999.

2 Transcreva os objetos diretos das estrofes a seguir.

“A vida é uma flor dourada
tem raiz na minha mão.
Quando semeio meus versos,
não sinto o mundo rolando
perdida no meu sonhar
nos caminhos que tracei.”

Cora Coralina

p. 272

5 Classifique os adjuntos adverbiais presentes no texto publicitário a seguir:

“Quero te ver de novo.”
Agora em
nova embalagem.

p. 274

2 Leia a tira:

PIRATAS DO TIETÊ Laerte

a) Como se classifica a oração subordinada do primeiro quadrinho?

b) O conectivo que introduz essa oração subordinada do primeiro quadrinho é uma conjunção subordinativa integrante? Por quê?

p.289

Esses tipos de exercícios vão de encontro ao que sugere o edital do PNLEM, p. 33:

deve ser evitada a prática tradicional dos exercícios de puro reconhecimento-classificação de classes e funções de palavras (análise morfológica e análise sintática), de preenchimento de lacunas, de coleta de exemplos da classe gramatical *x* dentro de frases ou textos, de substituição de palavras por seus supostos ‘sinônimos’ etc. Em seu lugar, recomendam-se atividades que favoreçam o desenvolvimento de atitudes investigativas.

Nos capítulos iniciais da parte de “Produção de Textos”, os autores voltam a tratar sobre a VL, ao falar das linguagens verbal e não-verbal, das linguagens formal e informal, de estrangeirismos, neologismos, gírias e regionalismos. Na página 339, propõem uma atividade interessante para que os alunos pesquisem o uso de estrangeirismos na cidade, em folhetos, anúncios publicitários, *shoppings* etc. Posteriormente, os alunos devem redigir um texto expondo as opiniões a respeito do tema.

4.6.4. Terminologia empregada

Como ilustramos acima, nos capítulos destinados à VL, os autores adotam o termo “norma culta” como sinônimo de *norma-padrão* e, além disso, utilizam o termo de forma

ambígua. Confundem também os conceitos de variação e variedade. Há inadequação terminológica no exercício abaixo, em que o autor diz que o dialeto caipira, é uma “variante” de língua marcadamente regional, quando deveria dizer *variedade*.

2 O texto a seguir é um fragmento do conto “A peda de oro”, uma transcrição da narrativa oral contada por Joaquim Soares Ramos, de Minas Novas, numa variante da língua marcadamente regional, também conhecida como dialeto caipira.

p. 341

4.6.5. Relação fala/escrita

O ponto forte do livro é a utilização de diversos gêneros textuais. Para exposição oral, cita-se o debate e o depoimento pessoal. Para textos do cotidiano, aborda-se o cartão postal, o bilhete, o convite, a carta familiar ou pessoal, o e-mail, a receita culinária e o manual. Em textos informativos, menciona-se o editorial, a resenha crítica, a carta do leitor, a crônica, a notícia e a reportagem, além do quadro informativo, do gráfico e da legenda. Na redação técnica, exploram-se as comunicações oficiais, o requerimento, o ofício, o memorando, a ata, o currículo, a carta comercial. Trata-se ainda do roteiro e da sinopse de filmes, e do texto dramático. O livro oferece, assim, a oportunidade de o aluno estudar diversas modalidades de textos.

Entretanto, Sarmento e Tufano não apresentam o amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada. Isso porque, na maioria dos gêneros mencionados, os autores descrevem-nos sem mencionar a linguagem a ser utilizada ou, quando tratam da linguagem a ser adotada, dizem apenas que se deve adequar a linguagem empregada ao público, sem mais explicações. Expomos abaixo como os autores trabalham a resenha, gênero textual que será muito utilizado em trabalhos universitários, e a carta comercial, um dos documentos mais utilizados pelas empresas, ambos sem referência à linguagem a ser adotada.

Resenha crítica

A resenha crítica fornece dados informativos de uma produção (livro, filme, peça de teatro e outras obras artísticas, bem como produções científicas) e emite uma opinião a respeito dela, favorável ou não.

Além disso, o crítico pode fazer referências a outras obras, comparar, fazer citações, contra-argumentar, sempre com a intenção de justificar seu ponto de vista.

p. 412

Carta comercial

A carta comercial, ou carta empresarial, é utilizada em empresas comerciais e industriais. Seu conteúdo pode ir desde um agradecimento por um serviço prestado até a cobrança de melhor atendimento, cobranças financeiras, solicitação de orçamentos, entre outros. Sua estrutura, possui: timbre ou cabeçalho, local e data, endereçamento, vocativo, texto, assinatura, iniciais, anexos e cópias, se necessário.

Produzindo

Registre as respostas em seu caderno.

- Suponha que você seja o(a) secretário(a) da empresa Doce de Coco, especializada em doces de todos os tipos. Redija uma carta à empresa A Jato, agradecendo-a pelos serviços de entrega prestados a sua empresa.

Avaliação: Reúna-se com um(a) colega para ler os dois textos e fazer as sugestões que considerarem necessárias. Cada um vai reelaborar seu texto a partir do que foi sugerido.

p. 425

4.6.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Os autores não mencionam a pluralidade de línguas existentes no Brasil. Quando dissertam sobre os regionalismos, dizem que:

no Brasil, a influência de várias culturas **deixou** na língua portuguesa marcas que acentuam a riqueza de nosso vocabulário e pronúncia. As diferenças na nossa língua não constituem erro, mas são consequência das marcas **deixadas** pelas línguas originais que entraram na **formação do português** falado no Brasil, no qual estão presentes sobretudo elementos de línguas indígenas e africanas, além das européias, como o francês e o italiano (grifos nossos) (p. 340).

Da forma como o texto está redigido, com os verbos no passado – “deixou influência”, “marcas deixadas” parece que a influência foi apenas na “formação do português” e que essas línguas não mais estão presentes hoje em dia, constituindo a pluralidade de línguas do Brasil.

4.6.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

Foram encontradas três menções à variação relacionada a fenômenos gramaticais. A primeira se refere ao emprego de pronomes pessoais, em que os autores afirmam que “podem-se empregar os pronomes **tu** e **você** indiferentemente. Nota-se uma preferência pelo uso do pronome **tu** em algumas regiões do país”. Criticamos, porém, a afirmação dos autores de que há “uma preferência pelo uso do pronome tu”. Os falantes não “preferem” falar A ou B, eles falam de acordo com sua variedade regional e/ou social.

Expõe-se também que “é comum o emprego da expressão **a gente**, substituindo o pronome **nós**, na linguagem coloquial” (p. 218). E no livro do professor, p. 11, diz-se que “a expressão ‘a gente’ já tem seu espaço conquistado na fala de muitas pessoas. Assim, já faz parte da língua”. Esse reconhecimento da variação no emprego do pronome já é um primeiro passo para o reconhecimento da variação nos fenômenos gramaticais.

Na terceira menção, os autores afirmam que “a forma **pego** é comum na linguagem coloquial como particípio irregular” (p. 238), e citam o exemplo: “o assaltante foi pego pelo policial”. Entretanto, o verbo “pegar” tem o duplo particípio reconhecido inclusive pela gramática normativa, não só na “linguagem coloquial”, como os autores apresentam.

Como se vê, em todas as menções, a variação é aceita apenas na linguagem coloquial. Como, inicialmente, a linguagem coloquial foi definida como linguagem popular, que apresenta “desvios” da norma culta, conclui-se que os autores não consideram a presença desses tipos de variação nas variedades cultas.

4.6.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 11. Quadro-resumo da análise do LD de Sarmiento e Tufano

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

Quanto à relação fala/escrita, Sarmiento e Tufano apresentam diversos gêneros textuais, entretanto, em nenhum deles tratam as linguagens adotadas.

4.6.9. Conclusões

O Livro *Português - Língua, Literatura, Gramática, Produção de Textos*, da autoria de Sarmiento e Tufano, aborda a VL de forma muito limitada e, quando o faz, utiliza as terminologias de maneira inadequada. Foram encontrados três casos de variação relacionada a fenômenos gramaticais ainda tímidos, porém já consideramos um avanço, se compararmos aos LDs mais tradicionais.

Não há coerência entre o tratamento da VL nos capítulos destinados ao tema e nos fatos gramaticais porque, depois de abordar a VL nesses capítulos, os autores não mais o mencionam e nem relacionam às questões gramaticais que são apresentadas apenas como uma visão normativista do ensino da língua, sem percepção crítica ou reflexão. Além de apresentarem a nomenclatura gramatical como um fim em si mesma, sem compromisso com a compreensão do fato lingüístico estudado, “não se questiona a consistência dos termos apresentados nem se economizam conceitos, definições e o detalhamento das categorias e de suas múltiplas subdivisões”, como define o Catálogo do PNLEM (p. 50).

Os autores apresentam o português como único idioma do país.

Como não há na obra uma proposta específica para o ensino da linguagem oral, não se apresenta o amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada. Isso porque, apesar de os autores abordarem vários gêneros textuais, apenas os descrevem sem mencionar a linguagem a ser utilizada ou, quando o fazem, restringem-se a dizer para adequar a linguagem ao público, sem tampouco defini-lo.

4.7. *Português: língua e cultura* – Carlos Alberto Faraco

4.7.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O livro *Português: língua e cultura*, de Carlos Alberto Faraco, publicado pela editora Base, tem 35 capítulos, além de dois apêndices: um sobre pontuação, e o outro sobre acentuação. A obra é organizada em cinco partes, com divisão bem original dos conteúdos: “Bloco de Textos”, dezessete capítulos (1 a 7, 13 a 17, 24 a 28); “Enciclopédia da

Linguagem”, quatro capítulos (18 a 21), “Guia Normativo”, dois capítulos (22 e 23); e “História da Literatura”, sete capítulos (29 a 35), que os professores poderão adotar conforme julgarem adequado, ou seja, trata-se de um compêndio.

Logo na apresentação, o autor diz que a grande vantagem é que, ao entrar na escola, todos nós já sabemos português, a questão é apenas aperfeiçoar esse conhecimento. Essa concepção de linguagem como uso prático, realizado por falantes reais, irá, efetivamente, pautar todo o trabalho desenvolvido pelo LD de Faraco. Para isso, o autor propõe uma grande variedade de gêneros textuais e explora tanto suas características formais quanto os temas abordados.

O livro de Faraco apresenta mais conteúdos teóricos que os demais livros em geral, e essa apresentação se faz de maneira agradável, dialogando com o aluno. Além disso, tem duas partes destinadas à prática: “Atividades”, que geralmente traz textos para reflexão sobre o assunto abordado no capítulo, sugestões de pesquisas e trabalhos em grupo, e “Verifique seu conhecimento”, com provas do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e de vestibulares.

Há também uma seção chamada “De olho na língua”, que pretende desenvolver a capacidade de observação de fenômenos gramaticais que caracterizam a língua, chamando atenção para aspectos interessantes observados nos textos apresentados. Em outros momentos, desafia o aluno a descrever intuitivamente esses fenômenos, percebendo as regularidades e descrevendo-as.

4.7.1.1. Manual do professor

O manual do professor de Faraco é bem completo. Inicia-se com uma ampla discussão a respeito de sua concepção de língua/linguagem – “conjunto de práticas sociointeracionais” (p. 5), mostrando o contraste com concepções mais tradicionais, segue com explicações interessantes e enriquecedoras a respeito dos grandes objetivos do Ensino Médio, em torno da leitura, escrita, oralidade e reflexões sobre a linguagem. Discute sobre metodologia e avaliação, explica a organização da obra com possíveis seqüências das atividades e conclui com a apresentação dos capítulos e sugestões bibliográficas.

A única observação é que não se apresentam respostas aos exercícios. Pode ser uma opção deliberada do autor do LD, para deixar o professor livre, já que muitas das respostas são interpretação do conteúdo abordado; entretanto, julgamos interessante apresentá-las, pois estas ajudam também a sistematizar os conhecimentos do professor.

4.7.2. Fundamentação/proposta teórico-metodológica

No manual para o professor, Faraco deixa clara sua concepção de língua como “um conjunto aberto e múltiplo de práticas sociointeracionais, orais ou escritas, desenvolvidas por sujeitos historicamente situados” (p. 5), em oposição às concepções mais tradicionais que

tendem a reduzir a linguagem ora a um conjunto de regras (a uma gramática); ora a um monumento (a um conjunto de expressões ditas corretas); ora a um mero instrumento de comunicação e expressão (a uma ferramenta bem-acabada que os falantes usam em certas circunstâncias). [...] Como se a linguagem tivesse língua própria, despregada de seus falantes, da dinâmica das relações sociais, dos movimentos da história (p. 5).

Trata-se de uma visão que vem ao encontro da que estamos adotando nesta pesquisa.

Faraco aponta para o aluno também a concepção teórica:

Neste livro, temos evitado entrar pelos caminhos absurdos da “cultura do erro”. Entendemos que o estudo eficaz da língua padrão deve se orientar por uma perspectiva positiva, isto é, feito com base no critério de adequação/inadequação de uma certa variedade a uma certa situação e não com base numa perspectiva negativa (profundamente enraizada em certos segmentos de nossa sociedade), baseada num julgamento genérico de certo/errado.

p. 351

O autor explica os diferentes conceitos de gramática: normativa, descritiva e internalizada. No capítulo denominado “Linguística”, fica bem clara a visão sociolinguística do autor, ao afirmar que:

Nenhuma língua é uniforme, homogênea; todas conhecem variação na pronúncia, no vocabulário e na estruturação gramatical; todas se materializam como um conjunto de variedades geográficas, sociais e contextuais.

4.7.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

Faraco destina 5 blocos para tratar de questões relacionadas à VL (denominados “Enciclopédia da Linguagem”): “Língua e linguagens”, “A origem da linguagem”, “A complexidade das línguas”, a “A flexibilidade das línguas” e “A variação lingüística”.



O capítulo específico sobre VL é bem completo. Começa explicando que a língua é um conjunto de variedades. Cita e comenta os principais tipos de variação: regional (exemplifica com as diferenças sintáticas, lexicais, de pronomes de tratamento e nas pronúncias existentes entre Brasil e Portugal), social (cita a influência da idade, do sexo, da origem geográfica – rural/urbano, e do grau de escolaridade) e contextual; disserta sobre a questão do preconceito lingüístico; discerne “língua padrão” de “língua popular”, menciona a

variação que há na língua dos falantes cultos em relação à norma-padrão; fala da existência das línguas indígenas no Brasil; esclarece o papel e as deficiências da norma-padrão, além de mencionar as marcas registradas da norma-padrão.

Para tratar dos estrangeirismos, faz um breve histórico desse fenômeno, iniciando no século XIX (quando um intelectual, o médico Castro Lopes, quis substituir todas as palavras vindas do francês por neologismos de base latina), passando pelo século XX, com a nova onda dos estrangeirismos vindos do inglês e a proposta de lei do deputado federal Aldo Rebelo para detê-la. O autor critica a proposta do deputado e diz que “o empréstimo vocabular é sinal de vitalidade da cultura da língua em contato com outras culturas e outras línguas” (p. 141). E mostra, ao longo deste capítulo, que a mudança não é para melhor ou para pior, é apenas mudança.

É interessante ressaltar que Faraco também organizou um livro sobre o tema: *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*²⁴, com textos de vários lingüistas.

Nas explicações seguintes, afirma que “nós vai é tão português quanto nós vamos” (p. 163) e que o apagamento da concordância redundante em “as menina alta” é uma forma econômica e “elegante” (p. 163).

Faz uma comparação entre “os sensores sociais que identificam se um texto está ou não em língua padrão” (p. 169) e o modo como os especialistas em pintores famosos são capazes de dizer que um determinado quadro é falso:

Eles não olham para o todo, mas concentram sua atenção em pequenos detalhes. Assim, se o quadro tem figuras humanas, os especialistas observam o lóbulo da orelha. A mesma coisa se dá com a variação lingüística. Não é o todo que orienta nossos sensores, mas alguns detalhes (p. 169).

E identifica os quatro pontos básicos da norma-padrão: concordância verbal, conjugação dos verbos irregulares, casos específicos de regência verbal e tratamento do interlocutor, além do que ele chama de “detalhes traiçoeiros”, o uso do relativo *onde*, do

²⁴ Parábola Editorial, 2001

pronome *lhe*, dos advérbios *meio e menos*, da diferença entre *para eu/para mim*. E ressalta, por fim, que “o domínio da língua padrão passa, de fato, por poucos fenômenos” (p. 169).

Por fim, Faraco propõe, como solução ao preconceito lingüístico e ao impasse línguas cultas X norma-padrão existente hoje no Brasil, a reformulação de nossas gramáticas sustentada em um trabalho científico de descrição da norma-padrão, além do oferecimento do igual acesso a todos ao domínio dessa norma-padrão.

Finaliza o capítulo com exercícios que mostram como o tema da variação lingüística tem sido tratado em questões de vestibular e provas do Enem e do Saeb, dando especial destaque à percepção da relação de adequação/inadequação do uso de uma determinada variedade em uma determinada situação.

4.7.4. Terminologia empregada

Os conhecimentos lingüísticos são muito bem abordados, inclusive a gramática normativa, que não é, em nenhum momento, confundida com a norma culta, ou seja, o tratamento da VL é adequado.

Faraco adota as terminologias “português culto” e “português popular”, reconhecendo as inadequações dos qualificativos para distinguir os dois grupos de falares (p. 162).

Entretanto, Faraco emprega algumas terminologias de forma diferente da que estamos entendendo neste trabalho. Como argumentamos no capítulo 1, não existe uma variedade-padrão, já que uma variedade pressupõe uma língua real, com falantes reais, e o padrão é, na verdade, uma norma ideal, um construto. Portanto, quando Faraco diz que

A variedade padrão tem de ser vista como uma em meio às outras variedades, tendo finalidades e usos bastante específicos (p. 165).

e que

O ideal de uma variedade-padrão, portanto, é, em princípio, positivo pela sua utilidade social e cultural. Esse ideal, contudo, não pode se transformar num instrumento de autoritarismo e discriminação social (p. 166).

Concordamos com o teor do texto, mas, para nosso entendimento, consideramos mais adequado utilizar a terminologia *norma-padrão* em vez de “variedade padrão”. Assim como em: “a língua padrão é uma construção cultural” (p. 166), também consideramos mais adequado o termo *norma-padrão*.

Em outro trecho, diz que

No momento em que o país se tornou independente e levantou-se a questão da língua padrão, aquela elite desenvolveu uma atitude excessivamente conservadora e purista, fixou um padrão distante da própria variedade que ela falava, e, para garanti-lo, criou uma cultura do erro que ainda hoje perturba nossas relações com a língua portuguesa em geral e com a língua padrão em especial (p. 167).

E apresenta, como tópico do capítulo 12, “A língua padrão”. Para nós, pelo mesmo motivo exposto acima, não é adequado utilizar a expressão “língua padrão”, pois uma língua pressupõe falantes reais, enquanto o padrão é, na verdade, uma norma ideal. Enfatizamos, porém, que, para o autor, existe a distinção entre *norma-padrão* e as variedades de prestígio.

4.7.5. Relação fala/escrita

Já na primeira página, p. 8, Faraco explica que as crônicas, os romances, as peças de teatro etc. nada mais são que as histórias contadas por todos no dia-a-dia, no gênero escrito. E, dessa forma, logo de início, mostra ao aluno a estrita relação fala/escrita:

Bem, se é assim na fala, não é diferente na escrita. Boa parte do que os escritores põem no papel não é nada mais do que histórias que aconteceram com eles; ou que foram contadas a eles; ou que poderiam ter acontecido; ou uma mistura de tudo isso.
É desse oceano infinito de histórias que nascem as crônicas, os contos, os romances. Mas também poemas e letras de música. E mais: os filmes, as histórias em quadrinhos, as peças de teatro, as novelas da televisão.

Faraco completa, sugerindo um exercício que irá corroborar e complementar essa idéia:

ATIVIDADES

Se contar histórias (reais ou inventadas) é uma atividade que todos sabemos fazer bem na fala, podemos, então, aproveitar esta nossa habilidade como ponto de partida para aprimorar nossa prática de escrita.

p. 8

O catálogo do PNLEM (p. 53) define bem o trabalho do livro com a oralidade: “a linguagem oral, em geral negligenciada pelo ensino tradicional, é abordada de forma correta e pertinente, privilegiando-se as situações de uso público e formal.”

4.7.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Faraco alerta o aluno para o preconceito lingüístico existente em relação à língua do índio — tratada como dialeto — e às línguas africanas; expõe que não há língua primitiva e confirma suas teses com um texto de John Lyons (p. 138) e um trecho de Antonio Houaiss (p. 139). Explica que a língua portuguesa é falada por mais de 200 milhões de pessoas, em oito países e quatro continentes: “pense na imensa diversidade cultural de toda essa população, seja de país para país, seja no interior do país” (p. 140). Por fim, o autor esclarece a pluralidade de línguas existente no Brasil, ao afirmar que

somos um país multilíngüe: aqui são faladas aproximadamente 120 línguas indígenas, várias línguas de imigração (principalmente no Centro-Sul) e ainda há resquícios de línguas africanas (p. 139).

Resumindo essa questão

As línguas humanas são equivalentes na sua essência, embora sejam muito diferentes na sua superfície. Dizer que elas são equivalentes na essência significa dizer que todas (sem exceção) são igualmente complexas (não há língua mais “simples”, “menos desenvolvida”, “inferior”, “primitiva”).

p. 137

E, dessa maneira, o LD de Faraco se destaca, novamente, dessa vez, ao fazer menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.7.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

O autor assume a variação nos fenômenos gramaticais em diversos momentos do LD. É explícito em dizer que as duas variedades sociais do português — a “língua popular” e a “língua culta” — se influenciam mutuamente:

Curiosidade: as duas variedades sociais do português brasileiro não são realidades totalmente estanques e separadas. Elas convivem pelo país afora (por meio, inclusive, do rádio e da televisão) e se influenciam mutuamente.

Assim, as pesquisas sociolinguísticas recentes apontam para dois fatos simultâneos: de um lado, o português popular – talvez por influência do amplo alcance dos meios de comunicação social, do aumento da escolaridade e também como resultado de pressões coercitivas das próprias relações sociais no contexto urbano (no trabalho, por exemplo) – parece estar indo em direção ao português culto, absorvendo algumas de suas características (como, por exemplo, a maior frequência de concordância verbal).

De outro lado, os falantes do português culto, em especial na fala, parecem estar incorporando certas características do português popular. É muito comum, por exemplo, que sentenças como *Sairam as notas* ocorram como *Saiu as notas*, isto é, nos contextos em que o sujeito aparece posposto ao verbo, há uma forte tendência **entre os falantes do português culto** a não realizar a concordância verbal.

p. 164

Faraco mostra que a língua nos oferece três formas de empregar o pretérito mais-que-perfeito — uma simples e duas compostas: uma com o verbo auxiliar *ter* e outra com o verbo auxiliar *haver* — *tinha lido/havia lido e lera*, e comenta que todas têm o mesmo sentido, mas se distinguem pelo uso: a primeira é universal na fala e freqüente na escrita; a segunda é mais comum na escrita; e a terceira é restrita à escrita. E ilustra, no texto de Clarice Lispector, as três variantes.

Quando horas depois a atmosfera em casa acalmou-se, minha irmã me penteou e pintou-me. Mas alguma coisa **tinha morrido** em mim. E, como nas histórias que eu **havia lido** sobre bruxas que encantavam e desencantavam pessoas, eu **fora** desencantada (p. 37).

Em toda a obra, o autor se mantém coerente com a teoria apresentada nos capítulos destinados à VL. Uma confirmação disso é a explicação dada, na página 190, para o raro uso do pronome “vós” na língua portuguesa: diz que é uma forma arcaica, explica que pode ser utilizado propositalmente para “dar um ar arcaico ao texto” e sugere que, em vez de decorar, os alunos consultem uma gramática, quando precisarem utilizar o pronome.

Hoje é raríssimo – para não dizer nulo – o uso dessas formas já arcaicas. Se eventualmente aparecerem, será, de fato, somente na escrita (por serem arcaicas, elas não saem mais espontaneamente na nossa fala). Seu uso só se justifica hoje quando queremos propositalmente dar um ar arcaico a algum texto nosso. Se quisermos usá-las com propriedade, teremos de consultar a conjugação dos verbos numa gramática. Em textos do passado, porém, vamos encontrá-las com bastante freqüência. Evidentemente não vamos desafiar você a decorar essas formas arcaicas (quando você precisar delas, basta consultar uma gramática), mas é importante saber reconhecê-las e entender seu sentido.

E mais adiante, na página 341, em um bloco chamado “Guia Normativo”, ao tratar da conjugação de verbos, já exclui o pronome “vós” de sua classificação. Algo inovador, que não aparece em nenhum dos outros LDs analisados.

futuro do subjuntivo
quando eu cantar
quando tu cantares
quando ele/ela/você cantar
quando nós cantarmos
quando eles/elas/vocês cantarem

Faraco apresenta a variação no uso do “se” como partícula apassivadora, com a reflexão sobre seu uso, mostrando a lógica em se utilizar o verbo no singular, em frases como “Conserta-se calçados e bolsas”, por acreditar que os falantes interpretam como “Alguém conserta calçados e bolsas” (p. 193). Finaliza com a visão dos gramáticos normativistas. Aqui, além de apresentar a variabilidade existente no fenômeno gramatical, explica o porquê de ele ocorrer.

Em outro momento, Faraco justifica a dificuldade em saber utilizar o acento indicador de crase e explica a questão política existente quando se trata de normatizar questões lingüísticas:

No Brasil, a crase é também um **problema exclusivo da escrita**. Para os falantes brasileiros do português, não há nenhuma diferença de pronúncia entre *a* (preposição), *a* (artigo) e *à* (contração de *a+a*). Esse é o primeiro motivo da dificuldade em acertar a crase – *nós não ouvimos a crase!* A outra razão é a eventual distância entre a regência de muitas palavras na variedade coloquial da língua e a regência prevista pela língua padrão escrita. É provável que se um decreto-lei abolisse a crase para todo o sempre, nenhuma tragédia aconteceria e todos amanheceríamos mais felizes no outro dia. Acontece, porém, que esta é uma das “áreas sagradas” da gramática normativa, que conta com um batalhão de fiscais poderosos – eles podem nos reprovar nos exames de escolaridade! – vigiando cada crase ausente ou fora de lugar. E já que é inevitável, podemos aproveitar o assunto para compreender algumas sutilezas da regência da língua.

p. 227

Faraco menciona também o uso do pronome relativo “cujo”, hoje em dia cada vez mais raro na língua portuguesa:

As duas têm o mesmo significado. O pronome relativo *cujo* (e suas variantes: *cuja*, *cujos*, *cujas*) equivale ao relativo *do qual* (e suas variantes *da qual*, *dos quais*, *das*

quais). Seu uso na fala corrente, no entanto, é cada vez mais raro. Ele está praticamente restrito à língua escrita, onde é ainda relativamente freqüente (p. 322).

Além de apresentar a variabilidade nos fenômenos gramaticais, quando trabalha com regras gramaticais, explica o motivo de saber a classe gramatical à qual determinadas palavras pertencem e o porquê daquela nomenclatura, como exemplificaremos com o aposto:

Este segmento informacional no interior das sentenças recebe apropriadamente o nome de **aposto** (informação que apomos – isto é, acrescentamos, juntamos – aos componentes) (p. 308).

Na p. 352, “Guia Normativo”, ao abordar a regência verbal, explica que, na língua portuguesa, existe a tendência a apagar a preposição exigida pelo verbo, nas orações relativas, “inclusive na escrita formal”, construções nas quais, de fato, o vernáculo brasileiro já aboliu a preposição, como em “o time que eu torço” etc. E exemplifica com o verbo “assistir”. Mas, ao final, diz que os exames de escolaridade vão cobrar as regras estabelecidas pelas gramáticas normativas e aconselha: “a saída é decorar a listinha dos verbos mais visados”.

3. **quando construímos sentenças complexas com pronome relativo.** Neste caso, há, hoje, uma forte tendência, na língua falada (mesmo em situações formais) a se apagar a preposição exigida pelo verbo.

Propõem-se alguns exercícios de “passar frases da língua falada para a língua-padrão escrita”:

Em seu caderno, passe para a língua padrão escrita as seguintes sentenças comuns na língua falada:

- 1) Ele fez afirmações que ninguém concordou.
- 2) Isso é o tipo de coisa que ninguém discorda.
- 3) O filme que ele assistiu foi *Matrix*.
- 4) A pessoa que ele tem confiança é o pai.
- 5) O professor que ele implicou é aquele.
- 6) Não sei quem foi que ele se identificou mais.
- 7) Eles se queixaram que não houve ajuda.
- 8) Este é o livro que eles estão precisando.
- 9) Todo mundo trabalhava naquilo que mais gostava.
- 10) O livro que ele se identificou mais foi *Gabriela, cravo e canela*.

p. 355

Em seu caderno, escreva as sentenças abaixo (próprias da fala), substituindo o pronome reto pelo oblíquo (conforme se usa na escrita):

- *O presidente demitiu ele ontem.*
- *O vizinho encontrou elas em casa.*
- *O guia vai acompanhar elas durante toda a viagem.*
- *O delegado disse que vai pôr eles na cadeia.*
- *O prefeito decidiu demitir eles.*
- *Encontraram elas perto da porta.*
- *Trouxeram ele algemado.*
- *Encostamos elas na árvore.*
- *Viram ela com a maleta.*
- *Traz ele sob rédea curta.*

p. 363

O autor trata também da hipercorreção, em que “no desejo de ‘acertar’ a regência padrão, as pessoas acabam colocando preposição em verbos transitivos diretos, que não a exigem” (p. 355). E exemplifica com as frases: “Ele disse de que...”; “Fulano afirmou de que...”; “Ele pensa de que...”

Na p. seguinte (p. 356), explica-se a linguagem da publicidade e mostra-se a “mistura” dos pronomes pessoais como em “Você sabe que eu te amo”, “Se você não se cuidar, a Aids vai te pegar”. Para, por fim, criticar os “consultores” e “gramatiquinhos em geral” que, “em vez de se preocuparem com a prevenção da doença se puseram a criticar o *erro crasso*”. E completa com duas observações importantes:

1. a língua tem diferentes variedades (não há, portanto, um único português);
2. nós, falantes, circulamos entre estas muitas variedades, selecionando a mais adequada a cada circunstância. Somos **camaleões lingüísticos** (como comentamos anteriormente).

E Faraco completa afirmando que essa é uma característica muito peculiar da língua portuguesa em qualquer lugar do mundo onde ela é falada.

O autor Mostra a mudança pela qual passou o pronome de tratamento “vossa mercê” até chegar ao “você”, que utilizamos atualmente, confirmando que a mudança é inerente às línguas.

Dessa mesma forma, discutem-se os usos dos pronomes oblíquos (o(s), a(s)), “raríssimos na fala cotidiana, mas praticamente obrigatórios na escrita e em situações muito formais de fala, como num discurso em cerimônias solenes, em geral, preparado por escrito, previamente” (p. 362). E, na mesma página, aponta o uso mais comum no cotidiano do “ele(s)”, “ela(s)”, no lugar do pronome oblíquo, como em “Nós o ajudamos”, “Eu a encontrei”, usamos “Nós ajudamos ele”, “Eu encontrei ela”. E, por fim, ainda destaca uma ambigüidade gerada pelo uso normativo da forma “-nos” do pronome oblíquo “os”, que é igual à forma oblíqua do pronome “nós”, caso que, se o receptor não conhecer o contexto, uma frase como “Encontraram-nos perto da porta”, não se sabe se o emissor está se referindo a *nós* ou a *eles*.

O autor faz o mesmo com a explicação a respeito dos pronomes demonstrativos na língua portuguesa: diz que nós temos três demonstrativos “este”, “esse” e “aquele”, mas que, na prática, usamos os advérbios *aqui*, *aí*, *ali*, *lá* para termos idéia do espaço, “inclusive na escrita dos grandes escritores” (p. 414). Em seguida, diz que “é interessante guardar duas regrinhas, tendo, porém, clareza da grande flutuação do uso de *este/esse* mesmo nos textos escritos mais cuidados” (p. 414). E, por fim, afirma que “o Dicionário Houaiss parece ter sido o primeiro a romper parcialmente com essa atitude de desinformação, registrando o artificialismo das regras, embora insista na idéia artificial da divisão tripartide” (p. 414).

Como verificamos nos exemplos citados acima, Faraco aborda a variação nos fenômenos gramaticais em diversos momentos do livro e em diferentes temas. Isso torna o autor um destaque, que utiliza sua formação acadêmica em prol da elaboração de um LD de Ensino Médio condizente com o que esperamos de uma obra que se propõe a “estudar” língua portuguesa com falantes que a têm como língua materna.

4.7.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 12. Quadro-resumo da análise do LD de Faraco

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

4.7.9. Conclusões

Como se conclui a partir do quadro acima, o LD de Faraco está adequado em relação a todos os critérios traçados para a análise: faz uso adequado da terminologia relacionada à VL, menciona a pluralidade de línguas existentes no Brasil. O ponto de destaque na obra do autor é o trabalho inovador em relação ao tratamento da variação nos fenômenos gramaticais, inclusive nas línguas dos falantes cultos, apresentando também o amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada. O autor aponta diversos fenômenos em que a variação é comum na língua portuguesa e completa mostrando ao aluno como é a prescrição normativa e como é o uso na prática.

4.8. *Português: Linguagens* – Magalhães e Cereja

4.8.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Português: linguagens*, da autoria de Thereza Anália Cochar Magalhães e William Roberto Cereja, publicado pela Atual Editora, é um manual, organizado em nove unidades com um total de 48 capítulos. Espera-se que, num curso regular de ensino médio de três anos, sejam trabalhadas três unidades por série. Do total de capítulos, 9 são de “Língua:

uso e reflexão”, 15 de “produção de texto” e 24 de “literatura”. A ênfase, como se vê, é no trabalho com a literatura. Em “Língua: uso e reflexão”, são abordados conteúdos usualmente destinados à redação, tais como coerência e coesão, semântica, intertextualidade, paródia, ambigüidade.

Ao final de cada unidade, há uma parte chamada “Intervalo”, na qual se propõe leitura de imagens, vivência lúdica de conteúdos, desenvolvimento da oralidade e realização de projetos. Essas atividades, como expõem os autores, pretendem possibilitar ao aluno o uso da linguagem oral e escrita em situações concretas de interação verbal, o desenvolvimento do hábito da leitura extracurricular e da pesquisa, a sociabilização entre os alunos e a criação de relações afetivas com os conteúdos trabalhados. Entretanto, o foco para esse trabalho é sempre a Literatura.

4.8.1.1. Manual do professor

O manual do professor oferece esclarecimento quanto a diversas questões relativas ao ensino de Língua Portuguesa. Há textos interessantes, das pp. 25 a 33, que discutem algumas questões como a influência da Linguística nos cursos de Letras no país e o reconhecimento da disciplina como ciência; a sucessão de modelos teóricos e a dúvida: “o que ensinar nas aulas de língua, como e para quê?”; as contribuições de lingüistas de como trabalhar certos conteúdos gramaticais sem um enfoque puramente normativo; e a gramática no texto.

Há “Sugestões de estratégias”, na p. 39, em que os autores propõem gincanas e brincadeiras, pesquisas, entrevistas, *textos-cloze* (o professor escolhe um texto em que haja incidência significativa do aspecto gramatical em estudo e suprime as palavras ou termos referentes ao fenômeno para os alunos completarem), etc. Existem também sugestões específicas para cada unidade.

Para a unidade na qual o capítulo destinado à VL está inserido, por exemplo, propõe-se que o aluno busque enunciados com diferentes variedades lingüísticas para os relacionar ao grupo social emissor. Para a unidade 9, que trata da colocação pronominal, sugere-se que os alunos gravem anúncios, programa de entrevistas, trecho de novela, de

jornais e de fala cotidiana, a fim de observarem a posição do pronome oblíquo em relação ao verbo. Depois, deve-se buscar as causas de eventuais diferenças no emprego do pronome e relacioná-las com a situação de interação em que ocorreram.

Sugestões como essas podem facilitar o trabalho para o professor que pretende trazer atividades novas para a sala de aula. Entretanto, como, visivelmente, o foco do LD é na literatura, as atividades mais interessantes são relacionadas a esta. Como por exemplo, dentre as diversas sugestões apresentadas para a unidade 7, de Literatura, destaca-se a proposta de comparar “o malandro” em diferentes obras da literatura brasileira. Propõe-se também, em todas as unidades, a relação do período literário com filmes sobre o tema. Tudo isso com o título das obras/filmes indicado para o professor.

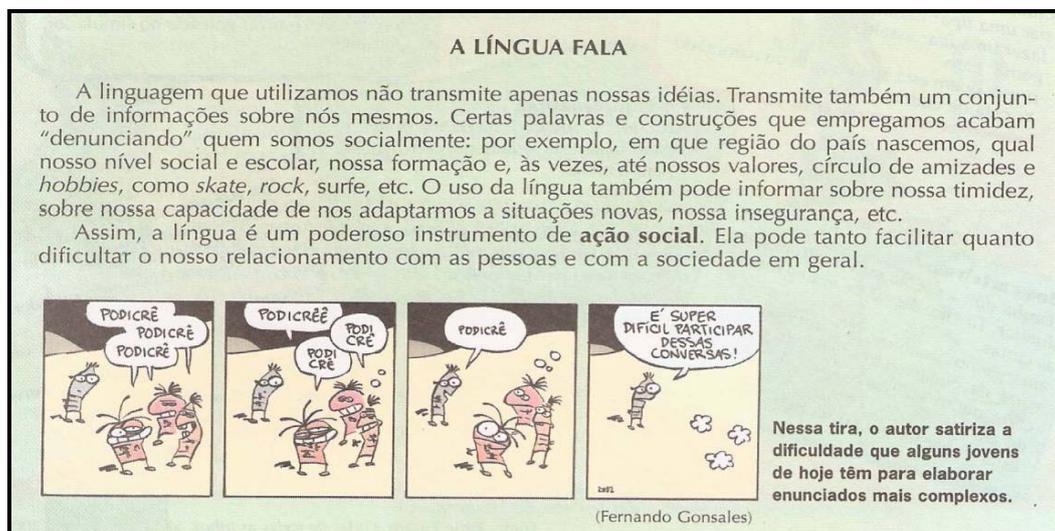
Como vemos, o LD de Magalhães e Cereja pretende, de várias formas, facilitar o trabalho do professor, seja com esclarecimentos sobre o ensino, seja com sugestões de atividades, seja com a resposta na própria página dos exercícios.

4.8.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica

A linguagem é conceituada como “o processo de interação comunicativa que se constitui pela construção dos sentidos” (p. 15), enquanto a língua “é um tipo de código formado por palavras e leis combinatórias por meio do qual as pessoas de uma comunidade se comunicam e interagem entre si” (p. 16).

Os autores afirmam que “o estudo da língua contempla aspectos que pertencem tanto à gramática normativa, em seus aspectos prescritivos, quanto à gramática de uso e ainda à gramática reflexiva” (manual do professor, p. 25). Defende-se ainda “que o aluno não se limite a aprender a descrever a modalidade culta da língua, mas passe a operar a língua como um todo (incluindo as variedades lingüísticas)” (manual do professor, p. 25). Como vemos, nas definições apresentadas para o professor, há a visão social da língua.

Esse lado social da língua está expresso também no quadro “A língua fala” (p. 17), como vemos abaixo, em que os autores mostram a importância/influência da língua nas relações sociais.



4.8.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

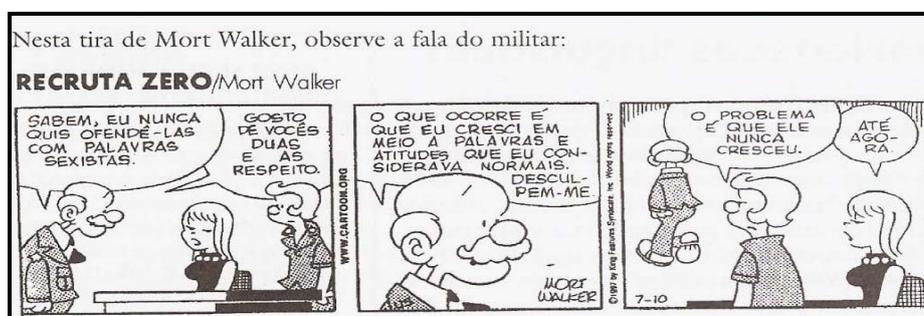
O capítulo 1 da obra é destinado à VL. Os autores definem língua e linguagem para, então, tratar das variedades lingüísticas. Afirmam que “variedades lingüísticas são as variações que uma língua apresenta, de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada” (p. 17). Os autores admitem a VL ao expor que “todas as variedades lingüística são corretas, desde que cumpram com eficiência o papel fundamental de uma língua – o de permitir a interação verbal entre as pessoas” (p. 17). Mas advertem: “apesar disso, uma dessas variedades, a variedade padrão ou norma culta, tem maior prestígio social” (p. 17).

Os autores deixam claro também que a “**variedade padrão** ou **norma culta** é a variedade lingüística ensinada na escola, utilizada na maior parte dos livros e revistas e também em textos científicos e didáticos, em alguns programas de televisão, etc.” (p. 17). Enquanto “as demais variedades – como a regional, a gíria, o jargão de grupos ou profissões – são chamadas genericamente de variedades não padrão” (p. 17). Como vemos, os autores dividem dicotomicamente a ampla gama de variedades lingüísticas em “variedade padrão” e “variedade não padrão”. Não há, portanto, distinção entre a norma-padrão e as variedades cultas.

Expõe-se, ainda no capítulo 1, sobre o mito arraigado em nossa cultura, de “onde se fala melhor o português no Brasil”, para esclarecer aos alunos essa questão tão polêmica. Concluem os autores, a partir do texto, que “de acordo com a *visão moderna* de língua não existe um modelo lingüístico que deva ser seguido nem mesmo o português lusitano. Todas as variedades lingüísticas regionais são perfeitamente adequadas à realidade onde surgiram” (p. 17).



Para ilustrar a afirmação de que “em certos contextos, aliás, o uso de outra variedade, mesmo que seja a variedade padrão, é que pode soar estranho e até não cumprir sua função essencial de comunicar” (p. 17), analisa-se uma tira do Recruta Zero. Nesta, o personagem do General utiliza um vocabulário excessivamente formal, em um contexto informal. Os autores explicam que o personagem pode ter feito isso por duas razões básicas: ou pela idade do falante ou pelo fato de ele querer impressionar as moças. Com isso, buscam abordar a variação etária e/ou social.



4.8.4. Terminologia empregada

Define-se “variedade padrão”, “língua padrão” ou “norma culta” como “a variedade de maior prestígio social, a variedade lingüística ensinada na escola, utilizada na maior parte dos livros e revistas e também em textos científicos e didáticos, em alguns programas de televisão, etc.” (p. 17). Nos ambientes citados (escola, livros e jornais, programas de televisão), circulam diversas variedades, que não podem ser reduzidas a uma única classificação. Além disso, como vemos, para os autores não há distinção entre a *norma-padrão* e as variedades empregadas pelos falantes cultos.

Variedade padrão ou língua padrão é a variedade lingüística de maior prestígio social. Variedades não padrão são todas as variedades lingüísticas diferentes da língua padrão.

p. 17

Além do uso inadequado da terminologia, criticamos também a visão dicotômica da realidade sociolingüística brasileira.

4.8.5. Relação fala/escrita

Desconsiderando o amplo contínuo que vai da fala mais espontânea à escrita mais monitorada, os autores definem a fala como lugar do coloquialismo e do “erro” e a escrita como lugar da formalidade, como ocorre, por exemplo, no exercício 3a e 3b, da p. 327. No comando do exercício, afirma-se que “é muito comum, na linguagem falada, a mistura de pessoas do discurso, com o emprego, por exemplo, da expressão *a gente* no lugar de *nós*, ou o uso de *ter* no lugar de *haver*”. A primeira crítica é em relação ao tratamento da linguagem falada, como ambiente em que ocorrem “mistura de pessoas do discurso ou do uso de *ter* no lugar de *haver*”. Além de não explicarem para o aluno o que é esse “*ter* no lugar de *haver*”, os autores não mostram que o mesmo ocorre também na linguagem escrita dos falantes cultos, como podemos constatar em inúmeros casos retirados de autores clássicos ou de jornais e revistas.

Isso ocorre como a fala da mulher, em *As aventuras da família Brasil*. Os autores propõem que o aluno “corrija” a fala “em casa não **tem** esses filmes”, para “em casa não **há** esses filmes”. No caso, os autores não observaram o contexto informal no qual a fala ocorre: a mulher, no motel, falando sozinha, provavelmente não diria “em casa não **há** esses filmes”.

... você... não ficará mais nessa cela.

b) Leia agora a tira ao lado. Identifique na tira duas ocorrências características da linguagem falada e reescreva-as de acordo com a variedade padrão da língua.

*"Televisão a gente tem em casa":
Televisão nós temos em casa.
"... não tem esses filmes...": não há esses filmes.*

AVENTURAS DA FAMÍLIA BRASILEIRA

NÃO SEI QUAL É A GRAGA DE VIR PARA UM MOTEL... TELEVISÃO A GENTE TEM EM CASA

É VERDADE QUE EM CASA NÃO TEM ESSES FILMES...

MAS O QUE ADIANTA?

(Luís Fernando Veríssimo. O Estado de S. Paulo, 29/8/1993.)

Há uma proposta de abordar a variação nos fenômenos gramaticais quando os autores analisam a tira abaixo e afirmam, em relação à frase dita pelo personagem, “eu amo ele”, que “o emprego do pronome *ele* não está de acordo com a variedade padrão da língua. Apesar disso, é possível dizer que essa construção é coerente na situação comunicativa em que foi utilizada” (p. 105). Entretanto, essa intenção se perde na resposta oferecida ao professor. Justifica-se que “se trata de uma situação de *comunicação oral*, em que a língua é empregada com menos rigor” e que “a personagem está descontrolada e perde, portanto, qualquer formalismo lingüístico”. Além de explicar o uso acusativo do pronome *ele* como feito por alguém “descontrolado”, afirma-se que na comunicação oral a língua é empregada com menos rigor, ressaltando-se a idéia de que a fala é o lugar do “erro”. Os autores poderiam ter comentado que “eu amo ele” é uma forma amplamente utilizada na nossa língua, mesmo por falantes cultos em situações nada “descontroladas”.

Leia esta tira de Laerte e responda às questões propostas.

Unico Dono

ESSE CARRO ALÉM DE VELHO ESTA ACABADO, E IN? ...OLHA ESSA PINTURA... OLHA QUANTO AMASSADO.

O RUIDO DO MOTOR PARECE UM URSO COM TUBERCULOSE.

AQUI VAI UMA FORTUNA DE OFICINA.

RODA DESALINHADA... TUDO BEM.

MAS EU QUERO COMPRAR MESMO ASSIM. NÃO!! EU AMO ELE!!

(Folha de S. Paulo, 22/01/1996)

3 No último quadrinho, o proprietário do carro diz: “Não!! Eu amo ele!!”. O emprego do pronome *ele* não está de acordo com a variedade padrão da língua. Apesar disso, é possível dizer que essa construção é coerente na situação comunicativa em que foi utilizada. Justifique-a com duas razões. *Primeiramente porque se trata de uma situação de comunicação oral, em que a língua é empregada com menos rigor; em segundo lugar, porque, conforme se vê no último quadrinho, a personagem está descontrolada e perde, portanto, qualquer formalismo linguístico.*

Na p. 156, utiliza-se uma tira da personagem Mafalda, de Quino, para abordar a variação no imperativo.



- 1 Susanita oferece a Mafalda metade de um torrão. De que forma Susanita trata Mafalda: empregando o pronome pessoal do caso reto *tu* ou o pronome de tratamento *você*?
O pronome de tratamento você.
- 2 Existem três modos verbais na língua. Leia o boxe “Os modos verbais” e responda:
 - a) Que forma verbal Susanita utiliza para indicar que Mafalda deve pegar o torrão? *Ela utiliza a forma verbal toma.*
 - b) Em que modo verbal está essa forma verbal?
Modo imperativo.
- 3 Sabendo que a forma verbal *tome* corresponde à 3ª pessoa, levante hipóteses: em que pessoa está a forma verbal *toma*?
Espera-se que o aluno responda 2ª pessoa (singular).
- 4 Conclua: Existe uniformidade de pessoa no tratamento que Susanita dá a Mafalda? Por quê?
Não, pois Susanita emprega um pronome de tratamento de 3ª pessoa e o verbo na 2ª pessoa.

Na fala, Susanita diz: “Toma, Mafalda, meio torrão para mim e meio para você”. Nos exercícios subsequentes questiona-se a respeito da fala de Susanita: 1) qual o pronome utilizado (tu ou você) e 2) qual o modo verbal empregado, para que o aluno conclua se existe uniformidade de pessoa no tratamento que Susanita dá a Mafalda.

Em seguida, como que dialogando com os alunos, os autores afirmam que a mistura de tratamento é um “fenômeno muito comum, principalmente na *linguagem oral e*

coloquial” (p. 156), mostrando que a variação existe – pelo menos na fala coloquial. Mas finalizam com a seguinte afirmação: “*Na fala ou na linguagem coloquial, a falta de uniformidade de tratamento não representa problema, mas ela é indesejável na variedade padrão*” (p. 156). Novamente confirmando que na fala “pode tudo”, mas na variedade padrão, a variação é “indesejável”.

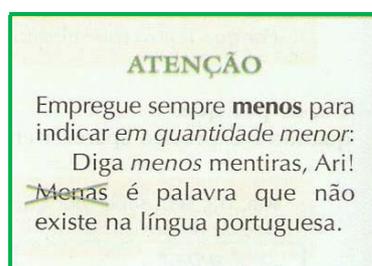
4.8.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Não há, na obra, nenhuma menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.8.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

A abordagem dos fenômenos gramaticais feita no LD é tradicional. Embora na p. 207 haja o seguinte recado para o professor: “os conteúdos de análise sintática são facultativos e serão trabalhados em caráter de revisão”, os assuntos estão inseridos no LD, com suas regras e exceções, como na gramática normativa.

Na p. 72, há um quadro, a respeito do advérbio *menos*, no qual se afirma que “*menas* é palavra que não existe na língua portuguesa”. Em vez disso, os autores poderiam ter aproveitado para mostrar que “*menas*” é uma variante estigmatizada do advérbio *menos*, retomando, inclusive, o que foi dito no capítulo destinado à VL, sobre “certas palavras e construções que empregamos que acabam ‘denunciando’ quem somos socialmente” (p. 17).



Na p. 110, apresenta-se uma narração e pede-se aos alunos que observem se os sinais de pontuação são empregados adequadamente, se o vocabulário e as construções são cultos ou raros e conclua-se se o autor demonstra ter domínio da linguagem escrita. Após concluir-se, na resposta para o professor, que o vocabulário e as construções sintáticas são

cultos, ressalta-se que “há apenas o uso inadequado de regência em ‘as árvores não o [lhe] permitiam ver’.” Sem considerar que a variação nos pronomes oblíquos na língua portuguesa é freqüente, mesmo entre os falantes cultos.

EXERCÍCIOS

Leia o texto que segue e responda às questões propostas:

João Carlos vivia em uma pequena casa construída no alto de uma colina, cuja frente dava para leste. Desde o pé da colina se espalhava em todas as direções, até o horizonte, uma planície coberta de areia. Na noite em que completava 30 anos, João, sentado nos degraus da escada colocada à frente de sua casa, olhava o sol poente e observava como a sua sombra ia diminuindo no caminho coberto de grama. De repente, viu um cavalo que descia para a sua casa. As árvores e as folhagens não o permitiam ver distintamente; entretanto observou que o cavalo era manco. Ao olhar de mais perto verificou que o visitante era seu filho Guilherme, que há 20 anos tinha partido para alistar-se no exército, e, em todo este tempo, não havia dado sinal de vida. Guilherme, ao ver seu pai, desmontou imediatamente, correu até ele, lançando-se nos seus braços e começando a chorar.

(Texto cedido pela professora Mary Kato. Apud Ingedore G. Villaça Koch e Luiz C. Travaglia. *Texto e coerência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 32-3.)

1 Observe se o autor emprega adequadamente sinais de pontuação, se o texto apresenta vocabulário e construções cultas ou raras. Em seguida, conclua: o autor do texto demonstra ter domínio da linguagem escrita ou não? Justifique sua resposta com elementos do texto. *Sim, o texto apresenta emprego adequado dos sinais de pontuação, um vocabulário relativamente culto, com palavras como “planície”, “poente”, “distintamente”, etc.; e construções sintaticamente cultas, como “uma colina, cuja frente dava [...]”. De acordo com a norma culta, há apenas o uso inadequado de regência em “As árvores e as folhagens não o [lhe] permitiam ver...”.*

Com a tira de Angeli (exposta abaixo), mostra-se que o falante pode, por opção, não utilizar a norma-padrão. Na letra *a*, pede-se para o aluno considerar a situação e o tipo de personagem e responder se ele gostaria de falar conforme a “variedade padrão”. A resposta para o professor sugere que “não, pois além de a personagem ser guitarrista de uma banda musical, ele pretende ser informal, conforme comprova o uso da palavra *chocante*” (p. 262).

A crítica é quanto à forma de se apresentar a questão, na letra *b*: “No último quadrinho, existem três *desvios de linguagem* em relação à variedade padrão: dois quanto ao emprego dos pronomes demonstrativos e outro quanto à concordância” (p. 262). Neste exercício, toma-se a norma-padrão como referência e tratam-se as variantes utilizadas pelo personagem como “desvios de linguagem”.

Por fim, sugere-se que “se o professor quiser”, comente com o aluno que “a palavra *óculos* obriga a concordância de seus determinantes no plural” (p. 262). Como explica Bagno (2007: 154), a atribuição de número singular a algumas palavras tradicionalmente

classificadas como plural já é um traço característico do vernáculo geral brasileiro. A “sugestão” para que o professor comente pode ser um indício de que os autores já estão reconhecendo a variação do plural da palavra *óculos*.



No último quadrinho, existem três desvios de linguagem em relação à variedade padrão: dois quanto ao emprego de pronomes demonstrativos e outro quanto à concordância.

- Considerando a situação e o tipo de personagem, você acha que a personagem gostaria de falar conforme a variedade padrão? Não, pois, além de a personagem ser guitarrista de uma banda musical, ele pretende ser informal, conforme comprova o uso da palavra *chocante*.
- Identifique os desvios e indique como ficaria o enunciado caso a personagem quisesse falar de acordo com a variedade padrão. Estes óculos lindões... este lenço chocante... Professor: Se quiser, comente com os alunos que, na variedade padrão, a palavra *óculos* obriga a concordância de seus determinantes no plural.

Das pp. 367 a 369, ensina-se a regra do uso do pronome relativo *cujo*, mas não se comenta que este pronome, hoje em dia, está cada vez mais raro na língua portuguesa falada, como faz Faraco, em seu LD, por exemplo.

4.8.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 13. Quadro-resumo da análise do LD de Magalhães e Cereja

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

Quanto à abordagem da variação nos fenômenos gramaticais, Magalhães e Cereja apresentam alguns casos, mas o objetivo é o aluno adequar à “variedade padrão da língua”.

4.8.9. Conclusões

Conforme podemos concluir a partir da análise, o LD mais escolhido pelos professores das escolas públicas brasileiras, como vemos pela tiragem de LD apresentada no capítulo 2, não apresenta coerência entre o tratamento da VL, no capítulo dedicado ao tema e os demais capítulos da obra. Além disso, Magalhães e Cereja confundem a terminologia relacionada à VL. Para os autores, não há distinção entre a *norma-padrão* e as variedades dos falantes cultos ou as variedades de prestígio. Há confusão também no uso dos termos variedade e variante, conforme estamos adotando neste trabalho. Quanto à variação entre fala e escrita, há separação rígida das duas modalidades, sendo que, para os autores, a fala é o lugar do “erro”, da informalidade, e a escrita é o lugar do “padrão”, da formalidade.

Em nenhum momento da obra os autores abordam a pluralidade de línguas existentes no Brasil.

4.9. *Textos: leituras e escritas* – Infante

4.9.1. Descrição da estrutura e organização da obra

O LD *Textos: leituras e escritas*, da autoria de Ulisses Infante, publicado pela editora Scipione, tem 32 unidades, divididas em três cores (vermelho, azul e verde), sendo que cada cor corresponde a uma série do Ensino Médio, constituindo, assim, um manual. Cada unidade é dividida em três partes: “Para Ler a Literatura”, “Do Texto ao Texto” e “Gramática Aplicada aos Textos”. Essas partes são apresentadas de maneira superficial, sem aprofundamento nos temas propostos pelo autor.

O LD de Infante se parece muito com uma gramática normativa: apenas apresenta as regras sem sequer discuti-las, enquanto livros como de Lopes *et alii*, por exemplo, praticamente dialogam com os alunos a respeito dos assuntos abordados.

4.9.1.1. O manual do professor

O manual do professor de Infante é denominado “Assessoria Pedagógica”, nomenclatura interessante, mas que não corresponde à função denominada – assessorar. É o livro que traz menos explicações para o professor: são menos de cinco páginas, reduzidas a explicações sobre a organização do livro. Ainda na “Assessoria Pedagógica”, traz diversas questões de vestibulares.

4.9.2. Fundamentação/Proposta teórico-metodológica

Logo na Introdução, Infante define língua como “um sistema de signos lingüísticos convencionais usados pelos membros de uma mesma comunidade” (p. 11). Em seguida apresenta a VL, que, nos próximos capítulos, será esquecida/ignorada.

4.9.3. Capítulo(s) destinado(s) à variação lingüística

Para tratar da VL, Infante começa citando a influência de alguns fatores geográficos, ilustra com a comparação do falar de um lisboeta e de um carioca, e de um

gaúcho e de um amazonense; menciona os fatores sociais, profissionais e situacionais, sempre de forma resumida, sem aprofundar o assunto. Por fim, explica a expansão da língua portuguesa no mundo, mas não aborda a pluralidade de línguas existente no Brasil.

Traça-se a etimologia da palavra “gramática”, a partir do ponto de vista da *gramática normativa*:

a gramática normativa estabelece normas para o uso da língua, criando assim os conceitos de certo e errado: as formas de empregar a língua condizentes com as normas fixadas são consideradas certas, enquanto as demais agridem o chamado bom uso (p. 22).

Em seguida, Infante assume um discurso científico:

A transformação das formas da língua é contínua, o que faz com que surjam diferenças entre o que as normas indicam e o uso efetivo – principalmente no caso da língua falada. Os limites da norma culta tornam-se assim imprecisos gerando muitos problemas para o ensino e o aprendizado da língua portuguesa (p. 22).

Para finalizar, expõe-se que o padrão “tem como principal finalidade a obtenção e preservação da unidade lingüística nacional (e, no caso do português, também internacional). Nesse sentido, o domínio da língua portuguesa padrão é uma maneira de garantir o próprio exercício da cidadania” (p. 23).

Em tempos passados, o padrão tinha uma função autoritária, colonialista, dogmática etc. No entanto, nas sociedades contemporâneas, democráticas, a existência de um padrão de referência pode ser um elemento de unificação nacional e de acesso à cidadania. A questão é quem vai definir esse padrão e com que métodos.

4.9.4. Terminologia empregada

A terminologia relacionada à VL é inadequada, pois o autor utiliza a expressão “norma culta”, para se referir à *norma-padrão*. Mas a maior falha não é a troca de uma nomenclatura pela outra, mas o equívoco de considerar que as variedades dos falantes cultos sejam a norma proposta pela gramática normativa, como defende na p. 22:

normativa

A gramática normativa estabelece normas para o uso da língua, criando assim os conceitos de certo e errado: as formas de empregar a língua condizentes com as normas fixadas são consideradas certas, enquanto as demais agridem o chamado “bom uso”. Essas normas de correção gramatical provêm de diferentes critérios: podem ser estabelecidas a partir do uso que os grandes escritores (os “clássicos”) consagraram; podem advir de pesquisas sobre a história da língua ou de considerações de ordem lógica, que, supostamente, organizariam o funcionamento do idioma. Essa forma de utilizar a língua que goza de prestígio é chamada de norma culta.

p. 22

Infante está apresentando o conceito de língua da gramática normativa, não seu modo pessoal de ver a língua. Percebemos isso em seu uso do verbo no futuro do pretérito (“organizariam”), junto com o advérbio “supostamente”, e essa escolha morfológica deixa claro que ele está reportando uma idéia, que não é necessariamente a dele.

Prossegue utilizando inadequadamente a expressão *norma-padrão* como sinônimo das variedades cultas, ao afirmar que, “na língua culta, não se devem misturar os tratamentos ‘tu’ e ‘você’, como ocorre com frequência na língua oral cotidiana: Se **você** chegar eu vou **te** ajudar” (p. 23), e sugere que se evitem as primeiras formas citadas e se usem “Se você chegar cedo, eu vou ajudá-lo” ou “Se chegares cedo, vou ajudar-te”, formas padrão. O tempo todo, o autor não só confunde as duas terminologias, mas também considera que a “a língua culta” é sinônimo da *norma-padrão*.

Além disso, como ocorre quase sempre, confunde-se a variação social com a variação estilística, utilizando a expressão “língua culta” como sinônimo de norma-padrão usada em contextos de alta monitoração estilística.

Ainda na p. 22, há o seguinte trecho: “Deve-se perceber, então, a existência de uma forma padrão da língua portuguesa, que pode ser encontrada na linguagem dos meios de comunicação falada e escrita e nas publicações de caráter público”. Ou seja, não há a menor possibilidade de o autor considerar a variação nas variedades de prestígio, inclusive na língua escrita. Existe aqui uma contradição do autor: ele disse mais acima que é difícil ver os limites da norma culta, no entanto ele diz que essa forma-padrão “pode ser encontrada”.

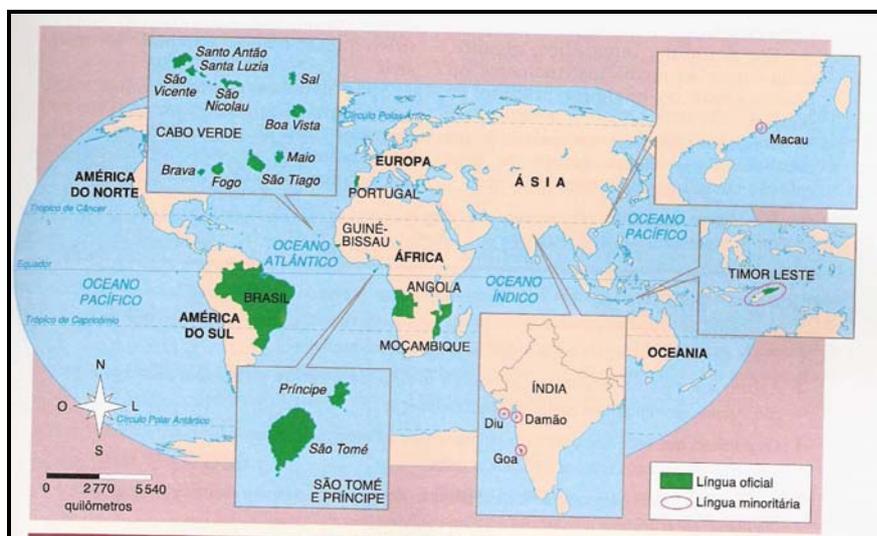
4.9.5. Relação fala/escrita

O LD de Infante tem um capítulo denominado “Língua Falada e Língua Escrita”, mas o autor não aproveita todo o potencial do tema. Faz uma descrição simples de uma e de outra modalidade de língua e reduz a rica explicação do amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada à seguinte frase: “Não pense que uma dessas formas de língua é melhor ou pior do que a outra: são apenas diferentes, cada qual apropriada a determinada forma de comunicação.” (p. 19).

No capítulo denominado “Língua falada: o diálogo e a entrevista”, faz-se uma descrição simples de cada modalidade e exemplifica-se, com tira do *Analista de Bagé*, uma modalidade informal de diálogo e encerra-se o assunto. Perde-se, assim, a chance de apresentar uma entrevista com assunto interessante que, além de proporcionar um exemplo do gênero em questão, criaria uma boa ocasião para tratar de algum tema enriquecedor.

4.9.6. Menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil

Na “Introdução”, p. 13, apresenta-se o mapa de países onde se fala o português:



Mas não se aborda a pluralidade de línguas existentes no Brasil nem se menciona que, com exceção do Brasil e de Portugal, em todos os demais países o português é língua

oficial, sim, mas não língua materna, uma vez que em cada uma dessas nações as línguas realmente mais empregadas são outras.

4.9.7. Abordagem da variação nos fenômenos gramaticais

O autor faz abstração da variabilidade nos fenômenos gramaticais, como se ela não existisse na língua, inclusive com assuntos sobre os quais há inúmeras pesquisas a respeito. Encontramos um exemplo em que o autor é tão purista que ignora regras aceitas inclusive pelas gramáticas tradicionais e pelos dicionários Aurélio e Houaiss, como o duplo particípio do verbo pegar (p. 232):

3 Pegar e chegar, na língua culta, apresentam apenas o particípio regular: **pegado** e **chegado**.

Na p. 235 (exercício citado abaixo), Infante apresenta um poema apenas como pretexto para classificação dos verbos irregulares, defectivos e abundantes. Em seguida, pede para o aluno dizer como é o presente do subjuntivo e o imperativo do verbo “ungir” e pergunta se o verbo “cingir” é irregular. Um exercício meramente de análise gramatical descontextualizada e sem aplicação prática.

Ser e saber	
	<i>Lêdo Ivo</i>
Vi o vento soprar e a noite descer. Ouvi o grilo saltar na grama estremeçada.	Jamais serei um estrangeiro. Não temo nenhum exílio. Cada palavra minha é uma pátria secreta.
Pisei a água mais bela que a terra. Vi a flor abrir-se como se abrem as conchas.	Sou tudo o que é partilha o trovão a claridade os lábios do mundo todas as estrelas que passam.
O dia e a noite se uniram para ungir-me. O enlace de luz e sombra cingiu os meus sonhos.	Só conheço a origem: a água negra que lambe a terra e os goiamuns à espreita entre as raízes do mangue.
Vi a formiga esconder-se na ranhura da pedra. Assim se escondem os homens entre as palavras.	Só sei o que não aprendi: o vento que sopra a chuva que cai e o amor.
A beleza do mundo me sustenta. É o formoso pão matinal que a mão mais humilde deposita na mesa que separa.	<i>IVO, Lêdo. Crepúsculo civil. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 14-5.</i>

- 1 Os verbos que compõem o título do poema são regulares ou irregulares? Justifique sua resposta apresentando os diferentes radicais e temas desses verbos em seus tempos primitivos.
- 2 “Vi o vento soprar e a noite **descer**.”
 - a) O verbo **ver** é irregular? Justifique sua resposta apresentando os diferentes radicais e temas dos tempos primitivos desse verbo.
 - b) **Descer** é um verbo irregular? Explique.
- 3 **Ouvir** é irregular no tempo em que é usado no texto? Explique as possíveis irregularidades desse verbo.
- 4 **Ungir** é, segundo muitos gramáticos, um verbo defectivo, por não apresentar a primeira pessoa do singular do presente do indicativo. O que ocorre, então, com o presente do subjuntivo e o modo imperativo desse verbo?
- 5 **Cingir** é um verbo irregular? Explique.

p. 235

Nos exercícios reproduzidos abaixo, o autor utiliza os tradicionais exercícios do tipo “passe para a *norma-padrão*”. Aqui há confusão de variedades; alguns desses fenômenos lingüísticos são característicos das variedades urbanas de prestígio (a, b, c, e, h, i), enquanto os outros são mais presentes nas variedades estigmatizadas. Além disso, a forma “para mim dar” já caracteriza a fala urbana de prestígio da cidade de São Paulo; também a forma (g), “cantar pra ti dormir”, caracteriza a fala de prestígio das regiões onde se usa o pronome “tu” com mais frequência (Maranhão e Pará), por exemplo.

As frases seguintes são frequentes na língua coloquial e familiar. Reescreva-as de acordo com o padrão culto.

- a) Vi ele ontem.
- b) Encontrei ela no supermercado.
- c) Deixa eu em paz!
- d) Ela trouxe algumas revistas pra mim dar uma olhada.
- e) Está tudo terminado entre eu e você.
- f) Mandaram eu sair dali.
- g) Cheguei a cantar pra ti dormir.
- h) Fizeram ele desistir do emprego.
- i) Trouxe ele aqui pra dar uma força pra gente.

p. 366

Sabemos que uma campanha publicitária jamais teria impacto imediato se usasse os pronomes conforme a tradição apregoa. Na p. 367, entretanto, o exercício 8 pede que o aluno faça críticas aos pronomes da frase, novamente ressaltando a idéia de erro.

- 8 Recentemente, uma polêmica campanha de prevenção da Aids divulgou a frase “Se você não se cuidar, a Aids vai te pegar”. Além das críticas que foram feitas à opção pelo amedrontamento como forma de combater a doença, poderíamos fazer críticas aos pronomes da frase? Comente.

Gostaríamos de ressaltar que, Faraco, em seu LD, utiliza o mesmo exercício para criticar os “consultores” e “gramatiquinhos em geral” que, “em vez de se preocuparem com a prevenção da doença se puseram a criticar o *erro crasso*” (p. 356), uma maneira muito mais crítica e reflexiva de abordar o fenômeno lingüístico.

Quando Infante aborda os substantivos, dedica uma parte aos substantivos de gênero vacilante, ou seja, aqueles que aceitam o feminino e o masculino, e exemplifica, entre outros, com os substantivos “matiz, tracoma, aluvião, bacanal e entorse” (p. 273), mais uma vez, palavras pouco usadas, mesmo pelos falantes cultos. Isso é repetido, quando o autor trata do plural dos substantivos, em que exemplifica com “obus, paul, ardil, líquen, cânnon, projétil, projétil (sem acento)” (p. 278).

Ao versar sobre o pronome pessoal do caso reto, o autor afirma que este desempenha apenas as funções de sujeito ou predicativo do sujeito e reforça: “esses pronomes não devem ser usados como complementos verbais.” (p. 363). Explica ainda que, “na língua culta, devem ser empregados os pronomes oblíquos correspondentes: ‘Vi-o na rua’, ‘Encontrei-a na praça’” (p. 363) e que “as frases: ‘Vi ele na rua’ e ‘Encontrei ela na praça’, comuns na língua oral cotidiana, **não devem ser usadas** na língua formal escrita ou falada” (p. 363). Aqui Infante compartilha dos ideais da gramática normativa, embora ele descreva a gramática normativa com certo distanciamento, como se não fosse aquela a postura dele.

Infante trata inadequadamente a variação “tu” e “você”, ao afirmar que “você e vocês são largamente empregados no português do Brasil em substituição às formas tu e vós” (p. 365). Em vez de mostrar que são formas coexistentes, ou seja, variantes e não substitutivas simplesmente.

No trecho:

Na língua coloquial, utiliza-se com frequência a forma **a gente** como pronome de primeira pessoa do plural. Nesse caso, o verbo deve permanecer na terceira pessoa do singular:

A **gente** acaba descobrindo cada coisa!

Na língua culta, essa forma deve ser substituída pelo tratamento **nós**.

p. 366

Infante trata da variabilidade no pronome “nós” X “a gente”, ressaltando que na “língua culta” deve ser utilizada a forma “nós”, ou seja, apresenta a variação apenas para dizer que esta não deve ser utilizada, ignorando que o pronome “a gente” é amplamente utilizado inclusive nas variedades de prestígio ou cultas.

Na p. 470, o autor apresenta o seguinte texto: “comemorou-se dia 22 os dez anos de nossa atual Constituição” (citado abaixo) e pede para os alunos identificarem a forma verbal que desrespeita os padrões de concordância verbal da língua escrita culta. Trata-se de um texto publicado em “língua escrita culta”, de autoria de Deonísio da Silva, etimólogo “culto” – que não obedece à norma-padrão. Por que isso acontece? Foi “erro” do autor? Só ele “erra”? A variação nesse fenômeno é comum? Essas perguntas precisariam ser respondidas aos alunos.

Etimologia

Deonísio da Silva

*Aplique formou-se a partir de aplicar, do latim applicare, sobrepor, aplicar.
Comemorou-se dia 22 os dez anos de nossa atual Constituição, também chamada
de Carta Magna, do latim Magna Carta, literalmente Grande Carta.*

Leitura: interação

No subtítulo do texto há uma forma verbal que desrespeita os padrões de concordância verbal da língua escrita culta. Aponte-a e proponha a reescrita do trecho, adequando-o às formas da língua escrita culta. A seguir, discuta com seus colegas o efeito desse tipo de problema num texto de assunto erudito.

Ainda mais grave é a resposta que Infante sugere no livro do professor, p. 67: “o aluno deve perceber que nesse tipo de situação, o **erro** de concordância verbal se torna um tanto quanto **vexatório**.” (grifos nossos).

Na p. 723, a respeito da passiva sintética, pede-se para os alunos comentarem a frase “premiou-se os melhores”, citada em um editorial de Roberto Pompeu de Toledo – um falante culto –, publicado na revista *Veja*, de 14 de outubro de 1998 – endereçado a falantes cultos. Mais uma vez, Infante ignora a variação lingüística em fenômenos gramaticais apresentados em trabalhos de diversos lingüistas, como Scherre, por exemplo, em *Doa-se lindos filhotes de poodle* (2006), em relação à concordância verbal.

Na p. 563, o autor confirma seu preconceito lingüístico ao descrever o uso do *onde*, como pronome relativo: “Há uma forte tendência da língua portuguesa atual para o uso de ‘onde’ como um verdadeiro relativo universal. Esse uso curiosamente tende a ocorrer quando um falante de **desempenho lingüístico pouco eficiente** procura ‘falar difícil’” (negrito nosso). Em vez de analisar o *onde* como uma variante do pronome relativo *em que*, *no(a) qual*, amplamente utilizada por falantes cultos, como mostram pesquisas acadêmicas, Infante limita-se a julgar como um uso restrito a “falantes de desempenho lingüístico pouco eficiente”.

O exercício da p. 684 pede para o aluno “adaptar as frases à regência verbal da língua culta” – construções em que o vernáculo brasileiro já aboliu a preposição, como em “A matéria (de) que eu gosto”. Em relação à frase “eu *lhe* amo”, o Dicionário Houaiss já registra que “em algumas partes do Brasil, como o Rio de Janeiro, especialmente, na linguagem coloquial (mas com repercussões na linguagem literária, não raro), o pronome *lhe(s)* vem usurpando as funções do pronome oblíquo objetivo direto *o(s)*, em construções como *não lhe vi*, *não lhes reconheço*”.

2 Em cada item você encontrará uma frase típica da linguagem coloquial. Adapte cada uma delas à regência verbal da língua culta.

- a) Não se aborreça comigo, querida: eu *lhe* amo muito.
- b) Desde que *lhe* vi, ando muito satisfeito.
- c) Eu não me simpatizo muito com essas idéias.
- d) Eu não obedeco sinal fechado, não.
- e) Respondi o bilhete que você me mandou.
- f) Não posso *lhe* proteger contra ele.
- g) Se Deus *lhe* ajudar, tudo vai dar certo.
- h) Não vou *lhe* amolar mais, não.
- i) Só queria *lhe* abraçar.

Algumas páginas depois, acontece um fato interessante: o autor destaca a seguinte frase de um quadrinho: “O homem que usa o xampu que toda mulher gosta” (p. 716), e sugere que os alunos façam um texto dissertativo com esse título. A primeira observação é quanto à proposta de sugerir esse gênero de redação, dissertação, utilizando-se esse tema; a segunda, que mais nos interessa no momento, é que nos parece que o autor não percebeu a ausência da preposição, solicitada nos exercícios da p. 684.



p. 716

4 Ainda a partir da situação apresentada pelos quadrinhos, escreva um texto dissertativo cujo título é "O homem que usa o xampu que toda mulher gosta...". Ele deve ser endereçado a seus colegas de classe.

4.9.8. Quadro-resumo da análise

Quadro 14. Quadro-resumo da análise do LD de Infante

TERMINOLOGIA RELACIONADA À VL	É adequada do ponto de vista teórico	
	Confunde-se variação; variedade; variante; dialeto; etc.	
PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	Menciona-se a pluralidade de línguas existentes no Brasil	
	Define-se o português como único idioma do país	
	Não se menciona o assunto	
ABORDAGEM DA VL	Evidencia-se adequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
	Evidencia-se inadequadamente que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais	
RELAÇÃO FALA/ESCRITA	Separa-se rigidamente a fala e a escrita	
	Apresenta-se o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada	

O autor comenta a relação fala/escrita, mas não apresenta o amplo contínuo entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada, nem separa rigidamente fala e escrita.

4.9.9. Conclusões

De todos os livros aprovados pelo PNLEM, o LD de Infante é o que mais apresenta impropriedades no tratamento da VL. A inadequação terminológica mais relevante é a referência à “norma culta” como sinônimo de *norma-padrão*. Não se trata apenas da substituição de uma expressão por outra, o autor utiliza a “norma culta”, falada/ escrita por falantes cultos como se fosse a própria *norma-padrão*, o construto ideal, proposto pela gramática normativa. O autor utiliza também textos escritos por falantes altamente letrados como exemplos de “erros”, quando seria mais adequado usá-los como amostras de mudanças já ocorridas no português brasileiro

O autor é omissivo na menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil, restringindo-se a tratar – em mais de setecentas páginas – do Português como única língua existente no país.

O maior problema está na abordagem dos fenômenos gramaticais. Em geral, o livro se parece com uma gramática normativa, ditando regras; em outros, é ainda mais preconceituoso: aborda inúmeras questões sintáticas, mas quando menciona a variação existente é para dizer que está “errada”, que está fora do padrão “culto”. Portanto, não há coerência entre o tratamento da variação lingüística apresentada no capítulo destinado ao tema e os fatos gramaticais citados ao longo do LD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos LDs de Língua Portuguesa aprovados pelo PNLEM (programa por meio do qual o MEC avalia, compra e distribui livros para as escolas públicas brasileiras do Ensino Médio), podemos concluir que esse processo, que inclui lingüistas e educadores, vem dando uma contribuição fundamental na melhoria da qualidade desse importante material para a educação de nosso país. Conseqüentemente, esse resultado comprova, também, a influência que as pesquisas acadêmicas podem ter na elaboração das políticas públicas.

Todos os LDs aprovados pelo PNLEM se destacaram, em diferentes aspectos. Takazaki, por exemplo, faz um excelente trabalho com textos, abordando não só aspectos gramaticais, mas, principalmente, conteúdos escolhidos com critério, para tratar de assuntos importantes, como a VL. O LD de Faraco chama atenção por trabalhar a variação em diversos fenômenos gramaticais. A obra de Sarmiento e Tufano, embora seja de tradição gramatical e, por isso, privilegie o trabalho de análise sintática, proporciona que os alunos conheçam os mais variados gêneros textuais. O livro de Infante não se destacou em aspectos específicos de nossa análise, mas percebemos um rico trabalho na área de Literatura. Isso, para citar alguns dos livros selecionados pelo PNLEM.

Dado que o edital do PNLEM exige, como critério obrigatório: “Um tratamento da *variação lingüística* que não se limite a fenômenos de prosódia (‘sotaque’) ou de léxico (‘aipim’, ‘mandioca’, ‘macaxeira’), mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variabilidade em todos os seus níveis” (p. 31), todos os livros destinaram pelo menos um capítulo – em geral, o primeiro – para abordar o tema.

É interessante ressaltar que nenhum LD se restringiu a tratar a variação como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não-escolarizadas, uma vez que o edital também exige “valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade lingüísticas, introduzindo a norma-padrão relacionada ao uso público ou formal da linguagem oral, sem no entanto silenciar ou menosprezar as variedades quer regionais, quer sociais, quer estilísticas” (p. 32). Portanto, no capítulo destinado à VL, em geral, apresenta-se a influência

de diversos fatores, não só da região de origem do falante, mas também de fatores como sexo, grau de instrução, profissão, estilo pessoal, contexto (formal/informal) etc.

Entretanto, ainda há muito que aprimorar. Alguns autores apresentam o tema de forma superficial; outros limitam-se a expor o tema em um capítulo apenas e, nos capítulos seguintes, “esquecem” o assunto, principalmente nos exercícios gramaticais. Somente quatro livros, o de Takazaki, Lopes *et alii*, Abaurre *et alii* (na maior parte do LD) e o de Faraco, apresentam coerência entre a teoria da VL apresentada no(s) capítulo(s) destinado(s) ao tema e os demais capítulos da obra.

Quadro 15. Análise comparativa da coerência entre o tratamento da VL no capítulo destinado ao tema e os fatos gramaticais

Coerência entre o tratamento da variação lingüística no capítulo destinado ao tema e os fatos gramaticais	Há coerência	Não há coerência
1. TAKAZAKI		
2. LOPES <i>et alii</i>		
3. AMARAL <i>et alii</i>		
4. TERRA e NICOLA NETO		
5. ABAURRE <i>et alii</i>		
6. SARMENTO e TUFANO		
7. FARACO		
8. MAGALHÃES e CEREJA		
9. INFANTE		

Entretanto, apenas dois livros, o de Takazaki e o de Faraco, adotaram a terminologia relacionada à VL de forma adequada, do ponto de vista teórico, conforme delimitamos neste trabalho. Salientamos a grande confusão feita pela maioria dos autores no emprego dos termos relacionados à VL (variação, variedade, variante, “norma culta”, “língua culta”, “língua padrão”, “padrão culto do idioma”, “padrão formal culto” etc.).

O mais grave, entretanto, é a constatação de que muitos autores ainda difundem “norma culta” ou as variedades de prestígio como sinônimo da *norma-padrão*, uma confusão que pode prejudicar a prática investigativa de pesquisa, capaz de levar o aluno/professor a verificar a situação real da língua contemporânea.

Quadro 16. Análise comparativa da adequação da terminologia

Terminologia	Adequada	Inadequada
1. TAKAZAKI		
2. LOPES <i>et alii</i>		
3. AMARAL <i>et alii</i>		
4. TERRA e NICOLA NETO		
5. ABAURRE <i>et alii</i>		
6. SARMENTO e TUFANO		
7. FARACO		
8. MAGALHÃES e CEREJA		
9. INFANTE		

Os mesmos dois autores, Faraco e Takazaki, também foram os únicos que mencionaram a pluralidade de línguas existentes no Brasil. E, mesmo nos livros dos autores que tiveram essa preocupação, a questão ainda é abordada de modo muito sutil. Não se evidenciam, com o rigor que o tema merece, os cerca de duzentos idiomas que convivem com o português brasileiro.

Quadro 17. Análise comparativa da menção da pluralidade lingüística do Brasil

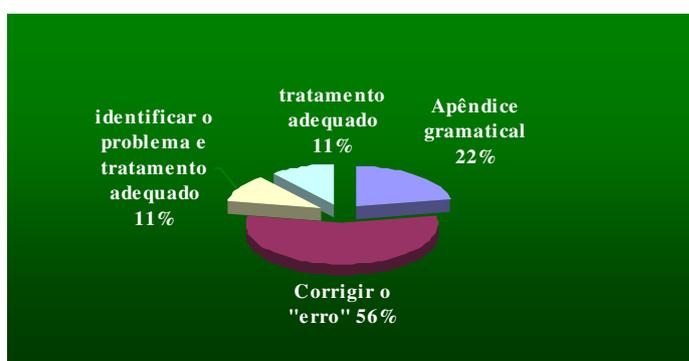
Pluralidade lingüística do Brasil	Menciona	Não menciona
1. TAKAZAKI		
2. LOPES <i>et alii</i>		
3. AMARAL <i>et alii</i>		
4. TERRA e NICOLA NETO		
5. ABAURRE <i>et alii</i>		
6. SARMENTO e TUFANO		
7. FARACO		
8. MAGALHÃES e CEREJA		
9. INFANTE		

Como já esperávamos, poucos livros souberam a forma adequada de mostrar a variação nos fenômenos gramaticais — que ocorre não só nas áreas rurais/pobres/iletradas de nosso país (como muitos pensam), mas também nas camadas mais letradas da população — e conscientizar o leitor sobre a heterogeneidade do português brasileiro e sobre as mudanças lingüísticas já concretizadas.

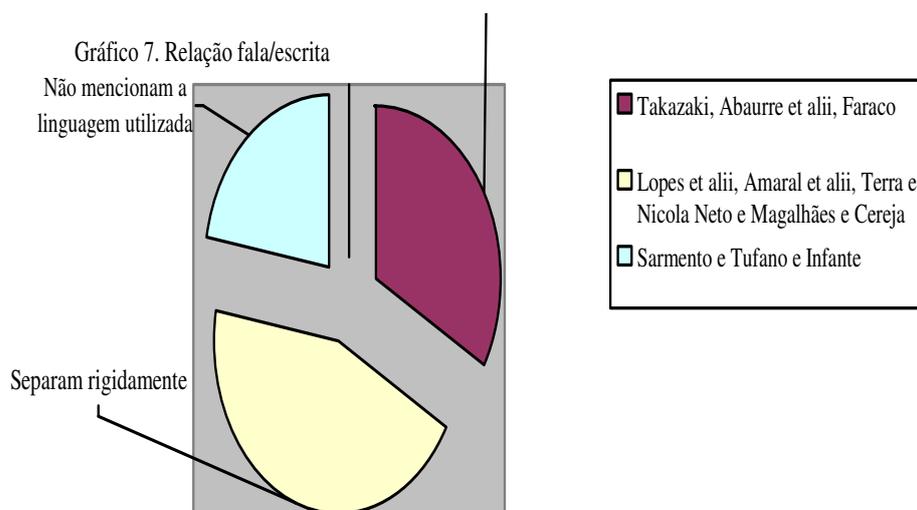
O Edital de convocação para inscrição de LD no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo de escolha de livros do PNLEM acrescenta como critério que “as variantes *sintáticas* deveriam merecer destaque nos livros didáticos” (p. 32), entretanto, essa recomendação não foi bem incorporada pelos autores. Takazaki e Lopes *et*

alii apresentam apenas algumas regras gramaticais, em forma de apêndice. Amaral *et alii*, Terra e Nicola Neto, Sarmento e Tufano, Magalhães e Cereja e Infante citam casos de VL para o aluno corrigir o “erro”, “passar para a norma-padrão” ou identificar os “desvios de linguagem”. Abaurre *et alii* também apresentam exercícios gramaticais com objetivo de identificar “o problema”, “o equívoco” ou “a inadequação” mas, ao mesmo tempo, sugerem exercícios coerentes com a proposta apresentada no capítulo destinado à VL. Dos LDs aprovados pelo PNLEM, apenas o de Faraco trata a variabilidade nos fenômenos gramaticais de forma adequada em todo o livro. Constatamos, porém, que nenhum deles se limita à abordagem das variedades rurais e/ou estigmatizadas.

Gráfico 6. Comparativo do tratamento da variação nos fenômenos gramaticais

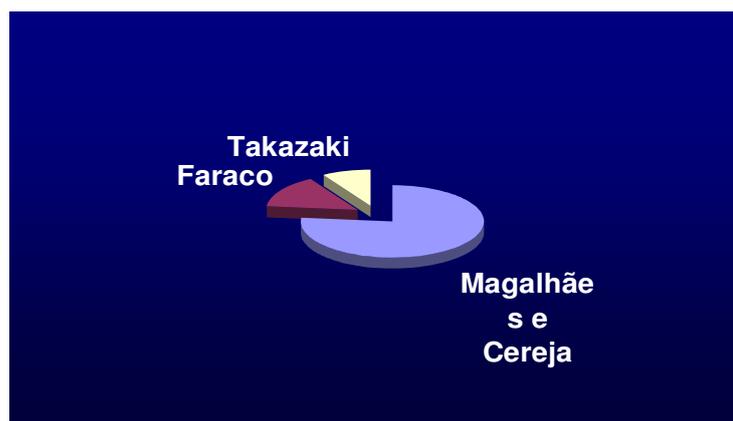


Em relação ao tratamento da relação fala/escrita, Takazaki, Abaurre *et alii*, e Faraco consideram o amplo contínuo estilístico que vai da fala mais espontânea à escrita mais monitorada. Lopes *et alii*, Amaral *et alii*, Terra e Nicola Neto e Magalhães e Cereja separaram fala e escrita rigidamente. Enquanto o LD de Sarmento e Tufano (destaque pela utilização de diversos gêneros textuais) e o de Infante não discutem a linguagem a ser adotada nos gêneros tratados.



Considerando-se o tratamento geral da VL nos LDs de português e comparando-se a tiragem dos livros apresentada no capítulo 2, constatamos que os LDs que se destacaram no trabalho com a VL, o da autoria de Faraco e o de Takazaki, não estão entre os mais escolhidos pelos professores. Os dois livros, juntos, não correspondem sequer a um terço da tiragem do livro mais adotado, da autoria de Magalhães e Cereja, que teve avaliação negativa em todos os critérios analisados.

Gráfico 8. Comparativo da tiragem dos LDs de Takazaki e Faraco com o LD de Magalhães e Cereja



Além disso, identificamos uma desigualdade geral se compararmos a tiragem de todos os livros, já que o LD de Magalhães e Cereja, sozinho, supera a tiragem dos cinco livros menos adotados pelas escolas em 2007, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 9. Comparativo da tiragem dos cinco livros menos adotados com a tiragem do LD de Magalhães e Cereja



Além disso, os quatro LDs mais escolhidos pelos professores do ensino médio correspondem a 78% do total de livros do PNLEM/2007. E todos se filiam ao ensino tradicional da gramática, o que significa que os professores ainda têm predileção pelos livros de perfil normativista, enquanto os LDs da autoria de Takazaki e de Faraco correspondem, juntos, a apenas 8,5% do total de livros escolhidos no PNLEM 2007, sendo que o da autoria de Takazaki é o menos escolhido de todos, com menos de 3% do total.

Infelizmente, constatamos pouquíssimas propostas que proporcionam a percepção das questões sociais que envolvem a língua — isto é, os contrastes, conflitos, aproximações e distanciamentos entre as variedades estigmatizadas e as variedades de prestígio — para ajudar no combate ao preconceito lingüístico tão arraigado em nossa cultura.

Entretanto, já encontramos, em alguns LDs, projetos de pesquisa que possibilitam aos alunos *compreenderem* as regras lingüísticas de nossa gramática internalizada e das regras da gramática normativa, além de exercícios que permitem a compreensão dos fenômenos lingüísticos abordados, para que os utilizem com propriedade tanto na linguagem oral quanto na escrita.

A constatação mais importante a que chegamos, nesta pesquisa, foi a preocupação dos autores/editores em adequar o material didático aos critérios estabelecidos pelo edital do

PNLEM, o que confirma a influência do Programa na educação brasileira. Concluímos que o PNLEM é uma política governamental que contribui para a melhoria da qualidade da elaboração desse importante material para a educação. Sugerimos aliá-lo a um bom programa de formação inicial e formação continuada do professor, para que este saiba não só aplicar o conteúdo e as atividades fornecidos pelo livro, mas também enriquecê-los com sua vivência prática e adequá-los à necessidade de cada turma, em cada região do país, com diferentes níveis sociais.

Gostaríamos de finalizar a conclusão deste trabalho com uma reflexão de Faraco (no prelo) que expressa bem nossos sentimentos e resume os nossos desejos em relação à pedagogia da variação lingüística:

nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação lingüística que não escamoteie a realidade lingüística do país (reconheça-o como multilíngüe e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, Maria Luiza Marques *et alii*. *Português – Língua, Literatura, Produção de Textos: ensino médio, volume único: livro do professor*. Moderna Ltda.
- ALKIMIN, Tânia Maria IN.: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à Lingüística*. 4 ed. S.P.: Cortez, 2004.
- AMARAL, Emília *et alii*. *Novas Palavras – Português: ensino médio, volume único: livro do professor*. 2 ed. São Paulo: FTD/S/A, 2003.
- ANTUNES, I. *Aula de português – encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália. Novela sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- _____. (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. (Org.). *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política de livros didáticos: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental*, 2001.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes & VAL, Maria da Graça. *Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas*: Autêntica, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- _____. *Nóis chegemu na iscola, e agora? - Sociolinguística e educação*: Parábola Editorial, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: Perspectiva, 1996.
- BRASIL. MEC. SEMTEC, FNDE. *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2005*. Brasília, 2004.
- _____. *Editais de convocação para inscrição de livro didático no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo de escolha de livros da 1ª a 3ª séries do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM/2005*. Brasília, 2003.
- BRASIL. MEC. SEMTEC. *Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio*. Brasília, Conselho Nacional de Educação — Câmara Básica, 1998.
- BRASIL. MEC. SEMTEC. *Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, MEC/SEMTEC. Vol. 2, 1999.
- BUNZEN, Clécio & MENDONÇA, Márcia (org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.
- CASTILHO, Ataliba T. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, 2001.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de linguística*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- _____. *Português: língua e cultura. : ensino médio, volume único: livro do professor*. Curitiba: Base Editora e Gerenciamento Pedagógico, 2003.
- _____. *Por uma pedagogia da variação linguística*. No prelo.
- FASOLD, Ralph. *The Sociolinguistics of language*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Princípios de Sociolinguística e Sociologia del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.
- FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

- GALVES, Charlotte. *A gramática do português brasileiro. Língua e Instrumentos Lingüísticos*, 1: 79-96, 1998.
- GERALDI, João W. (org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GUEDES, Paulo Coimbra. *A formação do professor de Português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- INFANTE, Ulisses. *Textos: leituras e escritas: ensino médio, volume único: livro do professor*. São Paulo: Scipione, 2004.
- ILARI, Rodolfo. *A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*: Martins Fontes, 1986.
- ILARI, Rololfo & BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- IRANDÉ, Antunes. *Aula de Português. Encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- KATO, Mary. *Comparando o português da América com o português de Portugal e com outras línguas*. Texto disponível no site do Museu da Língua Portuguesa, www.museudalinguaportuguesa.org.br.
- KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1985.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.
- _____. *Language in the inner city*. Washington DC: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- LOPES, Harry Vieira *et alii*. *Língua portuguesa – projeto escola e cidadania para todos*, volume único: livro do professor. São Paulo: Editora do Brasil .
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MAGALHÃES, Thereza Anália Cochar & CEREJA, William Roberto. *Português: linguagens: ensino médio, volume único: livro do professor*. São Paulo: Atual Editora, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

- MATOS E SILVA, Rosa Virgínia, *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1995.
- MOLINA, O. *Quem engana quem: professor X livro didático*. Campinas: Papirus, 1987.
- MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Monolingüismo e preconceito lingüístico*. Disponível no site do Ipol (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística), www.ipol.org.br. Consultado em 3 de out. de 2006.
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996.
- ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- ROMAINE, Suzanne. *Language in society. An introduction to sociolinguistics*. New York: Oxford University Press, 1994.
- SARMENTO, Leila Lauer & TUFANO, Douglas. *Português – Língua, Literatura, Gramática, Prod. de Textos: ensino médio, volume único: livro do professor*.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. 22.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1994.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TAKAZAKI, Heloísa Harue. *Língua Portuguesa: ensino médio, volume único: livro do professor*. São Paulo: IBEP, 2004.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

- _____. *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX*, in: ROBERTS & KATO (1993).
- TERRA, Ernani & NICOLA NETO, José de. *Português: de olho no mundo do trabalho ensino médio, volume único: livro do professor*. São Paulo: Scipione Ltda, 2004.
- VAL, Maria da Graça Costa & MARCUSCHI, Beth (Orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- WEINREICH, U., LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.